

157
F201010
E801E

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA GERAL

Coordenadoria de Órgãos Regionais e Colegiados

MEC / INEP
SIBE - CIBEC

ENCONTRO NACIONAL DE SUPERVISÃO DO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR ISOLADO

A N A I S

MINISTRO DA EDUCAÇÃO: JOSÉ BONFIM

SECRETÁRIO GERAL: MÁRIO SOUZA

COORDENADOR DE ÓRGÃOS REGIONAIS E COLEGIADOS:

FRANCISCO TRAJANO DE MENEZES

RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE APOIO AS ATIVIDADES DE SUPERVISÃO DO
ENSINO SUPERIOR: SYLVANEDDO DE ALMEIDA

PERÍODO: 16 a 19 de setembro de 1986

MINISTRO DA EDUCAÇÃO: JORGE BORNHAUSEN

SECRETARIO-GERAL: ALOÍSIO SOTERO

COORDENADOR DE ÓRGÃOS REGIONAIS E COLEGIADOS:
FRANCISCO BALTHAR PEIXOTO

RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE APOIO AS ATIVIDADES DE SUPERVISÃO DO
ENSINO SUPERIOR: LYGIA SOUTO DE AZAMBUJA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

I. PROGRAMAÇÃO GERAL

II. AGENDA DOS TRABALHOS

- A. AGENDA DOS SUPERVISORES
- B. AGENDA DOS DELEGADOS

II. SESSÃO DE ABERTURA

- A. PRONUNCIAMENTO DO DELEGADO DO MEC EM SAO PAULO
- B. PRONUNCIAMENTO DO COORDENADOR DA COR
- C. SÍNTESE DO PRONUNCIAMENTO DO SECRETARIO DE EDUCAÇÃO DE SAO PAULO
- D. PRONUNCIAMENTO DO SECRETARIO-GERAL

IV. PRIMEIRA SESSÃO

A. APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

A Política de Ensino Superior e a qualidade do Ensino das IESPIs
- Secretário da SESu.

B. DEBATE EM PLENÁRIO

V. SEGUNDA SESSÃO

A. APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

Painel - A Universidade e a IESPI - O Ensino Superior no Brasil,
suas crises e a problemática da qualidade do ensino superior.

Painelistas

1. Prof. Antônio Carlos Ronca
2. Profa. Marilu Fontoura de Medeiros
3. Prof. Luiz Otávio de Souza Carmo
4. Prof. Nelson Boni

B. DEBATE EM PLENÁRIO

VI. TERCEIRA SESSÃO

A. APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

1. Sistemática do Encontro

A COR, as Delegacias e a supervisão do ensino superior particular isolado

2. Representação Estudantil

3. A "práxis" da supervisão das Delegacias, refletindo uma posição teórica e prática

a) Delegacia de Pernambuco

b) Delegacia do Rio de Janeiro

c) Delegacia do Rio Grande do Sul

d) Delegacia de São Paulo

B. DEBATE EM PLENÁRIO

VII. QUARTA SESSÃO

A. APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

Alternativa para a supervisão nas IESPIs

B. DEBATE EM PLENÁRIO

VIII. QUINTA SESSÃO

A. APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

A "práxis" da supervisão desenvolvida pelas Delegacias na perspectiva das IESPIs.

1. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru - PE

2. Faculdades Integradas de Santo Ângelo - RS

B. DEBATE EM PLENÁRIO

IX. SEXTA SESSÃO

A. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

B. CONCLUSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO

C. DEBATE EM PLENÁRIO

X. SÉTIMA SESSÃO

A. APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

1. Política de ensino superior e a qualidade do ensino: o que se tem e o **que** se deseja das Universidades e das IESPIs na perspectiva da Câmara de Planejamento do CFE - O Papel das DEMECs no processo de supervisão às IESPIs.

B. DEBATE EM PLENÁRIO

C. APRESENTAÇÃO E DEBATE DO DOCUMENTO FINAL

XI. REUNIÃO DOS DELEGADOS COM COR, SESu, CFE

ANEXO

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES

APRESENTAÇÃO

Divulgar os resultados do Encontro Nacional de Supervisão do Ensino Superior Particular Isolado constitui-se, desde o primeiro momento, num deliberado propósito da Coordenadoria de Órgãos Regionais e Colegiados - COR.

Propósito aqui concretizado com a reprodução destes ANAIS, depois de transpostas as não pequenas dificuldades de transcrever as fitas de gravação, a que se juntam tantas outras sempre presentes em tarefas dessa natureza.

A publicação, contudo, aqui esta e irá atingir a sua finalidade maior que e a de fazer chegar a quantos não puderam participar do Encontro, os depoimentos e as manifestações dos especialistas e técnicos que contribuíram com sua experiência para o elevado nível do evento.

Com efeito, a ação supervisora, exercitada pelas Delegacias do MEC junto as Instituições de Ensino Superior Particulares Isoladas, deve estar sempre em processo de aperfeiçoamento na busca do benefício maior que é a melhoria da qualidade do ensino.

A divulgação destes ANAIS, com certeza, irá contribuir positivamente para tal aperfeiçoamento. Esta, pelo menos, e a expectativa de quantos se esforçaram e contribuíram para sua publicação, muito particularmente a equipe do setor de Apoio à Supervisão desta Coordenadoria.

Brasília-DF, abril de 1987.



Francisco Balthar Peixoto
Coordenador COR/SG

I PROGRAMAÇÃO GERAL

O presente evento visa dar continuidade aos encontros já realizados entre supervisores das DEMECs e as ações da COR, da SESu, do CFE e das Delegacias na supervisão às IESPI, pretendendo:

- propiciar a reflexão sobre a ação supervisora das DEMECs junto as IESPIs numa atividade circular de troca contínua de experiências;
- oferecer condições para troca de experiências entre as diversas DEMECs, numa reflexão sobre a "práxis" da ação supervisora;
- refletir sobre a teoria e a prática da supervisão, numa dimensão que favoreça o desenvolvimento global da instituição, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino.

PROMOÇÃO: Coordenadoria de Órgãos Regionais e Colegiados da
Secretaria Geral do
Ministério da Educação

LOCAL: Delegacia do MEC em São Paulo
Rua Apa, nº 83 - Campos Elísios
CEP: 01135 - São Paulo - SP
Fones: (011) 825.3519 - 826.4104 - 826.8343

PERÍODO: 16 a 19 de setembro de 1986

COORDENADOR DA COR: Prof. Francisco Balthar Peixoto

DELEGADO DA DEMEC/SP: Prof. Nelson Boni

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO ENCONTRO:

- . Profa. Lygia Souto de Azambuja
Coordenadora do Encontro.COR/SG
- Profa. Maria Heloisa Moojen Mangoni
COR/SG
- . Profa. Nadir Silva Azarias
COR/SG
- . Profa. Ruth Helena Mallen Machado de Sousa
COR/SG
- . Profa. Maria Dulce Dias Bastos
DEMEC/SP
- . Profa. Norma Sarraceni
DEMEC/SP

COLABORAÇÃO E APOIO: DEMEC/SP**COMISSÃO DE APOIO DO ENCONTRO:**

- . Sônia Loureiro
Coordenadora
- . Maira Inez Pilon Souza Alves
Coordenadora
- . Antônio Belotto
Coordenador
- . Neide Jacob
- . **Aidê Benfatti**
- . **Luiz** Gonzaga Vieira
- . Maria Fernanda Baptista
- . **Rose Mary G. Pereira**
- . **Walter Vieira**
- . **Helenine Guarine**

- . Maria Cecilia Baptista
- . Aríete Del Mastro
- . Maria Nilce Lima e Rocha
- José Antônio Montalvão
- . Maria Tálita Pohl Guimarães
- . Maria Helena Barbalho Noya
- . Iraci Maria Trentini
- . Sandra Monteiro da Silva

PARTICIPANTES:

- . Delegados do MEC
- . Chefes dos Setores de Supervisão do Ensino Superior das Delegacias
- . Supervisores das Delegacias
- . Representantes da SESu, do CFE, da SG e da COR/SG
- . Professores da UFRS e da PUC/SP
- . Representantes das Faculdades Integradas de Santo Ângelo e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO

Durante o Encontro serão realizadas as atividades:

- a - pronunciamentos: Secretaria Geral, COR/SG, CFE e **DEMEC/SP;**
- b - palestras: SG, COR/SG, CFE, SESu e Universidades;
- c - reunião de Delegados com SESu, CFE e COR;
- d - apresentação de experiências: Delegacias e IESPIs;

- e - painel: SESu, DEMEC/SP e Universidades;
- f - formulação de questões e debates com os responsáveis pela apresentação dos temas ;
- g - trabalhos de grupo e apresentação, em plenário, de suas conclusões ;
- h - avaliação dos trabalhos desenvolvidos durante o Encontro, mediante o preenchimento da Ficha de Avaliação, previamente distribuída aos participantes.

II - AGENDA DOS TRABALHOS

A - AGENDA DOS SUPERVISORES

B - AGENDA DOS DELEGADOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA GERAL
COORDENADORIA DE ÓRGÃOS REGIONAIS E COLEGIADOS

ENCONTRO NACIONAL DE SUPERVISÃO DO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR ISOLADO

1º dia: 16 de setembro de 1986-3a. feira

HORÁRIO	TEMA/ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
9h 00min às 9h 15min	Abertura	Dr. Aloisio Sotero - Secretário-Geral do MEC
9h 15min às 10h 00min	Pronunciamentos	Prof. Francisco Kalthar Peixoto - Coordenador da CDR Prof. Nelson Boni - Delegado do MEC em São Paulo
10h 00min às 10h 15min	Intervalo	
10h 15min às 11h 00min	Política de Ensino Superior e a Qualidade do Ensino - o que se tem e o que se deseja das Universidades e das IESPIs na perspectiva da SISu. O papel das Delegacias no processo de supervisão às IESPIs	Prof. Paulo Elpídio de Menezes Neto - Secretário da SIESu
11h 00min às 12h 30min	Debate	Conferencista e participantes
14h 30min às 16h 00min	Painel - A Universidade e a IESPI - o Ensino Superior no Brasil, suas crises e a problemática da qualidade do ensino	Prof. Antônio Carlos Ronca - PUC/SP Prof. Luiz Otávio de Souza Carmo - Subsecretário da SIESu Profª. Marilú Fontoura de Medeiros - UNRS Prof. Nelson Boni - Delegado do MEC em São Paulo
16h 00min às 18h 30min	Debates	Painelistas e participantes

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA GERAL
COORDENADORIA DE ORGAOS REGIONAIS E: COLEGIADOS

ENCONTRO NACIONAL DE SUPRÃO DO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR ISOLADO

2º dia: 17 de setembro de 1986 - 4a. feira

HORÁRIO	TÍMA/ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
8h 30min às 9h 00min	Apresentação da sistemática do Encontro A COR, as Delegacias e a Supervisão do ensino superior particular isolado	Profa. Lygia Souto de Azambuja - Responsável pela Área de Apoio à Supervisão/COR/SC
9h 00min às 10h 15min	A "praxis" da Supervisão das Delegacias refletindo uma posição teórica e prática	DIRETOS: PE - Profa. Maria Inês Aguiar Gomes e Profa. Eliete Santiago RJ - Profa. Ilia Cecília Falcão Kemp
10h 00min às 10h 15min	Intervalo	RS - Profa. Maria Alice Maciel Alves e Profa. Neusa Norma da Silveira
10h 15min às 10h 35min	A "praxis" da Supervisão das Delegacias refletindo uma posição teórica e prática	DIMEC/SP - Profa. Susie Martha Rehder
10h 35min às 12h 00min	Debate	DIMEC: PE - RJ - RS - SP e participantes
12h 00min às 12h 30min	Reflexão conjunta sobre o realizado e proposta para novas ações	Profa. Lygia Souto de Azambuja e participantes
14h 30min às 16h 30min	Alternativas para a supervisão nas IESPIs	Profa. Ana Maria Saul - PUC/SP
16h 30min às 18h 00min	Debate	Conferencista e participantes

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

COORDENADORIA DE ÓRGÃOS REGIONAIS E COLEGIADOS

ENCONTRO NACIONAL DE SUPERVISÃO DO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR ISOLADO

3º dia: 18 de setembro de 1986-5a.feira

HORÁRIO	TEMA/ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
8h 30min às 9h 30min	A "praxis" da supervisão desenvolvida pelas Delegacias na perspectiva das IESPI	Profa. Helma Ivonete Silva Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru-PE
9h 30min às 10h 15min	Formulação de questões	Participantes e conferencistas
10h 15min às 10h 30min	Intervalo	-
10h 30min às 12h 30min	Trabalho de grupo sobre a supervisão, seus problemas e suas perspectivas	Participantes
-	-	-
14h 30min às 16h 45min	Continuação do trabalho de grupo	Participantes
16h 45min às 17h 00min	Intervalo	-
17h 00min às 18h 30min	Apresentação das conclusões do trabalho de grupo	Participantes

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA GERAL
COORDENADORIA DE ÓRGÃOS REGIONAIS E COLEGIADOS

ENCONTRO NACIONAL DE SUPERVISÃO DO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR ISOLADO

4º dia: 19 de setembro de 1986 - 6a. feira

HORÁRIO	TEMA/ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
8h 30min às 9h 30min	Política de ensino superior e a qualidade do ensino: o que se tem e o que se deseja das Universidades e das IESPIs na perspectiva da Câmara de Planejamento do CFE - O papel das DEM/CS no processo de supervisão às IESPIs.	Prof. Heitor Gurgulino de Souza - Presidente da Câmara de Planejamento do CFE
9h 30min às 11h 30min	Debate	Conferencista e participantes
11h 30min às 12h 00min	Avaliação do Encontro	Participantes
12h 00min às 12h 30min	Encerramento	Prof. Francisco Balthar Peixoto - Coordenador da CEN

MINISTÉRIO DA EDUCACAO
SECRETARIA GERAL,
COORDENADORIA DE ÓRGÃOS REGIONAIS E COLEGIADOS

NACIONAL, DE SUPERVISÃO DO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR ISOLADO

1º dia: 16 de setembro de 1986 - 3ª feira

HORÁRIO	TEMA/ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
9h 00min às 9h 15min	Abertura	Dr. Aloisio Sotero - Secretário-Geral do MEC
9h 15min às 10h 00min	Pronunciamentos	Prof. Francisco Balthazar Peixoto - Coordenador da COR Prof. Nelson Boni - Delegado do MEC em São Paulo
10h 00min às 10h 15min	Intervalo	-
10h 15min às 11h 00min	Política de Ensino Superior e a Qualidade do Ensino - o que se tem e o que se deseja das Universidades e das IESPIs na perspectiva da SIESu. O papel das Delegacias no processo de supervisão às IESPIs	Prof. Paulo Elpidio de Menezes Neto - Secretário da SIESu
11h 00min às 12h 30min	Debate	Conferencista e participantes
14h 30min às 16h 00min	Painel - A Universidade e a IESPI - o Ensino Superior no Brasil, suas crises e a problemática da qualidade do ensino	Prof. Antônio Carlos Ronca - PUC/SP Prof. Luiz Otávio de Souza Carmo - Subsecretário da SIESu Profa. Marilu Bontoura de Medeiros - UNRS Prof. Nelson Boni - Delegado do MEC em São Paulo
16h 00min às 18h 30min	Debates	Painelistas e participantes

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

COORDENADORIA DE ÓRGÃOS REGIONAIS E COLEGIADOS

ENCONTRO NACIONAL DE SUPERVISÃO DO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR ISOLADO

2º dia: 17 de setembro de 1986 - 4a. feira

HORÁRIO	TEMA/ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
h 30min às 12h 30min	Mesa redonda para discussão da atuação conjunta da SIESU, do CFE, da COR e das Delegacias no processo de supervisão.	Prof. Paulo Elpídio de Menezes Neto - Secretário da SIESU Prof. Luiz Otávio de Souza Camo - Subsecretário da SIESU Prof. Heitor Gurgulino de Sousa - Conselheiro do CFE Prof. Francisco Balthar Peixoto - Coordenador da COR Delegados do MEC
4h 30min às 18h 30min	Continuação dos trabalhos da Mesa Redonda	

III - SESSÃO DE ABERTURA

A - PRONUNCIAMENTO DO DELEGADO DO MEC EM SÃO PAULO,
PROFESSOR NELSON BONI

A SUPERVISÃO PO ENSINO SUPERIOR E A AÇÃO ADMINISTRATIVA

I

Esta DEMEC/SP, através da sua atividade de supervisão junto aos Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior , vem detectando muitas situações de comprometimento da qualidade do ensino desenvolvido neste Estado.

Algumas destas situações têm sido caracterizadas como crônicas pela própria complexidade no encaminhamento de soluções, a despeito das infrutíferas tentativas anteriormente empreendidas.

Assim, i com extrema satisfação que vemos coroa da de êxito a empreitada desenvolvida, onde esta Delegacia de Sao Paulo ocupou lugar de destaque, ao conquistar a substituição de mecanismos obstrutivos de ações eficazes que de alguma maneira teriam que ser revistos, como está acontecendo.

II

Ao assumir esta Delegacia em outubro de 1985, uma das preocupações mais serias referia-se a denúncias de cursos vagos existentes em São Paulo.

Imediatamente foram desenvolvidas ações que constataram a gravidade e extensão do problema. Entre as medidas saneadoras preconizadas destacou-se a necessidade de reformulação dos parâmetros de frequência mínima de alunos uma vez que, amparados por dispositivos regimentais aprovados pelo Conselho Federal de Educação, permitiam 50% de frequência as aulas, para aprovação.

A partir desta necessidade, representei junto aos Órgãos Superiores deste Ministério, em dezembro de 1985, no sentido da supressão da cláusula regimental abusiva.

A matéria foi vinculada pelo noticiário da imprensa deste Estado (Folha de Sao Paulo de 17 e 18/02/86) informando a opinião pública sobre a gravidade do problema e as medidas adotadas por este órgão.

Lamentavelmente, em outra oportunidade, foram publicadas notícias distorcidas e sensacionalistas (o Estado de Sao Paulo de 02/07/86), que modificaram o entendimento real do assunto, merecendo, até, o esclarecimento do Sr. Ministro da Educação, ratificando a tese por nós desenvolvida.

Em junho deste ano, por ocasião de Reunião no CFE com a participação da SESu, COR e DEMECs, tive a oportunidade de provocar o assunto da freqüência e levar outras sugestões, que pudessem oferecer as DEMECs condições de maior co-participação nas atribuições executivas desenvolvidas pelo MEC.

De outra parte, desde julho estão ocorrendo sucessivas reuniões com a Secretaria Geral, Secretaria da Educação Superior - Delegados Estaduais, onde estão sendo exaustivamente debatidos os mecanismos dilatadores para a plenitude da ação supervisora das DEMECs.

Este histórico era necessário. Não só para se conhecer os meandros entre a idéia e a conquista, como também dividi-la com colegas e autoridades envolvidos, cuja sensibilidade aflorada nos debates, se concretiza agora nas decisões e atos implementados.

III

A instituição escolar deve ser compreendida em dois planos. O primeiro, inerente à transmissão de conhecimentos específicos, está concebido nos conteúdos curriculares, na atividade ensino-aprendizagem. O segundo, na estrutura organizacional em que essa atividade educativa se apoia e se desenvolve. Não se pode atribuir maior ou menor importância a estes planos isoladamente, tal a sua inter-relação e o condicionamento existente entre um e outro. Em última instância, a qualidade do ensino será um produto desta inter-relação.

As medidas que estão sendo implementadas e ora anunciadas se referem a estrutura do processo educativo, objeto direto da ação supervisora das DEMECs. Esta ação passará a contar com um instrumental mais consistente, além de receber uma

considerável ampliação do seu caráter finalístico. É um momento de descentralização, de valorização e de aproveitamento dos recursos locais, mais próximos da realidade escolar.

Merece destaque, a medida contida no Parecer do CFE nº 639/85, já homologado pelo Sr. Ministro, que aprovou Resolução no sentido de atribuir reprovação ao não cumprimento de frequência mínima de 75% das aulas.

O Parecer do CFE 645/86 atribui as DEMECs:

- a) verificação das condições de funcionamento das IES para autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos;
- b) autorização para mudança de sede das IES;
- c) aprovação das substituições de professores das IES anteriormente aprovados;
- d) autorização para redistribuição de turmas e turnos das IES.

Seguem outras medidas inovadoras:

- Participação das DEMECs na composição de Comissões de verificação, sindicância e inquérito administrativo.
- A informação educacional do Estado, memória e o conhecimento de realidade das DEMECs, considerados como fonte de subsídios aos Órgãos Superiores.
 - restrições à tramitação de processos de IES iniciadas pelas DEMECs, em sindicância ou verificações especiais.
 - parecer prévio e acompanhamento de projetos especiais.
- O acompanhamento sistemático do corpo docente e a fixação de padrões referenciais objetivos da qualificação do professor para diferentes cursos ou áreas de conhecimento.
- A intensificação da ação supervisora na melhoria dos cursos de formação de professores e de especialistas em educação.
- O fortalecimento da ação administrativa para garantir a regularidade no processo de matrícula.
 - detalhamento de instruções para aplicação da Resolução CFE nº 09/78.
 - condicionamento dos Editais de Concursos Vestibular à autorização expressa das DEMECs.

- estabelecimento de condições de participação nos Concursos Vestibulares de organizações contratadas e sua fiscalização.
 - a regulamentação da Lei nº 7165/83 que operacionaliza o movimento das vagas em oferta nas IES.
 - a anuência expressa do Técnico em Assuntos Educacionais nas declarações de vagas e guias de transferência.
- A retomada dos processos de renovação de reconhecimento e a participação direta das DEMECs.

A abrangência destas medidas se circunscreve ao Sistema Federal e mais especialmente ao ensino superior oferecido por Estabelecimentos Particulares (IES), considerando que as Universidades gozam de autonomia assegurada em lei. Por outro lado permanece a preocupação com as IES afetas aos Sistemas Estaduais. Neste sentido foram propostas reuniões conjuntas visando a busca de uma identidade de procedimentos na execução da supervisão.

O exercício consciente destas novas atribuições devesse contribuir sensivelmente para a melhoria da ação administrativa dirigida ao ensino superior.

B-PRONUNCIAMENTO DO COORDENADOR DA COR, Prof. Francisco Balthar Peixoto

Em nome da Coordenadoria de Órgãos Regionais e Colegiados - COR, eu desejo dar as boas vindas a todos os participantes deste Encontro, agradecendo, de forma especial, às autoridades que aqui compareceram, prestigiando-o, e quantos aqui estão trazendo sua experiência e sua capacidade para, como conferencistas ou debatedores, enriquecerem, de forma substancial, os trabalhos que se vão desenvolver.

No momento em que o nosso país está todo empenhado na pesada tarefa de livrar-se do subdesenvolvimento, aumenta a responsabilidade de todos os que vivem e convivem com os problemas da educação, pois nela, indiscutivelmente, estão fundamentadas as bases de qualquer crescimento que se pretenda.

Dentro do que poderíamos chamar de "momentos" da Educação está o do Ensino Superior que nós, de modo particular, cuidaremos neste Encontro. Todos nós, indistintamente: os que ministram, no dia a dia, a educação superior, como dirigentes e como professores ou alunos, e aqueles a quem cabe a tarefa de supervisioná-la, mais voltados para o constante acompanhamento que ajuda na melhoria da qualidade, do que para a esporádica verificação que, apenas desacertos constata.

Aqui teremos nesses dias de trabalho, a inestimável contribuição de mestres universitários, o depoimento insubstituível de instituições de ensino superior, que trarão sua experiência, e a participação dos supervisores das Delegacias do MEC com a sua variada vivência, para que se discutam os problemas maiores do setor, efetue-se o intercâmbio dos saberes e, ao final, consiga-se realmente, descobrir caminhos que conduzam ao aperfeiçoamento do processo educativo.

O que se busca, acima de tudo, é a revitalização do ensino superior, através de mecanismos capazes de verdadeiramente atingi-la. E este novo ensino há de estar comprometido com o interesse público e com a demanda de uma sociedade democrática.

Não podemos perder de vista a pesada responsabilidade que toca a quantos estão envolvidos com a educação de 3º grau. Até porque, o processo global da educação descreve uma nítida circularidade que, como tal, é encadeada e ininterrupta. É o ensino superior que habilita

aqueles que cuidarão da educação básica. Por sua vez, e a educação básica que abastece os contingentes que comporão/mais tarde, o aprendizado superior. Sobre os primeiros, parece, recai bem mais pesada responsabilidade.

Por tudo isso, é fácil de sentir o significado deste Encontro. Só em vê-lo se instalar com um comparecimento de expressiva representatividade, a Coordenadoria de Orgãos Regionais e Colegiados que o planejou, com o concurso valioso da DEMEC de São Paulo, que o organizou de forma tão competente, está tranqüila e confiante nos seus resultados e no elevado proveito que todos daqui tirarão no sentido da melhoria da qualidade do ensino superior, meta que indistintamente todos nós perseguimos.

O SÍNTESE DO PRONUNCIAMENTO DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

Profº José Aristodemo Pinotti

O Secretario de Educação cumprimentou o MEC pela escolha do tema do Encontro, o que manifesta seu interesse pela qualidade do ensino.

Agradeceu, em nome do governador, salientando o fato de o Ministro realizar o Encontro em São Paulo.

Teceu considerações sobre a qualidade e a democratização do ensino superior, destacando que a qualidade relaciona-se com qualificação de docentes, equipamentos, mínimo de conforto e o uso da tecnologia. Enfatizou a importância da tecnologia apropriada, referindo-se à necessidade de adaptar a tecnologia à nossa realidade.

Afirmou que cada universidade não precisa ser ótima em tudo, mas seus cursos de mestrado devem concentrar-se em áreas de excelência. A formação dos professores deve ser feita nos centros de excelência.

Relacionou a qualidade dos docentes com os salários, destacando que a remuneração tem que ser justa, para que o professor possa ter dedicação integral e emprego único. Todavia, aos aumentos de salários devem corresponder aumentos de responsabilidades.

Falou, também, sobre a importância da integração da universidade com a comunidade e instituições locais,

Sobre a democratização da universidade, referiu-se que saímos de um período onde tudo era proibido para um período onde podemos manifestar nossos pontos de vista, idéias individuais e coletivas, sem problemas. Vivemos num ambiente de total liberdade de expressão. Depois de um período longo de repressão devemos passar por um período de ajuste democrático.

A universidade será democrática quando ela for aberta a todos, independentemente da condição econômica.

A elitização do ensino superior continua. Temos visto que nas universidades federais o maior número de ingresso é de alunos que tem maior poder aquisitivo, alunos provindos de escolas particulares de 1º e 2º graus, que fizeram cursinho pago e que estudam de dia e não trabalham.

Finalizou dizendo que devemos acabar com o vestibular e dar oportunidades justas a todos.

D - SÍNTESE PO PRONUNCIAMENTO PO SECRETÁRIO GERAL PO MEC, DR. ALOÍSIO SOTERO

O Secretário Geral iniciou seu pronunciamento destacando a importância e a relevância do Encontro, como mais um passo do MEC para a melhoria da qualidade do ensino. Enfatizou a importância do trabalho que as DEMECs vem fazendo na área, avaliando e acompanhando cerca de 600 IESPIs, envolvendo quase um milhão de estudantes.

A avaliação e o acompanhamento estão sendo estendidos as universidades federais, cujo estudo já está sendo elaborado pela SESu.

Colocou como relevante a criação do saber como competência e excelência do ensino. Nenhum país consegue independência social sem recriar o saber.

Apresentou algumas diretrizes para serem debatidas nos próximos dias:

- 19) fidelidade no cumprimento das propostas constantes nas cartas-consultas para criação de novos cursos: regimentos sinceros, ou seja, reais, que expressem efetivamente a fidelidade proposta, É necessário verificar e acompanhar as cartas-consultas no sentido de saber se existem, de fato, os itens propostos na carta-consulta. Necessário se faz acabar com a teatralização das cartas-consultas;
- 2º) acompanhamento da excelência do quadro docente. Verificamos que no início os nomes propostos são indicados, apenas, para aprovação do funcionamento do curso. Devemos pois, acompanhar se a excelência do quadro dos professores permanece a mesma da aprovação inicial, ou seja do processo de autorização. Necessário se faz que exista um acompanhamento nessa linha, pois temos visto, com freqüência, a sombra do professor inicial;
- 3º) acompanhamento constitucional - o regimento da IES e a sua constituição. Será que está sendo cumprido e disponível a todos os segmentos, ou só aparece nas fases críticas de greves e reivindicações? O pacto do silêncio toma corpo na sociedade brasileira: um faz de conta que ensina e o outro faz de conta que aprende. Isto só pode ser rompido com o regimento. Por que isto não ocorre? Os regimentos devem ser cumpridos ou modificados.

4?) fragilização do processo ensino-aprendizagem. Será que o professor está cumprindo seu papel? Qual o perfil do estudante que conclui o seu curso? A avaliação do ensino deve ser discutida e reavaliada. Há o problema, também, da frequência "fantasma": alunos que não assistem as aulas e têm a frequência no final do curso. A fragilidade do ensino se dá pelo individualismo e não pela constituição de grupos de estudo. Por que não ampliar o período de graduação? Sabe-se que 70% dos estudantes não conclui seu curso em tempo regular. Os alunos reclamam do não cumprimento dos programas das disciplinas, da má qualidade do ensino, da abertura das aulas com chamadas e o encerramento sem o cumprimento dos programas. A aula presencial deve ser valorizada como convivência acadêmica e como cumprimento do programa. O que desmotiva o aluno? A monotonia? O ensino? O trabalhar durante o dia e o estudar a noite? As universidades abertas, quase sempre, tem um nível de maior exigência que o ensino regular;

5?) regime jurídico - um outro aspecto a ser visto é com relação ao regime jurídico próprio das mantenedoras. Elas têm o regime de direito civil e o de educação a parte.

É determinação do Senhor Ministro fortalecer as DEMECs, dando-lhes autonomia e valorizando seus trabalhos. Várias ações da SESu e CFE passarão para as Delegacias.

Finalizou dizendo que gostaria de ver rompido o pacto do silêncio entre as Instituições.

IV - PRIMEIRA SESSÃO

A - APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

Conferência do Secretário da SESu, Prof. Paulo Elpldio de Menezes Neto sobre "A Política de Ensino Superior e a Qualidade do Ensino das IESPIs".

1 - A OPORTUNIDADE DO TEMA

Com muito acerto, os organizadores deste Encontro propuseram a apreciação sobre a Política atual de Educação Superior como o referencial indispensável para os trabalhos que hoje se iniciam.

Indiscutivelmente, o papel e as ações das Delegacias Regionais do MEC devem estar voltados para a consecução dos objetivos e metas que a sociedade e governo têm em vista, no plano educacional.

2 - PRINCIPAIS LINHAS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Cumpramos ressaltar, inicialmente, que estamos vivendo um momento de transição e de reconstrução democrática. No caso da educação superior, estamos em pleno processo de formulação de uma nova política que vem sendo gestada na prática cotidiana das instituições universitárias e explicitada nas propostas de

reformulação da educação universitária que serão levadas ao Parlamento Nacional e a Assembléia Constituinte.

Devemos destacar aqui as recomendações apresentadas pela COMISSÃO NACIONAL PARA REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR e o anteprojeto preparado pelo GERES, propondo uma revisão da legislação para que se possa processar as mudanças necessárias.

Não caberia, entretanto, detalhar o conjunto de medidas incluídas neste reordenamento legal, envolvendo principalmente a organização e administração da universidade, o financiamento da rede pública, a carreira do magistério e a reformulação do Conselho Federal de Educação.

Para os objetivos deste Encontro, parece-me importante alinhar alguns pontos centrais que visam reverter o processo de deterioração da educação superior e assegurar sua adequação à nova realidade econômica e social que se busca construir para a sociedade brasileira.

- a) Revisão do modelo uniformizante de educação superior para que ela possa corresponder à diversidade e pluralidade das demandas sociais, educativas e tecnológicas.
- b) Concretização da autonomia universitária, definindo-se mais claramente a relação Universidade/Governo. A autonomia deverá estar assentada na competência e nos padrões de qualidade e desempenho acadêmico. O exercício da autonomia universitária envolve, também, a definição do que deve ser a articulação Universidade/Sociedade. A credibilidade da

universidade depende de sua afirmação como centro de reflexão e de produção do conhecimento e também como instituição formativa.

- c) Para se restaurar esta função formativa, o ajustamento do ensino de graduação assume caráter prioritário. Trata-se de estimular o crescimento qualitativo e quantitativo do ensino de graduação, assegurando-se sua significação humanística e sua relevância acadêmica. Numa sociedade democrática, a educação superior não pode continuar sendo um mecanismo de estratificação social e de manutenção de privilégios corporativos. O formalismo e o ritualismo comprometem a qualidade do ensino, profundamente marcado por um profissionalismo estreito e inadequado as aspirações dos estudantes e as oportunidades de emprego e de realização socio-cultural.
- d) Fortalecimento da pesquisa universitária e da pós-graduação que assumem um papel estratégico para a viabilização da competência nacional, tanto no que se refere ao domínio do conhecimento como a instrumentação científica e tecnológica do desenvolvimento democrático.
- e) Aperfeiçoamento dos mecanismos de financiamento e de avaliação da educação superior. A alocação de recursos em quantitativos reais e sob a forma de dotação global devera estar vinculada a uma programação de trabalho consistente e factível. A aferição de resultados desta programação nos planos acadêmico e pedagógico é uma exigência inadiável.

3 - ATUAÇÃO DA SESu

Em consonância com estas linhas gerais da política de educação superior, a atuação da SESu vem sendo pautada pela preocupação básica com a melhoria da qualidade do ensino.

Nesta perspectiva, os esforços orientam-se para dois planos inter-relacionados: assegurar os recursos indispensáveis e empreender um processo permanente de avaliação tanto dos cursos de graduação como do desempenho acadêmico/institucional das Instituições Universitárias.

Entre outras ações empreendidas, destacam-se:

- a) PROGRAMA NOVA UNIVERSIDADE - voltado essencialmente para o aprimoramento do ensino de graduação, atacando pontos críticos e de maior carência como:
 - ampliação e atualização do acervo bibliográfico para o ensino de graduação (BIBLOS);
 - introdução da informática no ensino de graduação, mediante aquisição e reaparelhamento dos recursos computacionais (MICROS);
 - recuperação de equipamentos e laboratórios de ensino nas universidades federais (OFICINA).
- b) Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias e Programa de Aquisição Planificada.

- c) Instalação de 12 Comissões de Especialistas incumbidas de prestar colaboração técnica e pedagógica em matéria de política e qualificação do ensino de graduação.
- d) Instituição de um processo permanente e contínuo de avaliação dos cursos de graduação.

4 - A SESu E AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADAS ISOLADAS

- Não cabe, aqui, discutir a questão entre ensino público e privado, mas é fundamental buscar uma compreensão objetiva e crítica da situação do ensino superior oferecido pelo segmento de instituições privadas isoladas que respondem por mais de 50% do total de ensino superior particular.
- O Ministério da Educação e, portanto, a SESu sempre estiveram com suas atenções voltadas para os problemas e necessidades das Instituições Federais e universitárias.
- Isto se explica em parte pelo caráter excepcional e supletivo aplicado ao ensino privado pela legislação e pelas políticas adotadas. Este tratamento concorreu para que os órgãos governamentais assumissem uma posição de distanciamento em relação as Instituições Isoladas.

- É fato indiscutível, entretanto, que a proliferação não-planejada e desordenada de estabelecimentos isolados provocou profundas distorções que dificultam a formulação de políticas mais consistentes e trazem inúmeras conseqüências para a educação superior em seus aspectos pedagógicos e sociais.
- Por isso, há, hoje, uma consciência crescente quanto à necessidade de uma política pública em relação à rede privada de ensino, tendo em vista que educação é um bem público que deve atender a padrões básicos de qualidade.
- Há que se reconhecer, entretanto, que nesta etapa de transição e de debate pré-constituente não existe consenso sobre esta questão e as proposições variam entre posições extremas:
 - há quem defenda a estatização de todo o ensino superior particular, inclusive as escolas falidas, como também se pleiteia o financiamento público as IES particulares;
 - quanto à atuação do MEC em relação as IESPIs, muitos defendem o papel de polícia, de fiscalização e inspeção e arbitramento de punições; outros advogam o papel de orientador, de supervisor e apoio técnico e pedagógico. Há, também, quem defenda uma real liberdade de ensino, possibilitando às . . . Instituições particulares assumirem uma identidade própria o que hoje é impossível, em decorrência do legalismo e do formalismo da burocracia oficial.

- Diante desta realidade complexa, a SESu tem consciência das limitações de sua atuação, mas está empenhada em capacitar-se e equipar-se para assumir suas tarefas de coordenação e acompanhamento da política governamental da educação superior, envolvendo principalmente seus aspectos finalísticos.
- Hoje, a SESu esta instituindo um processo de avaliação dos cursos de graduação. E fundamental que este sistema de avaliação tenha o reconhecimento, o aval e a credibilidade publica. Trata-se de uma tarefa complexa e que não se implanta de imediato e de maneira generalizada. O sistema de ensino superior oferece hoje um leque de quase 5.000 cursos, com mais da metade sob a responsabilidade do sistema particular. A avaliação deverá contemplar uma multiplicidade de condições e, portanto, não pode ser uniformizada segundo critérios rígidos e padronizados. Não ha duvida,entretanto,de que,mesmo iniciada num universo pequeno de Instituições,a adoção de uma prática de avaliação repercutirá positivamente em todo o sistema.

PAPEL DAS DELEGACIAS NO PROCESSO DE SUPERVISÃO AS IESPIs

- As DEMECs são definidas como delegações do Ministério para fins de acompanhamento, supervisão e avaliação

das atividades do setor educacional e desportivo. Constituem, portanto, unidades de gestão descentralizada da política educacional com atribuições específicas de supervisionar e prestar assistência as Instituições particulares de ensino superior.

- O ensino particular funciona por concessão do Poder público e seus estabelecimentos estão, portanto, diretamente subordinados a ele que os autoriza, reconhece e supervisiona.
- A Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior dedicou um capítulo de seu Relatório Final à problemática das Instituições isoladas de ensino superior e propõe que as atividades de supervisão e acompanhamento das mesmas sejam atribuídas as Universidades, com ênfase nos aspectos técnicos, pedagógicos e científicos.
- O fato, entretanto, é que na realidade as DEMECs constituem o principal instrumento que o MEC e a SESu dispõem, hoje, para esta supervisão.
- A SESu reconhece a importância deste instrumento e inclusive incluiu no Programa Nova Universidade um projeto de "Supervisão das IESPIs como Instrumento de Orientação e Melhoria do Processo Educacional" (PROSUPE).
- É com a melhor expectativa, portanto, que a SESu acolhera os resultados deste Encontro para que se possa promover uma efetiva articulação dos diversos órgãos do Ministério da Educação interessados e envolvidos na **supervisão das IESPIs.**

Para os propósitos deste Encontro, seria interessante destacar as linhas básicas que hoje orientam as atividades da SESu.

- Conhecimento do sistema de educação superior.
- Acompanhamento e avaliação.
- Articulação do processo de programação e orçamentação da educação superior.

B - Debate em plenário

Após a conferência do Secretário da SESu seguiu-se debate em plenário.

V - SEGUNDA SESSÃO

A - APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

Painel: "A Universidade e a IESPI - O Ensino Superior no Brasil, suas crises e a problemática da qualidade do ensino superior"

1 - PAINELISTA PROFESSOR ANTÔNIO CARLOS RONCA

Eu queria inicialmente agradecer ao Ministério da Educação a possibilidade de estar aqui discutindo com vocês uma questão que me parece fundamental, que é a questão da qualidade do ensino.

Quando me foi dado este tema para expor, algum tempo, para vocês, eu confesso que tentei recolher um pouco da minha experiência de professor de escola superior isolada nestes 16 anos em que eu trabalho na docência do ensino superior. Dada a minha formação em psicologia, algumas coisas começaram a acontecer dentro de mim.

Em primeiro lugar, a figura do supervisor, do inspetor do Ministério, sempre foi para mim uma figura meio apavorante. Ela sempre foi utilizada em determinados momentos na minha prática, seja para proibir, seja para coibir, seja para impedir. Eu ouvi, muitas vezes, de muitos diretores de faculdade dizerem para mim que isto não podia ser feito porque senão o inspetor do MEC, a Delegacia do MEC, o supervisor do MEC não iria aprovar. E aquilo era tido, realmente, como norma e eu confesso que, em determinados momentos da minha vida, houve até um pouco de medo dessa figura. Quem seria esse supervisor tão proibitivo, segundo os Diretores de algumas faculdades ?

Como eu não perdi as minhas manias de psicólogo, eu comecei a me debruçar sobre essa questão da qualidade do ensino como se eu fosse um psicanalista, tentando investigar um pouco um paciente que me chegasse e esse paciente seria o ensino superior.

Imediatamente eu detectei alguns sintomas nesse paciente. O primeiro, um sintoma de rejeição, ou seja, algumas pessoas, e esse sentimento está cada vez mais difundido na nossa sociedade, confiam muito pouco no profissional formado no ensino superior. Essa é uma crença que se difunde hoje. Eu, há pouco tempo, conversava com alguns profissionais da área de recursos humanos que trabalham em empresas e eles me diziam que algumas empresas estão chegando ao ponto de não contratar mais profissionais já formados por ensino superior, mas que preferem contratar alunos no primeiro e no segundo ano e montam um sistema, montam uma fórmula de ir formando esses alunos dentro da própria empresa e esperam do ensino superior apenas o diploma. Mas o que realmente será substantivo na formação desse profissional será adquirido na própria empresa. Isso me foi dito por alunos profissionais da área de engenharia, que estavam profundamente desapontados com a formação desse profissional do ensino superior. Alguns chegaram a verbalizar que alguns profissionais de engenharia chegavam nas firmas sem os mínimos conhecimentos de física, sem os mínimos conhecimentos elementares, o que levava a empresa a ter uma desconfiança total do ensino superior.

Aprofundando um pouco a minha análise, eu percebia nesse meu paciente, o ensino superior, alguns sintomas de esquisofrenia.

E é essa esquisofrenia que eu gostaria de discutir com vocês; aonde que eu identifico é onde está um ponto central, ao meu ver, da questão da qualidade do ensino, que passa exatamente por essa questão patológica que folcloricamente eu chamo de esquisofrenia.

Eu gostaria de tentar discutir, hoje, um pouco, com vocês, em que consiste essa esquisofrenia do ensino superior.

Quando se discute a questão da qualidade do ensino eu acho que se pode ficar no terreno obvio e discutir a questão da remuneração dos professores. Acho que, sem dúvida nenhuma, esse é um fator que afeta e afeta muito,

Eu estive fazendo uns cálculos, rapidamente, hoje: se eu trabalhasse 50 horas, desse 50 aulas por semana nu

ma Instituição Superior Isolada aqui em Sao Paulo eu ganharia um salário de Cz\$ 12.000,00, tendo dezessete anos de profissão, um mestrado e um doutorado para ganhar Cz\$ 12.000,00, dando 50 aulas por semana. É claro que isso é um fator que afeta sobremodo a situação do ensino superior. Eu não vou me deter sobre isso, porque isso me parece o obvio.

Eu acho que há determinadas condições estruturais nas Instituições de Ensino Superiores Isoladas que dificultam muito a ação de um docente.

Eu me lembro que no tempo em que eu lecionava, em Instituições Isoladas eram raríssimas as reuniões de Departamento; não havia um fazer pedagógico coletivo, mas havia um fazer individualizado. Nós professores nos sentíamos profundamente sozinhos. Nós dávamos nossas aulas e não havia uma articulação estrutural que levasse a gente a pensar e a refletir juntos e a encontrar saldas coletivas.

Essa é outra coisa que eu acho que compromete muito a situação do ensino superior.

Eu acho que existem outras condições, ainda , condições estruturais, empresariais. Mas eu gostaria de me deter mais profundamente, apenas para levantar estas questões porque depois se pode discutir isto. mais em profundidade, que i aquilo que eu chamei de esquisofrenia, ou seja, me parece que um dos pontos centrais na questão da qualidade passa pela questão da relação entre teoria e prática. Esse é um ponto fundamental. E aqui me parece, conversando com algumas pessoas conhecidas minhas que estão aqui no auditório, me parece que existe uma preocupação, hoje, nas Delegacias do Ministério de se tentar superar um pouco a dimensão do que seja supervisão.

Parece que existe uma dimensão que está brotando, cada vez mais emergente, de tentar passar de uma dimensão legalista, de uma dimensão atrelada um pouco ao controle para uma dimensão efetivamente de supervisão.

Eu creio que isso só se fará se nós enfrentarmos esta questão fundamental, que i a questão da relação entre teoria e prática. Aqui eu vejo o problema fundamental da qualidade do ensino superior, sem desconhecer todas as outras **que** eu apontava, sem desconhecer condições estruturais, sem

desconhecer as condições de salários dos professores, as condições de funcionamento das Instituições de Ensino.

Como é que eu classificaria esta questão da relação entre teoria e prática na questão da qualidade do ensino? Que caminhos que se tem para superar essa doença? Que caminhos se tem para encontrar um novo modelo de supervisão? Esse me parece o grande desafio que nos apresenta hoje.

Eu diria que, em primeiro lugar, se parte de um pressuposto, que bate com a rainha experiência, de que, era geral, nas Instituições de Ensino Superior o conhecimento acumulado historicamente e pouco trabalhado, o conteúdo transmitido pelas instituições de ensino superior é muito pobre, seja porque nós temos uma clientela que hoje se reduz a uma clientela que le apostilas, seja porque é uma clientela que em geral frequenta cursos noturnos, seja por inúmeras razões, mas o conhecimento e pouco trabalhado.

Há uma distância enorme entre os conhecimentos transmitidos durante o curso e as necessidades práticas da profissão.

Há uma distância enorme entre o conhecimento que é trabalhado, esse pequeno conhecimento que é trabalhado, e aquelas necessidades práticas. É nessa questão da relação teoria e prática, que é uma questão que se manifesta em todos os campos, seja na área da medicina, seja na área da saúde, na área da enfermagem, na área da educação, na área da engenharia, em todos os campos se manifesta esta questão na relação teoria e prática. E ela se manifesta profundamente através das contradições da sociedade que nós vivemos, que é uma sociedade que separa o trabalho manual do trabalho intelectual e, conseqüentemente, aprofunda essa questão da relação entre teoria e prática. Uns pensam, outros fazem; uns teorizam, outros agem.

Se nós observarmos hoje, e me parece que é fundamental numa dimensão de supervisão do ensino superior, que se entre, de cheio numa análise de currículo, ou seja que se passe a enfrentar essa questão de como é organizado esse conhecimento na Instituição de Ensino Superior, se pode observar que nesta questão da articulação entre a teoria e a práti

ca, uma visão em primeiro lugar que eu chamaria de visão dicotômica, ou seja, essa visão que acentua a dimensão de que aos teóricos corresponde o pensar, corresponde o elaborar, corresponde o planejar. Aos práticos, o executar, o agir e o fazer.

É fundamental que se supere essa visão dicotômica - como? Me parece que em função de uma visão de unidade, onde teoria e prática, dois componentes indispensáveis da práxis, definida como atividade teórico-prática.

O prof. Paulo Freire, que acaba de ganhar o prêmio da UNESCO na Europa, quando discute a questão da práxis, ele discute acentuando que é o rever a própria prática, o reencaminhar a própria prática, o reelaborar a própria prática, que nós entramos na práxis. Essa me parece uma dimensão que nos falta, a nível de ensino superior.

E, ao fazer uma análise da qualidade do ensino, eu percebo nos currículos de ensino superior uma dimensão que enfatiza a formação teórica, ou seja, o papel da formação, principalmente da inicial, concebido como o de favorecer a aquisição de conhecimentos acumulados, estimular o contato com os autores considerados clássicos, sem se preocupar diretamente em modificar ou instrumentalizar para a prática. Esta é concebida como não rigorosa, não científica.

No currículo, a ênfase é posta nas disciplinas consideradas teóricas, ou seja, quando nós analisamos os currículos dos cursos superiores, nós percebemos em determinados currículos uma ênfase nessas disciplinas teóricas e que, em geral, elas estão no início da formação e que há até um desprezo pelos professores dessas disciplinas por outras que instrumentalizam e, por outro lado, ao mesmo tempo em que isto ocorre, há um desvirtuamento da própria prática.

Se eu observo essa tendência na qualidade do ensino de enfatizar a formação teórica, eu também não posso deixar de considerar que existe uma tendência, ou seja, há em determinados currículos, a forma como ele é organizado, a crença de que para se formar um profissional é necessário inseri-lo na prática e esta irá ditando o processo. Aí, a ênfase nas disciplinas instrumentais, a ênfase será no fazer, se não no agir.

O pior me parece é que quando analisamos os currículos do ensino superior, em alguns momentos nós vamos perceber que estas duas tendências estão em jogo; ou seja, quando estas duas tendências estão presentes num programa de formação profissional o que se dá é uma justaposição no currículo entre as disciplinas consideradas teóricas e as práticas, sem comunicação entre elas, que é o que eu chamo de esquisofrenia, ou seja, existe um campo teórico, um campo prático e uma não comunicação entre a teoria e a prática e o aluno no meio, o que dá uma dimensão, o que eu chamo de esquisofrenia, porque a dimensão do real fica dissociada da dimensão intelectual, da dimensão teórica, o que dá uma divisão profunda ao nível de currículo entre essas duas tendências, ou seja, aquela tendência que prioriza o aspecto teórico e aquela tendência que prioriza o aspecto prático.

Isto cria uma justaposição em que não há uma comunicação entre as partes componentes do currículo, o que gera no aluno deficiências incriveis na sua formação.

A visão de unidade, que é a que eu defendo, aponta para a necessidade do redimensionamento da formação do profissional que nós queremos formar, qual implica na negação de um tipo ideal de profissional, como se a gente tivesse, a priori, um profissional já definido, uma vez que não tem sentido definição de sua competência técnica em função de um conjunto de atividades e habilidades estabelecidas a priori.

A ação de qualquer profissional, ao contrário, deverá se revelar como resposta às diferentes necessidades colocadas pela realidade social. É a própria realidade que nos dará o perfil do profissional que a gente vai pretender formar. Para tanto, a formação no ensino superior deverá ter como finalidade primeira a consciência crítica da sociedade e do papel exercido pelo profissional no seio da sociedade, o que implica, ao meu ver, um compromisso pela transformação dessa sociedade que está aí.

Nesse sentido, todos os componentes curriculares devem trabalhar a unidade teoria e prática sob diferentes configurações para que se não perca a visão da totalidade da prática.

Para completar esta minha apresentação, algumas perguntas me parecem fundamentais para um supervisor, para alguém que quer pensar em termos de currículo, para alguém que quer efetivamente colaborar para uma redimensão da formação que os nossos alunos recebem. Por exemplo, como é trabalhada a relação teoria e prática num determinado curso? Essa me parece uma pergunta fundamental. Como é que um determinado curso encara a teoria? É um conjunto de verdades absolutas, um campo de conhecimento isolado da prática, um conhecimento historicamente construído em processo contínuo de reelaboração?

Na análise dos próprios currículos, nas entrevistas com professores, se percebe muito bem, a perspectiva que cada um tem do que seja teoria. Como que se configura a prática num determinado currículo? Ela é esvaziada da teoria? Como é que a Instituição de Ensino Superior concebe o currículo? É uma divisão entre disciplinas técnicas e instrumentais? A maior parte dos nossos cursos padece desse problema. Os cursos são realmente organizados em termos de disciplinas teóricas e disciplinas práticas. Quais são as práticas que ocorrem num determinado curso? O que é que se espera por uma competência profissional? E, finalmente, como é encarada a questão do estágio na formação de um profissional? Porque, realmente, no estágio deveria se configurar uma situação em que a teoria e a prática estivessem efetivamente unidas, mas não da forma como está hoje, em que se reserva para os estágios apenas esse papel, mas esse deveria perpassar todo o currículo. É claro que numa dimensão dessas, em que esse profundo desajuste entre teoria e prática, nós temos efetivamente uma doença, nós temos alguma coisa que não combina, que é o que eu chamo de esquisofrenia.

Um último ponto para nossa reflexão, que me parece que é fundamental na questão da qualidade do ensino, é a questão da avaliação, seja a avaliação do curso, seja a avaliação de desempenho.

Essa é uma questão que, em geral, eu não encontro nas Instituições de Ensino Superior Isoladas e também nas universidades essa é uma questão seríssima.

Na minha universidade, por exemplo, se você fala em avaliação de desempenho, isso cria medos, isso cria fantasmas, isso cria possibilidade de perder emprego, isso cria inúmeros desajustes internos entre as pessoas.

Eu acho que essa é uma questão que nós deveríamos rever dentro da questão da qualidade do ensino. Como é que nos encaramos a questão da avaliação dos nossos cursos e como é que nós encaramos a questão da avaliação do desempenho do docente? Inclusive aqui nós temos um longo caminho a andar porque o que existe de produção de conhecimento nessa área ainda é pequeno, ainda é pouco, ou seja, nós estamos engatinhando nessa questão da avaliação, do que seja uma avaliação do curso e o que seja uma avaliação do desempenho do docente.

Como é que nós podemos passar de uma avaliação de controle, de uma avaliação de enquadramento dos indivíduos seja por coações explícitas, seja por coações implícitas, para realmente uma avaliação que seja um instrumento de juntos encontrar saídas para os problemas que se enfrenta? Numa pedagogia preocupada com a transformação da sociedade a avaliação deveria manifestar-se como mecanismo de diagnóstico da situação, tendo em vista uma tomada de decisão com a participação de todos. Como é que nós poderemos caminhar para isto?

Eu acho que aqui nós encontraremos algumas respostas para melhorar a qualidade do ensino e eu creio que nesse ponto nós temos um dos maiores desafios: e enfrentar a questão da avaliação do desempenho, sem medo, sem receio, e enfrentar a questão da avaliação do curso; qual o resultado efetivo que os nossos cursos apresentam.

Eu acho que nós precisamos de fiscalização, de fiscalização de resultados, de fiscalização dos produtos que os nossos cursos superiores apresentam. Isso me parece indispensável e, ao mesmo tempo, como é que nós vamos colocar a nós docentes numa perspectiva de avaliação de desempenho. Eu creio que esses são os dois grandes problemas, ao meu ver, que nós enfrentamos hoje na questão da qualidade do ensino - como é que nós vamos articular a questão da teoria e da prática e como é que nós vamos enfrentar a questão da avaliação do de

sempenho. Eu acho que essas questões vale a pena a gente discutir.

(Transcrito de gravação; texto não revisado pelo conferencista).

- 2 - PAINELISTA PROFESSORA MARILU FONTOURA DE MEDEIROS - Professora Adjunto do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação e Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, DEE/FACED/UFRGS; Doutora em Ciências Humanas, Educação.

O ENSINO **SUPERIOR** BRASILEIRO: a educação na cultura como a contextualização necessária à qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e a função supervisora.

Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende. Por que é que todos não se reúnem, para sofrer e vencer juntos, de uma vez?

JOÃO GUIMARÃES ROSA, p.235.

- 1 - **A EDUCAÇÃO NA CULTURA, COMO UM REFERENCIAL PARA O ENTENDIMENTO DO QUE SIGNIFICA O "TRABALHO COM", NUMA PERSPECTIVA DE TRANSFORMAÇÃO**

O pensamento de João Guimarães Rosa, na sua mineirice, muito nos ensina sobre a dialética do próprio ato e processo de aprender e ensinar. Estamos em estado permanente de aprendizagem, mesmo que estejamos nos propondo a ensinar. Poderíamos até afirmar que o ensino realmente ocorre, na medida em que, de ambas as partes, há um aprender, que é recíproco, bidirecional. Somos sempre educando-educadores. Há uma circularidade que não se esgota, e, acreditamos nisso, já que, na nossa percepção esta falta de circularidade, de superação, de dinâmica de papéis só conduz a unidirecionalidade, ao autoritarismo, ao imobilismo e à morte.

A circularidade do ensinar e aprender se configura no essencial do próprio ato de viver, com um mínimo de dignidade, liberdade e autonomia. E, dialeticamente, a autonomia, como a capacidade de tomar suas decisões; a liberdade, como o exercício desta capacidade e a dignidade, como o respeito do ser enquanto ser. Enquanto sujeito só se dá se este ca

minho de duas mãos, bidirecional for percorrido sempre. Não importa que exista circularidade, se ela ocorrer em um só sentido como os ponteiros de um relógio, seja da direita para a esquerda, assim como da esquerda para a direita, seja de cima para baixo, assim como de baixo para cima, isto é, dependente da direção que tenha assumido. Tanto o autoritarismo, quanto a licenciosidade são expressões de uma mesma dominação e falta de perspectiva para o desenvolvimento crítico e libertário.

Já foi dito, nesse sentido, que a escola tem funções culturais a cumprir em qualquer agrupamento humano.

"Esquemmatizando, podemos dizer que a primeira função da educação é a de transmitir, dentro do grupo cultural, os saberes acumulados pela soma de experiências desse mesmo grupo humano. Uma segunda função da educação, agora numa perspectiva exocêntrica, é a de intercambiar saberes entre distintos grupos culturais, segundo uma lógica previsível de aceitação ou rejeição, em função dos interesses de cada grupo cultural. Uma terceira função, desta vez de caráter teleológico de saberes, a educação dá condições para se criar novos saberes.

(...)

O que realmente a escola deve pensar é sobre o que significa ser um ponto de intercâmbio de saberes e quais as decorrências disso para a sua práxis.

Ela não será um ponto de intercâmbio se a sua prática for a de levar para o meio popular novas formas de saber. Não importa se esse saber é levado com o intuito de reforçar a ideologia do poder dominante ou com o intuito de contestá-la. Em ambos os casos se trata da mesma pedagogia autoritária, de um processo de dominação e de desapropriação da identidade cultural do povo" (Pozenato, 1986, p.12, 14).

O posicionamento que expusemos, de colocar a educação na cultura, é indicativo de um pressuposto social, onde:

- a - uma orientação dialógica e dialética pré-existe no processo de ensinar e aprender;
- b - há um respeito para com o outro, no sentido de atentar para os seus saberes e fazeres, bem como para os nos

sos próprios saberes e fazeres, sem falsos maniqueísmos, nem falsos intelectualismos;

- C - contextualiza-se nesta educação as funções culturais de transmitir, intercambiar, para finalmente criar novos saberes, com ênfase no intercâmbio e na criação;
- d - o intercâmbio se opera numa ação entre pares, sem propostas de dominação, jugo ou mando;
- e - buscamos, acima de tudo, que cada grupamento humano, se já ele representado por classes sociais, por organizações tais como Instituições de Ensino Superior - IES, encontrem o seu próprio caminho, as suas diretrizes, os seus pressupostos.

Desse pressuposto emerge o princípio maior, no sentido que agimos como mediadores, intermediando a busca destes caminhos pelos próprios grupos, sem procurar o caminho aparentemente mais fácil de ditar normas, circunscrever limites rígidos, delimitar espaços e escolhas. O resquício de autoritarismo que às vezes temos, cede, então lugar ao "trabalhar com", onde há a busca conjunta de caminhos que conduzem à melhoria, a transformação. E, nesse sentido, vale a autoridade e não o autoritarismo; vale o sábio e não o sabido; vale a troca e não a imposição; valem os homens e não os homens reificados, coisificados e objetivados.

Na medida em que tiramos do outro a capacidade de decidir, estamos atribuindo a ele simplesmente a capacidade de ser "coisa", de ser objeto, jamais sujeito de sua própria história.

Uma vez estabelecido o referencial maior para o nosso discurso, representativo de nossa forma de "ler" o mundo e com ele interagir, cabe definir, na nossa percepção, o campo concreto de nossa prática, quer como professores, quer como supervisores, quer, principalmente, como pares.

2 - A UNIVERSIDADE: SEU COMPROMISSO COM O SOCIAL, COMO UMA PRÁXIS DA "EDUCAÇÃO NA CULTURA"

Como já disse Rezende (1980, p.34) "o que fará de nossa Universidade uma Universidade Brasileira e precisa-

mente a relação que se estabelece entre a educação e a cultura brasileira, entre a aprendizagem e o modo de ser dos brasileiros, entre a instituição e o sentido da existência de nós todos. O cerne da questão é o sentido da existência em contexto brasileiro. Que sentido tem ou pode vir a ter sermos brasileiros?"

Nesta descoberta (Medeiros, 1986, p.4) "do que é a Universidade brasileira, num país dependente e periférico, muitos autores já afirmaram que ela, ainda, é uma abstração, considerando a justaposição que caracterizou a sua fundação (Mota, 1978) o que também pode configurar as nossas outras instituições de ensino superior. "Outros, embora a busquem pela "universalidade de campo", (Ramos, 1978), encontram-na na fragmentação destes mesmos campos e saberes", sem a preocupação com a pluralidade, com as necessidades do povo brasileiro e com os critérios nacionais e internacionais do saber (Ribeiro, 1982). Reconhecemos, nestes termos, que "a universidade tem realmente por objetivo, exprimir o conhecimento no plano universal, mas só poderá fazer quando se tiver convertido ao ponto de vista dos reais interesses do povo brasileiro, pois só então haverá adquirido a condição de identificação com a realidade concreta e única, em virtude da qual o Brasil terá acesso ao campo da autêntica universalidade" (Vieira Pinto, 1986, p.46).

E para melhor entendermos ou "des-velarmos", "tirarmos o véu" sobre a Universidade cabe fazer o pensamento de Trigueiro Mendes (1980, p.48) onde, "o problema do governo da Universidade é o problema do PODER (grifo nosso) no mais original dos regimes políticos. Tão original quanto a instituição deve ser o poder que dela emerge; exercê-lo corretamente pressupõe fidelidade à sua índole.

A universidade não é uma Monarquia, nem uma oligarquia, nem um regime dual - de senhores e servos. Muito menos seria um regime em que o poder se exercesse como uma aventura gratuita ou dionisíaca - não é a República de Platão, nem aquela "democracia filosófica" de que falava Newmann, referindo-se aos atenienses, (...1. Nem tecnocracia, nem cesariano.

Com pouco de quase tudo *isso*, a tudo *isso* transcede por força de sua radical ambigüidade.

O seu governo não pode pertencer apenas a uma geração, porque ela institucionaliza um dialogo entre diferentes gerações, representativas de realidades culturais e sócio lógicas distintas. Nesse dialogo se defrontam, como contribuições validas de cada lado, o acabado e o inacabado, o maduro e o imaturo, o ser e o vir-a-ser.

Ela representa os interesses da sociedade, participa da política do Estado no sentido de que é parte da pólis - mas não é governada pelo Estado, nem em seu nome. É a única instituição que se insere no Estado - e o transcende.

Ela exprime uma civilização nacional, mas não pode deixar de ser transaccional; serve a um lugar, a uma região, mas não pode ser nem local, nem regional. Nem pode, tampouco, ser governada pelas idéias de um partido ou de um grupo, ou de uma preferência intelectual - de humanistas, cientificistas ou de tecnólogos - nem por opções ideológicas, pois que todas devem encontrar-se dentro dela".

Constatamos e vivenciamos até aqui a presença continua de "pensamentos dialéticos", que lidam com a contradição, com a ambigüidade. Não raciocinam por ISTO OU AQUILO, mas por ISTO E AQUILO, sem a exclusão opressiva.

Do que antevimos (Medeiros, 1986) podemos resumir que

- a - há em curso uma busca da essência da Universidade, situada num contexto de consciência crítica;
- b - esta consciência critica, para chegar a sê-la, (mesmo, segundo Gramsci, 1966, superando o nível de corporativismo) necessita operar com base em um campo concreto do conhecimento e de ações;
- c - há uma procura de unidade, de convivência com o conflito, de superação das contradições, também convivendo com elas, para poder conciliar o ser e o vir-a-ser, o o acabado e o inacabado, o transmitir, o intercambiar e o criar novo saber;
- d - há uma consciência de saberes, existindo tensionalmente;
- e - há uma transcedência da ação e reflexão da Universida-

de, que ultrapassa o atrelamento ao Estado, quem o re presente ou quem deseje substituí-lo no poder;

- f - há uma busca de transcendência dos domínios das ideologias (mesmo que não a deseje neutra) , que para esta Universidade possa funcionar como instância crítica e com muita vivida para a confirmação das transformações;
- g - aceitamos o com o social, com o local onde ela se coloca, com o seu real, com o seu suporte conceitual e pratico, com a sua práxis, assumindo que essa regionalização não omite o universal, mas consiste num campo de interinfluências de intercâmbio, onde o regional é inserido no universal e este é explicado ou busca ser a essência naquele.

Estes são alguns dos pressupostos, em relação à educação na cultura, à Universidade, ao Estado, à sociedade e aos sujeitos que a compõem e que orientam nossa ação.

3 - CABE, AFINAL, A QUESTÃO: NESTE CONTEXTO, O QUE SIGNIFICAM AS CRISES DA UNIVERSIDADE, DAS IES E O SEU COMPROMISSO COM A QUALIDADE?

Para analisar as crises da Universidade, das instituições de ensino superior, dos demais níveis de ensino em geral necessário se faz contextualizá-la na crise de dependência brasileira, bem como inseri-la na crise mundial. A Universidade ou o ensino superior brasileiro não é uma abstração, mas um ente concreto e é desta concretude que emergem as crises.

Numa percepção mais social, e mesmo organizacional, as crises na universidade brasileira provém da sua própria origem, dependente da colônia, tida como uma "liberdade consentida", para atender aos que, circunstancialmente, estavam no Brasil, ou para amainar as crises e desejos da burguesia emergente. No entanto, para não ser tautológica, vamos fazer a historia mais recente, o concreto de centralização que nos marcou nos últimos decênios. Vivemos um período de centra

lização de poder e onde a criação do Conselho Federal de Educação e a natureza da Reforma Universitária de 1968 bem expressam os (des) caminhos na busca de caminhos (externos), criados para a nossa suposta Universidade.

Com a imagem de normatização, com a influência do funcionalismo, da busca perene do consenso, da fuga eterna ao conflito e ao debate se instauram as falácias da eficiência e da eficácia. Dependíamos (e ainda dependemos), para respirar, do oxigênio que adviria do poder central. Caricatamente, poderia ser uma re-edição do Brasil-colônia, a receber ordens de Portugal!

Por sua vez, as estruturas econômicas restringiam, cada vez mais, pelos tributos, ou outros artifícios, o "pátio de manobra", a área de instância crítica, o espaço de autonomia, enfim, o oxigênio da Universidade.

Hoje, ela resiste como um espaço de contraponto, de sobrevida neste momento concreto de novo governo, de novas idéias, cabe questionar se este é o fim que desejamos dar a Universidade?

O que estamos, como pessoas e como Estado, fazendo pela Universidade, para que ela possa, com força, realizar o seu papel, o seu compromisso, de produzir o regional e o universal, no desenvolvimento de nosso país?

Por que temos a sempre mágica idéia de que precisamos monitorar a Universidade, pressupondo que ela é incapaz de pensar e de fazer bem o seu papel, cumprir com o seu compromisso histórico? Não será isso um resquício de autoritarismo, que ainda temos? Não será uma expressão de colonizados, que nos é cultivada, como flor de estufa, com todo o cuidado, para que não pensemos de forma independente?

Contextualizado e questionando o espaço da crise da Universidade, cabe, na minha percepção, ainda outra colocação.

Não deveria ser "a crise", teoricamente, uma das condições básicas e essenciais da sua existência, superados, logicamente, os entraves de ordem econômica e de ordem da liberdade de ação? Não estarão a universidade e as IES sendo analisadas e "cercadas na sua crise" pelo receio do que podem

provocar em termos de reflexão, sobre o porque e os efeitos dessa crise? (Medeiros, 1985a)

Uma vez levantado o problema da crise na Universidade, importa trabalhar o que entendemos por qualidade, para podermos pensar a supervisão.

4 - A CONTEXTUALIZAÇÃO DA QUALIDADE PARA PODERMOS PENSAR A SUPERVISÃO

Estabelecida a crise, pelo seu aspecto circunstancial e, nem sempre benéfico, e o seu aspecto estrutural, essencial para a Universidade, abre-se o leque de opções para a análise da qualidade inerente a posição que temos do mundo, dos outros, da sociedade como um todo.

Etimologicamente, qualidade provém do latim "qualitate", querendo expressar o atributo, a condição natural, a propriedade (quando procede de sua essência) pela qual algo ou alguém se individualiza.

Se considerarmos a etimologia da palavra que trabalharmos a idéia de qualidade na ação universitária, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão, temos que, a priori, pensar em para que servirá esta qualidade, qual será ela e a quem ela servirá.

Simplificadamente (sem querer ser simplista ou reducionista do fenômeno), podemos dizer que esta qualidade pode estar a serviço de um paradigma ou enfoque do consenso, ou a serviço de um enfoque ou paradigma do conflito (Gomes, 1985; Sander, 1984; Ramos, 1981; Griffiths, 1959).

Em cada um destes paradigmas estão expressas as idéias ora do funcionalismo, com sua visão integrada e prê-fixa da sociedade; ora no marxismo, no neo-marxismo, no existencialismo e até no próprio anarquismo, com visão dialética de pensar e de ver a sociedade. Em uma predomina ou a organização ou o indivíduo e, em outra, o coletivo ou a "relação do ser com o outro". Nem um nem outro, em sua radicalidade, parece responder aos anseios de igualdade real do homem.

No entanto, é extremamente relevante que te

nhamos presentes estas idéias para podermos pensar sobre a qualidade.

Que qualidade desejamos ver na Universidade ? Aquela orientada para a eficácia; para a execução de tarefas que o mercado exige? Para as funções pré-determinadas? Ou para àquelas emergentes do conflito que se emerge, também, na escola, entre podêres? Ou será um pouco de ambas, decidido pelas próprias escolas? é um desafio que nós temos de colocar.

Vemos neste desafio, três grandes áreas de abordagem ou perspectiva, artificialmente estabelecidas, que podem nos orientar neste trabalho sobre qualidade:

- a - uma estrutural-administrativa e organizacional, relacionada à Reforma Universitária e à estrutura departamental que caracterizam a maioria das instituições;
- b - uma conceitual - metodológica, que diz respeito ao enfoque atribuído aos aspectos de currículo;
- c - uma social, relacionada ao compromisso social a ser exercido pela Universidade, pelo Estado, pelas outras organizações estatais ou não.

4.1 - O ENFOQUE ESTRUTURAL-ADMINISTRATIVO E ORGANIZACIONAL

Neste enfoque ou área de abordagem do problema, visualizamos a estrutura definida arbitrariamente e extremamente para a ação da universidade brasileira.

"A reforma, sob o pretexto de modernização, trouxe o controle estatal e externo para dentro da Universidade. Com o objetivo de não duplicar meios e fins, centralizou o poder; (...) já havia (...), uma preocupação com a expansão de vagas e, conseqüentemente, dos estabelecimentos de ensino (...); segundo, uma abertura para a ação empresarial dentro da Universidade (...); terceiro, a estrutura departamental, com sua pseudo-base para ações e decisões; (...) a desarticulação das ações, na aceitação de que os cargos e funções são desvinculados do campo específico do conhecimento dificultando a organização dos departamentos; (...) a extinção, do papel, da cátedra, esquecendo que os feudos não são questões de normas legislativas.

(...)

A Reforma, (...)ao mesmo tempo que busca a flexibilidade, centraliza as decisões; assim que desfaz uma hierarquia interna de poder, cria uma externa, tão ou mais forte que as anteriores" (Medeiros, 1985b, p.7-8).

É mister refletir sobre o papel dos departamentos como a cédula menor da Universidade, de onde devem surgir as idéias e as propostas de decisão. Que tipo de função é esperada do Departamento? Como ele, representativo, geralmente, de grandes áreas do saber, pode propiciar a apropriação deste mesmo saber de uma forma orgânica? Como ele consegue, com base neste saber fragmentado articular o seu poder na instituição? Ou a ele é atribuído "o pensar sobre o saber", cabendo aos outros órgãos, colegiados, a decisão sobre este saber?

Com a departamentalização, numa perspectiva funcionalista, (Medeiros, 1985b) vimos, cada vez mais, o saber fragmentado, pela fragmentação do ensino, pela fragmentação da ação grupai e individual dos professores e pela fragmentação da ação do aluno.

Não podemos esquecer que a Reforma nos trouxe de benefício a criação de pós-graduação e a conseqüente estimulação da pesquisa no país, com a consciência de dependência e independência cultural; trouxe, também, a possibilidade de criação da carreira docente, com todas as suas incongruências.

No entanto, a nós cabe uma análise detalhada da estrutura desse saber e desse poder (quando ele existe) para que possamos refletir "sobre" e poder pensar a transformação.

4.2-0 ENFOQUE CONCEITUAL

Neste enfoque podemos analisar as estruturas ideológicas que determinam a organização curricular e sua conseqüente ação sobre a conformidade ou a criticização.

Neste termos, podemos visualizar, a grosso modo, três grandes orientações ou propostas curriculares (Domingues, 1985)

- a - a técnico-linear
- b - a circular-consensual
- c - a dinâmico-dialógica

Baseado em McDonald, Domingues (1985) assim de fine os paradigmas curriculares:

- a - na proposta tecnico-linear, concebemos o currículo com uma influência tayloriana, funcionalista, onde há tarefas pré-determinadas para um mundo pré-definido;
- b - na proposta circular-consensual há uma ênfase nas experiências dos alunos, e nas suas necessidades latentes e/ou manifestas, onde há destaque para o relacionamento interpessoal e para o desenvolvimento intelectual;
- c - na proposta dinâmico-dialógica, já há uma maior aceitação do conflito, não sendo o currículo separado da totalidade do social, histórica e culturalmente situado.

Embora tenhamos uma história tecnico-linear, a práxis, entretanto, tem nos mostrado que não é nem na visão integradora, aparentemente imutável da realidade - como no primeiro paradigma - nem na visão eminentemente política, do terceiro paradigma que vamos encontrar a real práxis da educação brasileira. São caminhos que temos de trilhar, conscientes de para que e para quem podemos pensar o currículo.

4.3 - O ENFOQUE SOCIAL

Neste enfoque, retomamos o conceito de Universidade, relacionado ao seu compromisso com o social. As funções da Universidade (Medeiros, 1985a; 1985b), se analisadas isolada e burocraticamente, pouco têm a nos dizer sobre o concreto do ensino, da pesquisa e da extensão.

"Uma instituição universitária não forma profissionais, não persegue o conhecimento e não difunde este mesmo conhecimento, se não estiver alicerçada, encarnada mesmo, no processo histórico que lhe deu origem e no qual ela convive" (Medeiros, 1985a, p.94).

"Ao assumirmos estas posições acreditamos que uma Universidade, uma instituição de ensino superior, tem compromissos básicos a cumprir. Os primeiros situam-se na configuração do seu próprio ambiente, como instância crítica, como

espaço para reflexão, onde a postura democrática, da convivência com os seus contrários seja uma constante: também, um compromisso com os padrões internacionais e nacionais do saber, exigido para o ensino e a pesquisa; e, além disso, que esses saberes e fazeres, em eterna contradição, negociação, sínteses se operem, considerando as necessidades da comunidade e do desenvolvimento do país." (Medeiros, 1985b, p.12)

Queremos reafirmar a Universidade em seus compromissos com o desenvolvimento do país, com o saber em todas as suas dimensões e em sua pluralidade; queremos frisar o acadêmico, sem o academicismo; a autoridade, sem o autoritarismo; o compromisso, sem o populismo; a divergência, sem o sectarismo; o individual, sem o individualismo; a reflexão do grupo e do coletivo, sem o coletivismo.

5. À GO ISA EE CONCLUSÃO: O COMPROMISSO DAS DEMEC' S NA FUNÇÃO SUPERVISORA

Conceitualmente, a função supervisora vem sendo questionada (Alves, 1982; Mello, 1982), uma vez mantidas as atribuições de divisão do trabalho, de hierarquia de funções, de superioridade de ações, de uma visão de quem detém o poder, e supervisiona e de quem não o detém, e supervisionado.

Voltando à origem do termo, supervisão, provém do supervisor ou supervisionar, que significa dirigir ou inspecionar em nível superior. É exatamente esta dimensão de superioridade que tem calcado a ação de supervisão e sua não aceitação pelos grupamentos sociais.

Os próprios supervisores têm redimensionado a sua ação e a sua função. Considerando o que já colocamos sobre a Universidade, o Estado, a cultura, a educação e a idéia de transformação social, urge redimensionar também, o conceito e a função da própria supervisão.

Esta reconceitualização tem a ver com o próprio compromisso que assumimos como educadores. Tem, também, implicações com as funções a serem atribuídas às DEMEC'S pelo Ministro da Educação, Jorge Bornhausen, com relação as IES. Há que

repensar a dimensão fiscalizatória, assumindo um papel mais de pares, de educadores com preocupações semelhantes; há que abandonar a noção de senso comum, em nós inculcada desde a colônia, de que "somos desonestos, até provarmos que somos honestos". Assim, como há que abandonar a noção de determinantes normativos, para passar a agir como mediadores de um processo.

Só vejo esta perspectiva em pratica, se aliado a confiança mútua, estiver presente a cooperação entre as Delegacias do MEC, entre as IES e entre estas e as Universidades, sejam estaduais,, federais ou particulares.

E, finalmente vemos esta perspectiva por considerarmos *que* "a educação se faz ao longo de um percurso em que devem ser respeitadas as etapas de consciência dos participantes, (...); o avanço se faz através de uma troca em paridade de condições, sem autoritarismo e também sem demagogia, num ambiente mutuamente crítico; (...) só há processo onde existe uma práxis comum, sobre o qual se reflete em conjunto e a partir da qual avança a consciência; não há processo educativo num plano meramente teórico ou discursivo". (Pozenato, 1986, p.17-18).

Estas são algumas linhas e questões que orientam nossa ação e nossa reflexão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Nilda. A prática política do supervisor educacional. Cadernos CEDES. Sao Paulo, 6: 14-27, junho 1982.

DOMINGUES, José Luiz. O cotidiano da escola de 19 grau - o sonho e a realidade. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, 1985. (tese de doutorado).

GOMES, Cândido. A educação em perspectiva sociológica. São Paulo, EPU, 1985.

GRIFFITHS, Daniel. Administrative theory. New York, Appleton-Century Crofts, 1959.

MEDEIROS, Marilú Fontoura de (a). Conformismo e socialização do professor universitário: um estudo do compromisso social da Universidade Brasileira. Porto Alegre, Curso de Pós-Graduação em Educação, FAGED/UFRGS (tese de doutorado), 1985 (a).

MEDEIROS, Marilú Fontoura de (b). Departamentalização da Universidade; como fazer a leitura do ensino numa visão compartimentada de um saber e de um poder? In: MARQUES, Juracy (coord) Departamentalização da Universidade: Avaliação e Perspectiva. Porto Alegre (CAPES/MEC; INEP/SEPLAN e CNPq/SEPLAN), UFRGS (no prelo), 1985(b).

MEDEIROS, Marilú Fontoura de. A problemática do currículo no contexto da Universidade Brasileira; teoria, política e ideologia. Ciclo de Palestras sobre currículo e avaliação. Porto Alegre, Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino de Graduação, GEPEG/PROGRAD/UFRGS, 1986.

MELLO, Guiomar Namó de. A supervisão educacional como função: aspectos sociológicos ou sobre a divisão do trabalho escolar. Cadernos CEDES. São Paulo, 6: 51-59, junho 1982.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira. São Paulo, Ática, 1978.

POZENATO, José Clemente. Meio Rural: Educação na Cultura. In: JÚLIO RIBEIRO, Cleodes Piazza. Relatório do Programa de Integração Universidade no Projeto Educação no Meio Rural. Caxias, Universidade de Caxias do Sul, UCS, 1986.

RAMOS, Alberto Guerreiro. A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro, FGV, 1981.

REZENDE, Antônio Muniz de. Contribuição filosófica de uma Faculdade de Educação para a explicitação de uma utopia para a Universidade Brasileira. In: Anais do I Seminário sobre a Universidade Brasileira. Juiz de Fora, UFJF, 1980.

RIBEIRO, Darcy. A Universidade necessária. Rio de Janeiro, Paze Terra, 1982.

ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro, José Olympio, 1982.

SANDER, Benno. Consenso e conflito. Perspectivas analíticas na Pedagogia e na Administração da Educação. Rio de Janeiro, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1984.

TRIGUEIRO MENDES, Dermeval. O Governo da Universidade. Estudos e Debates/3. Fortaleza, CRUB/Brasília, 1980.

VIEIRA PINTO, Álvaro. A questão da universidade. São Paulo, Cortez, 1986.

3 - PAINELISTA PROFESSOR LUIZ OTÁVIO DE SOUZA CARMO
Subsecretário da SESu

"O papel e o desempenho do ensino privado têm sido objeto de controvérsias e desencontros. Réu, candidato ao forno crematório? ou meritório participe do sistema educacional brasileiro, preenchendo lacunas e ocupando um espaço legítimo?" (Castro, 1984)

I - A crise que afeta o ensino superior brasileiro é caracterizada por muitos autores como sendo de objetivos, de conteúdo e de recursos financeiros, atingindo tanto o setor público quanto o setor privado. "Este último tem sido alvo de muitas críticas, desde aquelas ideológicas que generalizam sobre o seu caráter comercial, até aquelas que, tentando se posicionar num patamar mais técnico, caracterizam o baixo nível de ensino ministrado e concluem estar, neste segmento, o "Calcanhar de Aquiles" do sistema Universitário". (Braga, Tramon-tin, 1984). Tais críticas, freqüentemente veiculadas pelos meios de comunicação, por intelectuais e políticos, e mesmo efetuadas no interior das IES, vêm contribuindo para desgastar a imagem do ensino privado perante a sociedade.

Se este tipo de ensino é "réu, candidato ao forno crematório ou meritório participe do nosso sistema educacional" não se pode neste momento fechar a questão e concluir. Pode-se, no entanto, tecer alguns comentários sobre o ensino particular privado que mereceriam uma discussão mais ampla e consistente.

Parte-se do pressuposto que qualquer política para o ensino superior que venha a ser definida terá que levar necessariamente em conta o segmento particular, constituído por 617 IES (27 Universidades, 59 Federações ou Faculdades Integradas, 531 Estabelecimento Isolados). O ensino superior

privado é hoje uma realidade que não pode ser ignorada. Esta, analisada sob o ponto de vista quantitativo, de acordo com os trabalhos de Braga e Tramontin (1984), já que não se dispõe de pesquisa e de informações sobre o desempenho acadêmico e administrativo, assume a liderança do nível de graduação em alguns itens importantes como, por exemplo, total de matriculados (62,3%) e de alunos que concluem os cursos (66,4%). Além disso, o setor particular vem participando de forma expressiva nas áreas de Ciências Exatas, Tecnologia e Saúde, não se concentrando apenas nas áreas de Ciências Humanas, consideradas de baixo custo operacional.

O universo das escolas particulares é, no entanto, bastante heterogêneo. Ao lado de instituições que vêm desenvolvendo um trabalho significativo, voltado para as reais necessidades de seu meio, muitas são isoladas no sentido exato deste termo, não são um fenômeno comunitário mas um empreendimento privado ou, quando muito, resultado de um esforço político que terminou no ato mesmo de fundação. Nestes casos, não existe uma preocupação com as reais necessidades da região, com a análise de capacidade de ensino superior instalada nos municípios vizinhos e com uma opção para realizar uma vocação e adquirir uma personalidade própria.

O que marca e diferencia as IES privadas (e mesmo entre estas e as IES públicas) é o que possam apresentar de desempenho e qualidade. Assim, "a diferença entre as IES é a qualidade e a seriedade dos serviços oferecidos (...) a natureza de seus objetivos e a identificação dos meios e instrumentos que são utilizados pelas IES para viabilizar a consecução de seus objetivos (...) o importante e sua atividade fim em termos do que faz e a quem serve". (Braga, Tramontin, 1984).

Um país com a grande extensão territorial do Brasil, com suas peculiaridades regionais e diversidade sócio-cultural, tem necessariamente que conviver com uma diversidade de instituições responsáveis pelos mais variados padrões e estilos em educação. Neste sentido, retomando o que foi afirmado no início destes comentários, é necessário definir uma política com relação ao ensino superior suficientemente corajosa para admitir o pluralismo e as diferentes modalidades organizacionais, afastando as soluções homogêneas.

II - Ao se analisar o Ensino Superior no Brasil e suas crises, a questão da qualidade do ensino merece uma reflexão mais cuidadosa. Esta reflexão impõe como condição primeira a discussão sobre o -que se entende por caráter qualitativo. Tal posição decorre do reconhecimento de que a qualidade não se constitui um atributo universal. Na verdade, o caráter qualitativo de um objeto ou de uma ação é definido pela relação que se estabelece entre o objeto ou a ação com os interesses e as expectativas dos que os julgam e, principalmente, com as determinações do contexto histórico (Medeiros, 1986).

No que se refere à qualidade do ensino, a posição não é diferente. Analisando a questão, Osório (1981) afirma que o ensino não se qualifica em si mesmo e por si mesmo, mas pela sua relevância frente a objetivos determinados de uma determinada sociedade. O critério básico para a aferição da qualidade do ensino deve ser buscado a partir de uma determinada política de educação na qual se explicita o grupo social cujos interesses serão por ela prioritariamente considerados. Isto quer dizer, fundamentalmente, que a qualidade do ensino não é um dado neutro, mas que está em função de uma sociedade que é alterável e que varia de época para época e de lugar para lugar.

Assim, se as TES pretendem voltar-se à sociedade deverão ter como critérios para a implantação de um ensino de qualidade aqueles em que o trabalho acadêmico possibilite ao profissional em formação a visão crítica desta sociedade e a compreensão do papel que lhe cabe como seu participante.

Desta forma, entende-se que o confronto IES/Sociedade é condição indispensável à discussão da qualidade do ensino superior do qual emergirão alguns questionamentos que mostram clareza o seu caráter político:

- A que grupos de população servir com a produção do saber acadêmico?
- **Que** conteúdos sistematizar e quais procedimentos adotar?
- **Qual o ensino adequado às** expectativas da população **atingida?**

E importante destacar, ainda, a importância do envolvimento dos componentes pedagógicos nestes questionamentos, quais sejam, a seriedade da conduta docente; o relacionamento produtivo professor/aluno, a atualidade e a relevância dos currículos e o comprometimento das IES com a "definição de uma política de ensino, pesquisa e extensão fundamentadas por uma política educacional explícita, discutida pela comunidade universitária, que expresse o oriente a sua prática pedagógica": (Resenha, 1984).

III - A partir destas reflexões sobre a qualidade do ensino, é possível fazer uma análise da questão da supervisão envolvendo seus aspectos legais e a prática da SESu, a quem compete a supervisão dos estabelecimentos isolados particulares do ensino superior, de que trata o art. 14, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Além disso, é de responsabilidade desta Secretaria a fixação dos objetivos e diretrizes desta ação.

A Portaria nº 14/83, de 09 de março de 1983, aponta para a "necessidade de redimensionar o conceito de supervisão, entendendo-a como processo de aperfeiçoamento da IES, ou seja, de indução e manutenção da qualidade".

Com o objetivo de repensar o conceito, parte-se do pressuposto de que supervisão é toda ação que envolve a relação MEC/Instituições e que a atuação da SESu, voltada para a melhoria da qualidade do ensino, abrange, além das atividades específicas de supervisão, projetos de apoio ao desenvolvimento do ensino superior, de integração da universidade com o ensino de 1º grau e programas e projetos setoriais. Estes projetos, complementados por outros tipos de assessoria, não deixam de conter a idéia da supervisão. Em todos eles está presente a preocupação com a autonomia das IES em planejarem suas ações, com o incentivo à elaboração de um plano institucional referenciado por uma política educacional definida pelas IES, e com o respeito às peculiaridades regionais e o estímulo à auto-avaliação.

A supervisão deve então ser concebida como um processo inerente ao relacionamento MEC/IES, quer seja por sua ação específica ou por meio de projetos de melhoria do ensino, como um processo natural, sem pressões e imposições, li

berta da preocupação meramente inquisitória e fiscalizadora e com objetivos e critérios bem definidos. Deve constituir-se em processo linear, sistemático e firmado, por um lado, na busca de um conhecimento cada **vez** maior da realidade das IES, suas condições, seus problemas, suas propostas e seu projeto pedagógico e, por outro, na tentativa de apoiar e assessorar efetivamente estas instituições, buscando:

- a - facilitar o desenvolvimento de trabalho e atividades consistentes;
- b - contribuir para o planejamento e a implementação de seus projetos;
- c - oferecer meios que possam facilitar a superação das dificuldades, dinamizando o intercâmbio e trocas de experiências entre as IESPI, entre estas e as Universidades e **entre** o universo das instituições e o MEC.

A Portaria nº 14/83 destaca, em seu parágrafo VI, o estímulo ao "envolvimento das Universidades no processo de aperfeiçoamento das IES isoladas particulares e solicita a sua colaboração no trabalho de supervisão por áreas de conhecimento" Deve-se deixar bem claro que a importância da presença e da participação da universidade no processo de supervisão não parte necessariamente da idéia de sua supremacia em termos de qualidade de ensino. Refere-se, sobretudo, ao valor de sua experiência em áreas diversificadas - que deve ser intercambiada, da maior adequação de sua infra-estrutura - que eventualmente (ou sistematicamente) pode servir de suporte para outras menos favorecidas; do seu corpo docente, ou seja, do potencial em termos de preparo e atualização do quadro de professores; de sua capacidade acadêmico-administrativa, e de sua atuação na área de currículos, avaliação, orientação de alunos, etc.

Visando a envolver definitivamente as Universidades, as IESPI e as DEMEC'S no processo, é necessário que a SESu dê novo e reforçado impulso a supervisão, revendo sua experiência anterior desenvolvida de forma conservadora, **car**

torial, considerando os aspectos normativos e deixando de lado a atividade-fim das IESPI. É preciso que a SESu retome suas diretrizes, sobretudo as divulgadas a partir da Portaria 14/83, que coloca a supervisão como um instrumento de orientação e melhoria do processo educacional, que defina uma forma sistemática de trabalho e que decida realmente implementá-las. Um dos mecanismos de que dispõe a SESu para desenvolver esta ação é o Projeto de Supervisão das IESPI como instrumento de orientação e melhoria do processo educacional - PROSUPE, destinado a acolher propostas das IES e das DEMAES voltadas para o aperfeiçoamento do processo de supervisão. No entanto, este Projeto, que se constitui em um dos segmentos do Programa Nova Universidade, merece ser revisto, no sentido de obter uma definição mais clara de suas ações para atingir aos objetivos propostos.

Este Encontro Nacional de Supervisão do Ensino Superior representa certamente, mais um esforço do MEC na busca de uma definição e de uma consolidação efetiva de uma adequada forma de supervisão.

Compete, pois, aos participantes deste Encontro, com sua experiência, discutir profundamente estas questões e apresentar à SESu críticas às suas diretrizes e à sua prática para que ela as incorpore na atualização de sua proposta.

4 - PAINELISTA PROFESSOR NFLSON BONI
Delegado do MFC em Sao Paulo

Naturalmente que falar por último é um privilégio. Já se falou muita coisa que eu pretendia abordar e, por outro lado, certamente, também se espera que quem fala por último fale menos.

Uma questão que eu considero muito importante é a que se refere à qualidade do ensino.

Fala-se muito em qualidade, mas falta definir os parâmetros para se qualificar uma Instituição.

Nos sabemos que a crise que vive a educação brasileira não está apenas no 3º grau ou no ensino superior. Alias, ela se reflete no ensino superior. Particularmente, ela deve se refletir, creio eu, nas IESPI, porque, certamente, são para estas Instituições que demandam aqueles menos preparados; são estas Instituições que abrigam os professores menos qualificados.

Assim, nosso objeto de estudo, nosso objetivo de trabalho de supervisão é exatamente aquele que padece em maior quantidade desses problemas.

Nos verificamos, no Brasil, uma distorção bastante seria, na medida em que o aluno dotado economicamente começa na escola particular, que oferece uma condição educacional melhor, e acaba terminando seus estudos numa escola oficial. O aluno carente percorre exatamente o caminho inverso. Estabelecemos, a partir daí, um círculo vicioso. É claro que não cabe à Universidade nenhum mecanismo de ajuste, porque não é a universidade um mecanismo para corrigir ou para fazer justiça social.

Hoje de manhã, o Professor ARISTODEMO PINOTTI, Secretário de Educação de São Paulo, lembrou que estamos falando de uma elite, que devemos permitir o acesso às universidades oficiais aqueles que, por uma razão ou outra, foram mal preparados e que numa condição de estratificação

social se encontram em posição menos privilegiada. Na verdade, discordo dessa posição pois acredito que isto não vem ajudar a resolver o problema, e este fenômeno de justiça social vai certamente comprometer ainda mais a qualidade do formado. Vamos ter os profissionais competentes e os profissionais carentes, como Bem se referiu num editorial, recentemente, o jornal "O Estado de São Paulo".

O aluno que chega à universidade, e por si só uma elite. Constituem uma minoria privilegiada os que chegam à universidade oficial, mas certamente constituem também elite aqueles que conseguem cursar uma universidade, porque representam pouco mais de 1% da população brasileira.

Então, na verdade, estamos tratando de um problema de 1% da população brasileira e, se ficarmos com as Instituições Isoladas, estaremos tratando de pouco mais de 1/2% da população brasileira, quer dizer, não nos parece, numa análise muito fria, que nos estejamos tratando de um problema nacional. Nos estamos tratando do problema de uma minoria e o que é mais grave, que esta minoria, já que grande parte não tem acesso à educação superior, deveria se constituir a elite. Entretanto ela é mal preparada e se é mal formada, vai ser má formadora.

Nos nos constituímos, dessa forma, formadores de opinião pública, além de formadores das próprias escolas. Portanto, parcela de um círculo vicioso de mediocridade e verificamos, para agravar ainda mais o problema, que toda a demanda social, ou pelo menos aquela demanda social política mais contundente, se exerce na educação superior.

Lembrou o Professor PAULO ELPIDIO, hoje aqui de manhã, que são inúmeros os projetos que tramitam no Congresso no sentido de federalizar Instituições de Ensino Superior. São inúmeros também os projetos para se criar novas Instituições de Ensino Superior e devem ser bem raros os projetos ou as intenções para se criar escolas em outros níveis, particularmente nos ensino básico. Essa pressão se exerce de tal forma que nos voltamos para a questão do ensino superior e o Ministério acaba dispendendo, praticamente 2/3 do seu orçamento para atender aquela elite ainda mais privilegiada, que não chega a 400.000 estudantes, que recebe o ensino público e gratuito.

A questão da qualidade está na dependência direta dos anseios da sociedade, e me parece que esta sociedade tende a demandar cada vez mais

por qualidade menor. Assim, é extremamente importante, e eu creio que a SESu conseguira fazê-lo através dessa reflexão, através de um trabalho de avaliação, fixar parâmetros de qualificação, para que o trabalho que as Delegacias do MEC executam e, particularmente executam em São Paulo, onde nós temos mais de 50% das 617 Instituições, ganhe eficiência.

Este trabalho, hoje, apesar de algumas medidas por nós adotadas, de uma certa forma até ousadas e que felizmente tiveram êxito, continua sendo um trabalho fiscalizador, que são os mecanismos de controle que o Ministério dispõe. Não se tem ainda parâmetros que interpretem qualidade, não se tem parâmetros reais que definam o que é um professor qualificado. Há uma Resolução muito ampla que diz aqueles que estão habilitados a dar aula e que, via de regra, como lembrou bem, pela manhã, o Senhor Secretário-Geral, são os melhores quando se pede autorização ou reconhecimento de curso, mas que, depois, passam a se constituir em fantasmas. Nós temos observado, aqui na Delegacia do Ministério em São Paulo, que o número maior de reclamações-recebidas são denúncias, dizendo que o corpo docente não é qualificado e que a qualidade do ensino está caindo, em consequência.

Isso é o que se ouve diariamente. Mas, o que é ser um professor qualificado? Eu diria que no primeiro e no segundo graus, o Ministério da Educação, através do próprio Programa de Educação para Todos, já identificou a qualidade, já diagnosticou melhor o problema, detectando os professores leigos, entendendo que as Instituições do ensino básico não estão adequadamente apoiadas em recursos materiais e equipamentos. Talvez seja mais fácil definir ou diagnosticar o problema no ensino básico, mas, certamente, no ensino superior muita reflexão será necessária. Essa qualidade será local, será regional, nacional ou até universal? O padrão de qualidade numa região menos desenvolvida do país, nós sabemos as diferenças que existem, não precisa ser idêntico, por exemplo, ao de São Paulo.

Impõe-se definir qual a universidade que nós queremos. Nós estamos falando na universidade no seu sentido universal, na sua proposta historicamente conhecida, ou estamos falando das universidades que, do final do ano passado para cá, foram aprovadas no Estado de São Paulo. Essa universidade que está sendo aprovada e muitas vezes por motivos exclusivamente políticos, que nós respeitamos, e às vezes até endossamos, porque também exercemos um papel político, será esta universidade que deve colaborar na supervisão do ensino? Ser modelo ou multiplicador? Nós sabemos que seria o caos.

Recentemente, reunimos aqui na DEMEC-SP, 116 Mantenedoras para discutir um projeto de avaliação que há muito tempo estávamos ensaiando em executá-lo, conveniado com a PUC/SP. E o que foi levantado por outras universidades* presentes era a oferta de algumas para executar esse trabalho sem ônus para o Ministério, desde que elas pudessem avaliar a qualidade do ensino na região. Pareceu-me uma proposta bastante homiciada, se e que cabe o termo, porque elas queriam, na verdade, avaliar o seu concorrente e o fariam gratuitamente, é claro que os benefícios desse trabalho seriam bastante duvidosos.

Parece-me que a -universidade, no que se refere à lei, também não é exatamente aquela que está sendo criada.

Outro ponto que eu gostaria de colocar, que eu já falei superficialmente, é a relação ensino privado e ensino público. Nós sabemos que o ensino privado responde por 70% das vagas, que é polêmico e que desempenha, na verdade, um papel importante e uma medida que vem preenchendo uma grande lacuna. Para outros, e o grande vilão, porque tem um péssimo conceito, porque tem má qualidade. A questão da imagem de má qualidade é sustentável, quer dizer, é uma realidade. Nós sabemos que existem instituições de excelente qualidade, muito superiores às instituições oficiais mas, o conceito, a imagem que refletem é outra. Embora várias razões venham contribuir para essa questão, entre elas está a condição econômica das pessoas, o ensino privado de 1º e 2º graus consegue ter um padrão de qualidade ou um conceito, uma imagem muito superior ao ensino oficial de 1º e 2º graus, porque sobrevive numa condição de concorrência quase perfeita, a medida que o Estado oferece oportunidade de acesso à grande maioria da população, só sobreviverão na verdade, aquelas instituições que puderem oferecer um ensino melhor, porque ele é cobrado, porque não é gratuito. O ensino de 1º e 2º graus, também, é ideologicamente e tido como vilão, mas desenvolve um papel melhor que o ensino oficial, E nós sabemos que, em muitos casos, não se trata apenas de uma remuneração do professor, porque o professor da escola privada de 1º e 2º graus necessariamente não é melhor remunerado do que aqueles do ensino oficial, mas ele sobrevive, talvez, uma das razões que eu encontro, pela livre concorrência. No ensino de 3º grau nós sabemos que não existem concorrentes. Na medida em que não existe oportunidade de acesso para todos, o ensino superior privado sobrevive sozinho e, portanto, a preocupação com a qualidade, com o melhor padrão, com o melhor conceito parece ter sido deixada de lado.

Esta, a meu ver, é a responsabilidade a que as instituições privadas de ensino não podem fugir e creio que não se pode, também, simplesmente, culpar o passado por essa expansão desenfreada, que as instituições de ensino privado puderam ter nos últimos anos. Elas usaram um espaço que, certamente, o governo não poderia ocupar, porque nós sabemos quanto custa a União manter as pouco mais de 50 Instituições que mantém. O orçamento das universidades federais e, em algumas delas, superior a um bilhão de cruzados. É claro que elas desenvolvem um papel importante em termos de pesquisa, desenvolvimento científico-tecnológico, porque em termos de desenvolvimento do próprio cidadão, de formação do homem, da cidadania, etc. Embora todas possam desenvolver este mesmo papel de reflexão, de compromisso social, em termos de pesquisa, certamente as oficiais são superiores e devem ser -mesmo para -uma relação de custo-benefício. Embora em termos da relação custo-benefício e eu não estou aqui advogando pelo ensino privado, me parece que o ensino privado certamente tem uma condição melhor, Ele deve estar custando muito menos para a sociedade. Embora possa vir a ser uma proposta retrogada, como mecanismo de controle, eu não sei se não seria o caso de se definir para o Brasil o exame de Estado, Se fosse tão retrógada, muitos países bastante desenvolvidos, como são os Estados Unidos, a Itália, a França, etc, não o adotariam.

Certamente iremos definir alguns parâmetros de qualidade, mas teremos dificuldade em implementá-los. Eu confesso que tive uma surpresa bastante desagradável quando, há 3 meses atrás, a imprensa noticiou de uma forma maldosa um trabalho que havíamos realizado em relação à questão da frequência e dos regimentos e que, finalmente, se colocou um ponto final com a homologação por parte do Senhor Ministro de Portaria que fixa uma frequência as aulas não inferior a 75% a todas as instituições.

Naquela ocasião me preocupava muito a versão dos fatos. Os jornais, de forma sensacionalista, colocaram a questão de forma que não correspondia ao nosso trabalho, considerando essas instituições como sendo irregulares. Como isto provocou muita polemica me preocupou a versão dos fatos. Mas, para minha surpresa, depois de superado o problema, e agora com a homologação por parte do Senhor Ministro, eu ouvi de muitas instituições que elas necessariamente terão que reduzir seus números de alunos porque a obrigatoriedade na frequência as coloca numa situação muito difícil, que elas não terão condições de cumprir, portanto, não era a

versão que os preocupava e sim o fato em si.

Parece que exigir maior qualidade, certamente fará com que esse afunilamento se de, ainda, de forma mais acentuada e essa elite pas se a ser cada vez -menor,

Em outro extremo, se observa uma liberalização, uma autonomia para se criar cursos sem necessidade previa de autorização como ocorre com as nossas universidades, entre as quais se inclui as novas que eu citei.

Qual a diferença entre uma universidade, como essas que estão sendo criadas, de uma Instituição Isolada? A sua melhor estrutura? Não. O seu melhor patrimônio? Também não, na medida em que algumas instituições estão sendo criadas sem patrimônio, inclusive arrendando, ou seja, com patrimônio arrendado. A sua diferença está na melhor qualidade? Pelo menos, nestas -ultimas criadas não houve nenhum processo de melhoria. Pelo contrario, algumas delas demitiram professores experientes e contrataram outros-, porque tem autonomia, porque não estão sujeitas à ação fiscalizadora,

Então-me parece que esse tratamento privilegiado das universidades poderia também ser estendido de alguma forma as Instituições Isoladas e nos teríamos um mecanismo de controle natural.

E, certamente, nos acabaríamos com o que chamou o nosso Secretário-Geral de pacto do silencio. "Uns que fingem ensinar e outros que fingem aprender", porque me parece que a Universidade, ou a escola superior, de forma geral, e hoje -muito mais uma agenciadora de diplomas, porque nesse pacto do silencio todos concordam: do aluno, que quer o diploma e dizer que cursou uma escola de ensino superior, ao professor que garante o seu salário e ao mantenedor que cumpre a sua função.

Eu falo muito a vontade, porque, embora não tenha uma experiência tão rica, tenho a experiência de ser professor, de ser Diretor de uma grande Universidade, que é a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e de ser Delegado do Ministério e, portanto, conheço o papel do aluno, do professor e do dono da escola. Parece-me que quando nos começamos a refletir sobre o papel da Universidade, sobre os seus verdadeiros compromissos nos distanciamos da realidade. Na verdade, estamos falando da realidade de algumas ou de muito poucas, uma quantidade muito

pequena de instituições no país, porque a maioria delas não tem este papel, não tem esta preocupação. E não é culpa apenas da Instituição mas de uma política educacional global. Muitos papéis deveriam ser repensados porque se tem dito que a educação, e também a educação superior, de forma muito particular, é uma responsabilidade social.

B - DEBATE EM PLENÁRIO

Após a apresentação do Painel, foram formuladas questões que foram debatidas.

VI - TERCEIRA SESSÃO

A. APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

1. Sistemática do Encontro

A COR, as Delegacias e a supervisão do ensino superior particular isolado Profa. Lygia Souto de Azambuja, Responsável pela Área de Apoio à Supervisão do Ensino Superior Particular Isolado da COR/SG.

Estamos reunidos não somente para discutirmos, mas, principalmente, para juntos buscarmos algumas alternativas que viabilizem a melhoria do processo supervisão, o que, por certo, ira se refletir na melhoria da qualidade do ensino e, portanto, do processo educativo, de modo a tornar a relação do ensinar e do aprender uma efetiva relação de excelência.

O Encontro, que ora se realiza, se reveste de significativa importância pela oportunidade que oferece de congregar todos os órgãos envolvidos com a ação supervisora : a SESU, dando a política e as diretrizes; o CFE normatizando para o ensino superior; as DEMECs executando a supervisão a nível de instituição; a COR orientando e apoiando as DEMECs no exercício da supervisão; as Universidades, que pela Portaria 14/83 da SESu foram chamadas a colaborar no processo, tendo em vista a supervisão por áreas do conhecimento e, temos um fato novo nesse Encontro - a presença de duas Instituições de Ensino Superior Particulares Isoladas; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Caruaru e as Faculdades Integradas de Santo Ângelo. Este fato se reveste de relevância, pois teremos a perspectiva das instituições sobre nossa ação supervisora. Contatadas pelas DEMECs de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, as Instituições prontamente, aceitaram o convite.

Para nossas rápidas considerações, tomaremos como marco de referência o Encontro de Supervisão, realizado, em Belo Horizonte, em 1984.

Dizíamos na ocasião que nosso objetivo básico era intensificar o relacionamento entre as Delegacias, favorecendo o intercâmbio entre elas de modo que as que tivessem experiências mais consolidadas na área pudessem prestar colabo-

ração às que se encontrassem em estágios menos desenvolvidos. Realmente, esse interrelacionamento se intensificou, conforme comprovam os estágios realizados, as consultorias prestadas e as reuniões promovidas.

Destaco, como significativa, a atividade de estágio pela troca de experiências e pela rica oportunidade de um melhor conhecimento dos trabalhos que as DEMECs vem desenvolvendo, propiciando, inclusive, à COR excelente subsidio para a continuidade de sua ação.

Outro objetivo que perseguimos foi a intensificação do relacionamento com a Secretaria de Educação Superior e com o Conselho Federal de Educação. Podemos afirmar que este relacionamento foi intensificado, conforme comprovam várias ações de integração dentre as quais destacamos as reuniões realizadas entre CFE, Delegados, COR e chefes dos setores de supervisão das DEMECs, e as reuniões realizadas pelo Secretário Geral com SESu, Delegados cujas DEMECs supervisionam mais de 10 instituições e COR.

Os frutos dessas reuniões já se fizeram sentir, tendo sido atendidas muitas das reivindicações pretendidas pelas DEMECs, conforme atestam pareceres exarados pelo CFE.

Outro aspecto que gostaríamos de salientar e quanto à escolha do tema desse Encontro. A COR recebeu excelentes sugestões das DEMECs sobre assuntos a serem tratados.

Todavia, na impossibilidade de atender a todas as propostas, optou pelo interesse da maioria, recaindo, então, a escolha no tema básico "melhoria da qualidade do ensino superior" preocupação dominante do Ministério da Educação, não só a nível superior, mas também a nível de 1º e 2º graus.

Entretanto, alguns dos assuntos sugeridos poderão ser debatidos em seminários regionais, que pretendemos **desenvolver a partir do ano** que vem ou **em** seminários realizados pelas próprias Delegacias.

No Encontro de 1984 houve o desenvolvimento de muitos temas, mas naquele momento o objetivo era realmente "provocar", "despertar" os supervisores para uma série **de assuntos** significativos **para o seu** trabalho. Neste **Encontro um tema básico** será **estudado a fim de que possa ser explorado em nível de maior profundidade.**

Não é nossa intenção oferecer às DEMECs coisas prontas, receitas para a supervisão, mas desejamos oferecer condições para que a partir de sua experiência cada Delegacia busque a sua própria ação supervisora, encontre seus próprios caminhos, na busca de soluções adequadas para sua realidade específica.

Finalizando, gostaríamos de destacar, como de suma importância, a presença durante todo o Encontro de representantes da SESu e do CFE, pois, temos a convicção que somente pela integração de esforços haveremos de ter uma "supervisão" forte capaz de, efetivamente, contribuir para a melhoria dos padrões do ensino superior.

2 - REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL - Prof. José Walter Pereira dos Santos, Chefe de Gabinete da SESu

A aprovação da Lei nº 7.395, de 31/10/85, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior, tem suscitado uma série de dúvidas entre as entidades estudantis e mesmo entre os órgãos de administração universitária responsáveis pela política estudantil.

À guisa de esclarecimento, chamamos a atenção para o art. 7º da nova Lei, que revoga tão somente as disposições em contrário vigentes na data de sua aprovação. É necessário, portanto, uma análise criteriosa da legislação anterior sobre o assunto, para se apurar o que está e o que não está revogado.

1 - Lei nº 6.680/79

Iniciamos pela Lei nº 6.680, de 16/08/79, que regeu a representação estudantil nestes últimos seis anos. Continuam vigentes os arts. 1º, caput do 3º e o 5º, por nada terem em contrário ao disposto pela nova Lei. O art. 1º garante a representação estudantil nos órgãos colegiados acadêmicos da instituição de ensino e estabelece os seus objetivos no parágrafo único. A nova Lei assegura a representação estudantil mas não especifica onde e como ela será exercida. O art. 3º da Lei nº 6.680, por sua vez, estabelece como será feita a indicação dos representantes pelas entidades estudantis, isto é, o regimento interno da instituição de ensino deverá explicitar quais os órgãos considerados colegiados acadêmicos e que terão conseqüentemente participação discente em sua composição. O art. 5º revoga a legislação anterior citando-a individualmente, o que não ocorreu com a nova Lei, e atribui ao MEC a competência de baixar normas, orientando a elaboração dos regimentos disciplinares das instituições de ensino.

Ficam revogados: o art. 2º, o parágrafo único do 3º, os arts. 4º e 8º, por conterem disposições contrárias à nova Lei; e: os arts. 6º, 7º e 9º, por estabelecerem dispo

sições transitórias. O art. 8º, que trata das entidades estudantis de 1º e 2º graus, foi revogado pela Lei nº 7.398, de 04/11/85.

2 - Decreto nº 84.035/7º

Fica revogado em sua totalidade o Decreto nº 84.035, de 01/11/79, que contraria explicitamente a nova Lei nº 7.395/85.

3 - Portaria Ministerial nº 836/7º

A Portaria Ministerial nº 836, de 29/08/79, permaneceu vigente in totum face à Lei nº 7.395, pois nada nela contrariava a nova lei, uma vez que dispunha tão somente do regimento disciplinar discente, estabelecendo princípios e normas a serem observados pelas instituições de ensino, na elaboração de seus estatutos e regimentos.

Contudo, a recente Portaria Ministerial nº 95, de 05/02/86, revogou-a expressamente, transferindo para cada instituição de ensino superior a responsabilidade pela elaboração do regime disciplinar discente.

É interessante observar que o legislador ao fundamentar a nova portaria incorreu em ligeiro engano nos considerandos a e b, uma vez que o fundamento legal da Portaria nº 836/79 era o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 6.680/79 e não o art. 6º. Por sinal, a primeira publicação da Portaria nº 836/79 cometeu erro semelhante.

A nosso ver, esta revogação nenhum benefício trará ao estudante, uma vez que as normas estabelecidas na Portaria nº 836/79, além de inspiradas nas normas legais, foram fruto de longos debates e consultas entre o MEC e instituições de ensino de todo o país, em 1979. A simples supressão dessas normas ressuscita dispositivos disciplinares inspirados no malfadado Decreto nº 477/69, ainda vigente em inúmeros regimentos internos de instituições de ensino superior isoladas.

4 - Portaria Ministerial nº 1.104/79

Por sua vez, a Portaria Ministerial nº 1.104, de 31/10/79, que dispõe sobre a representação discente nos órgãos colegiados das universidades e instituições de ensino superior isoladas, tem revogado todos os seus artigos, com exceção do art. 5º. Este artigo, por sinal, é o que suscitara certamente as maiores divergências entre entidades estudantis e direções das instituições de ensino, uma vez que estabelece a forma e porcentagem de representação discente, o que, a nosso ver, por descuido do legislador, deixou de figurar expressamente na nova Lei.

Quanto a proporcionalidade de representação estudantil, prevista no parágrafo 2º do art. 5º da Portaria nº 1.104/79, uma dúvida é muito freqüente: a proporção de até 1/5 que cabe ao corpo discente, do total dos membros integrantes de órgão colegiado acadêmico, para efeito de cálculo, inclui ou não o número de discentes?

A interpretação do citado parágrafo tem sido variada, uma vez que o Conselho Federal de Educação nunca se pronunciou a respeito. Reza o texto:

" § 2º Os representantes estudantis integrarão os colegiados acadêmicos na proporção de até 1/5 do total dos membros e terão mandato de um ano, permitida uma recondução."

A nosso ver, a expressão "do total dos membros" subentende: do total dos membros não discentes e discentes do órgão colegiado acadêmico previsto no Regimento Interno, isto é, se este número é, presumamos, 17 membros não discentes, e supondo-se a inclusão de representantes discentes na proporção máxima de 1/5, estes teriam 4 vagas no órgão colegiado:

$$17 / 5 = 3,4$$

$$17 + 3 = 20$$

$$20 / 5 = 4, \text{ sendo o total de 21 membros.}$$

No caso do R.I. prever 19 membros não discentes, a representação discente teria direito também a 4 vagas:

$$19 / 5 = 3,80$$

$$19 + 3 = 22$$

$$22 / 5 = 4, \text{ perfazendo o total de 23 membros.}$$

Conclusão

Em resumo, a nova Lei nº 7.395/85 dá ampla liberdade de organização e funcionamento às entidades de representação estudantil junto às instituições de ensino superior, mas como foi omissa quanto a forma e proporcionalidade desta representação, prevalece, neste aspecto, a legislação anterior.

Cabe, pois, a instituição de ensino, no que diz respeito a representação discente, estabelecer em seu regimento interno quais os órgãos colegiados acadêmicos, sua composição e a respectiva proporção da representação discente, nos termos do art. 59 da Portaria nº 1.104/79.

Quanto a outros aspectos, tais como aprovação de estatutos, sistema de eleição, organização interna, inclusive gerência financeira, a autonomia das entidades estudantis é total, conforme dispositivos da nova lei.

A Assessoria de Política Estudantil da SESu/MEC coloca-se à disposição das instituições de ensino e entidades estudantis para esclarecimento e orientação sobre esta matéria e assuntos de política estudantil em geral.

3 - A "PRÁXIS" DA SUPERVISÃO DAS DELEGACIAS REFLETINDO UMA POSIÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA.

a - Apresentação da Delegacia do MEC em Pernambuco - Professoras Maria Edna Aguiar Gomes e Maria Eliete Santiago.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho sobre a SUPERVISÃO AS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR ISOLADAS, na DEMEC/PE, inclui-se como atividade de estudo/pesquisa do grupo de Técnicos do Ensino Superior e representa mais um exercício de sistematização e estudos.

Procura-se, com o trabalho, contribuir para discutir a Supervisão de 3º grau.

No entanto, para situar o trabalho da Delegacia de Pernambuco no que se refere ao ENSINO SUPERIOR e, neste, a SUPERVISÃO as IESPI, se faz necessária a compreensão da Supervisão no contexto brasileiro e esta, nas Delegacias.

Portanto, é fundamental situar o trabalho de Supervisão das Delegacias, no caso específico nosso, a de Pernambuco, no conjunto da SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

A SUPERVISÃO DE. 3º GRAU: Considerações gerais como contribuição a reflexão.

Tem-se a tarefa aqui neste encontro, junto com outras Delegacias, de contribuir para uma discussão, e quem sabe, revisão, do trabalho de Supervisão as IESPI através da apresentação da nossa experiência na Delegacia de Pernambuco.

No entanto, antes de se tratar do conteúdo e forma de trabalho no Ensino Superior, que se vem denominando de **Supervisão**, achou-se por bem colocar dois pontos básicos que dizem respeito a Supervisão Educacional de um modo geral, e em particular, a do Ensino Superior.

O primeiro, e a necessidade de não desvincular a Supervisão da estrutura educacional e social como um todo.

E necessário considerar o seu surgimento e a sua função para poder avaliá-la hoje, enquanto processo e resultados.

O surgimento e a expansão da Supervisão se faz no tempo em que na sociedade brasileira se consolidava o processo da produção capitalista, que enfatizava as especializações no mundo do trabalho, carecendo do seu controle para que o produto se fizesse melhor.

Nascia, então, a Supervisão com suas raízes na INSPEÇÃO, num período de modernização da sociedade brasileira que pretendia, através da "orientação, acompanhamento e controle", intervir na qualidade do ensino.

Assim, a Supervisão nasce pela modernização e ampliação da INSPEÇÃO, que não a supera, mas a absorve, deslocando o núcleo de trabalho das atividades fiscalizadoras, para as "orientadoras" mas sem se afastar da fiscalização.

Em outras palavras, a Supervisão Educacional brasileira, com a modernização da INSPEÇÃO também desloca o seu núcleo de preocupação para os métodos e técnicas, utilizando-se do controle como mecanismo básico de "intervenção".

1. Fruto de uma política de alianças entre Brasil e Estados Unidos, a inspeção reaparece no cenário educacional brasileiro na década de 50, de forma "modernizada" sob a denominação de Supervisão Escolar, para garantir a efetivação de uma política desenvolvimentista que trazia em seu bojo a concepção de educação como alavanca da transformação social" (Medeiros, Luciene. Supervisão Educacional: possibilidades e Limites, Cortez, 1985, P. 21).

O outro ponto colocado para reflexão, que não se afasta do primeiro, mas o completa, diz respeito a relação entre a Supervisão que se faz na escola de 1º e 2º graus e aquela que acontece nas instituições de 3º grau.

Independente do nível e grau de ensino, a Supervisão tem a mesma função na estrutura educacional: proclama-se a sua função interventora e promotora da qualidade; porem, pratica-se como atividade tecnico-burocratica.

Prioriza-se o controle formal do ensino e da instituição e secundariza-se, quando não se exclui, as questões da educação escolar. Questões estas que deveriam compor as preocupações centrais dos diferentes órgãos e instâncias da estrutura educacional.

No ensino de 1º e 2º graus, o trabalho se volta ainda que predomine a ênfase burocrática, para questões da Escola e do Ensino, inclusive porque nesta área de atuação trabalham educadores de formação.

Enquanto isso, no 3º grau, a supervisão as IESPI e exercida por qualquer profissional de nível Superior, o que denota a pouca ou nenhuma preocupação com as questões gerais e especificas da Educação.

Isto significa que no 1º e 2º graus, apesar de toda a burocracia que forma e informa a pratica supervisora, a supervisão vem sendo tomada como um trabalho de e em Educação. Enquanto que, no 3º grau, ela nao se caracteriza desta forma. Se ja pelas exigências e critérios de acesso a função de T.A.E.: seja ja pelo conjunto dos profissionais que desenvolvem esta pratica. que nem sequer poderiam ser chamados de Supervisores: seja, ainda, **pelas** exigências formais para o desempenho e encaminhamento do trabalho de Supervisão.

Com essas rápidas considerações propoe-se que o pressuposto de "garantia de qualidade do ensino" que lastreia e justifica a Supervisão, assim como as exigências técnico-burocraticas que norteiam e constituem a pratica supervisora para o 1º e 2º graus, também o sejam para o Ensino Superior. A Supervisao tem uma só origem e função da estrutura educacional. E o encaminhamento que a torna e a faz diferente.

Mesmo assim, enquanto na sociedade como um todo discute-se a formação, o trabalho e a profissão do Supervisor, nas Delegacias, de um modo **geral**), onde também se **diz** fazer este trabalho de Supervisão, os técnicos estão a margem da discussão e das tendências que emergem em relação a formação e a pratica Supervisora.

A coerência exigiria que ao menos estivéssemos acompanhando a discussão nacional.

Desse modo, a pratica das Delegacias, norteadas por orientações hierarquicamente superiores demonstra, talvez, a impropriedade da denominação ou das exigências básicas que se fazem.

Ate pouco tempo, 1983, quando ja se denominava o trabalho do TAE de trabalho de Supervisão, o elemento norteador desse trabalho era o Roteiro de Supervisão com exigências formais sobre a INSTITUIÇÃO.

Ate essa data, formalmente, era requerido ao TAE, impropriamente chamado de Supervisor, do ponto de vista da formação, o conhecimento acerca do quadro formal da Instituição.

Dai que o sujeito institucional mais próximo e necessário ao trabalho de Técnico/Supervisor tem sido o Secretario da IESPI, aquele que por função esta distanciado do objeto do ENSINO SUPERIOR e mais próximo da estrutura formal.

Neste sentido, tomando-se o Secretario da IESPI como o sujeito com que o TAE, na maioria dos casos, se relaciona diretamente, verifica-se que, tanto as exigências como objeto de trabalho dos TAEs, nao sao direcionados no desenvolvimento de sua pratica, para as finalidades do Ensino Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão.

Este segundo ponto, ou seja, o da caracterização do trabalho do TAE junto as IESPI em confronto com o 1º e 2º Graus e a dimensão da competência para tratar dos aspectos especificos dos diferentes campos do 3º Grau, conduz a participação no grande debate nacional em torno da Supervisão.

Portanto, a reflexão sobre o surgimento e a função da Supervisão e a sua necessidade hoje, coloca como imperativo que o trabalho da Supervisão seja afirmado ou negado pelos técnicos. Mas isto só se fará no estudo dessa temática, pela pratica e participação do Debate Nacional.

Aqui se coloca como sugestão aos órgãos centrais do MEC, particularmente SESu e COR, o desenvolvimento de uma pesquisa que tenha como objeto de investigação a SUPERVISÃO DO ENSINO SUPERIOR A PARTIR DAS DELEGACIAS DO MEC o que permitiria melhor contextualização e o reenaminhamento dessa área de atualização.

O TRABALHO DE SUPERVISÃO NA DEMEC/PE.

A Delegacia de Pernambuco, conhecendo os limites para o desenvolvimento da Supervisão como prática de educadores que se voltam para a discussão dos problemas educacionais brasileiros, nascidos da e na estrutura da sociedade, mas procurando, a partir desses limites não se deter na prática burocrática, foi buscando o exercício de uma prática pedagógica ao lado da rotina formal, para as atividades de FÓRUM DE DEBATES E ATUALIZAÇÃO DOS TÉCNICOS" PESQUISA/ESTUDO E ASSESSORIA.

Dentro de uma visão ampliada de Supervisão no trato ao Ensino Superior, no âmbito da Delegacia, o trabalho foi se fazendo a partir da necessidade de atualização dos técnicos.

Neste sentido, a Delegacia assumiu o trabalho da atualização e treinamento do seu quadro técnico, fazendo-o através de diferentes mecanismos entre os quais se inclui:

- participação em eventos promovidos pela Delegacia ou através da Delegacia;
- ampliação do acervo bibliográfico;
- treinamento em serviço para técnicos que chegam ao Ensino Superior;
- promoção de curso de atualização para os técnicos.

Assim, a Delegacia trilha dois caminhos: um que faz internamente e um outro, que se faz a nível de participação e/ou representação.

O primeiro, vem se tornando mais produtivo, quando também vem contribuindo para que a DEMEC vá se construindo como um fórum de debates sobre questões da educação.

1 - FÓRUM DE DEBATES E ATUALIZAÇÃO DOS TÉCNICOS

Como FÓRUM DE DEBATES, a Delegacia vem promovendo atividades que garantem a participação interna dos TAES, ao mesmo tempo que também procura fazer-se como mecanismo de aperfeiçoamento das IESPI .

Nessa linha de encaminhamento da Supervisão, constroiu-se um espaço para a discussão dos problemas da educação na sociedade brasileira. Na discussão estão presentes como conteúdo, tanto os problemas informações de ordem técnico -legal, como aqueles **que** tratam e fundamentam a Educação Brasileira.

Para ilustrar essas dimensões da DEMEC como FÓRUM DE DEBATES citam-se três eventos realizados:

MESA REDONDA SOBRE A NOVA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.
- fevereiro de 1986.-

Procurando trazer para conhecimento e discussão dos Técnicos e Representantes das IESPI o Trabalho da Comissão Nacional para a reformulação da Educação Superior, promoveu-se uma mesa redonda cujo tema foi "UMA NOVA POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA".

O trabalho foi encaminhado por um membro da referida Comissão, debatido por uma professora de uma das IESPI e uma profissional da Educação do quadro da Delegacia.

Nesta atividade não só se apresentou o andamento dos trabalhos da Comissão, mas foram debatidas as propostas elaboradas e sugeriu-se a continuidade dos trabalhos nas IESPI .

Participaram desta atividade representantes das IESPI e Técnicos da DEMEC/PE.

PALESTRA ACOMPANHADA DE DEBATE SOBRE CONCURSO VESTIBULAR
- junho de 1986.-

A palestra se incluiu como mecanismo de atualização e discussão de Técnicos e Representantes das IESP sobre a sistemática que orientara o Concurso Vestibular em 1987.

O trabalho foi realizado pelo Coordenador do Programa de Avaliação da Reforma Universitária.

Participaram da atividade além dos representantes das IESPI , representantes da Secretaria de Educação de Pernambuco Pro-Reitorias Acadêmicas da UFPE, UFRPE, UNICAP, FESP, Associação de Docente da UNICAP, Sindicato dos Estabelecimento de Ensino Particulares, Conselho de Educação do Estado e do Município de Recife.

MESA REDONDA SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO
- Agosto de 1986.-

Dentro do Projeto EDUCAÇÃO EM DEBATE, promoveu-se uma **mesa redonda** sobre a DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO.

Este trabalho foi realizado por educadores da UFRPE , FUNDAJ e DEMEC/PE.

O desenvolvimento do tema se fez a partir de três linhas básicas: A da contextualização da Educação na Sociedade Brasileira, incluindo-se considerações sobre a Constituinte. A outra que enfocou a política educacional que desenvolve, detendo-se nas questões do acesso, permanência e sucesso. E por fim, a abordagem do currículo, numa visão ampla, como instrumento de democratização do Ensino.

Contou-se com a presença do Coordenador da Coordenadoria dos Órgãos Regionais (COR). Foram convidados participantes da Secretaria de Educação de Pernambuco, Pro-Reitorias Acadêmicas da UFPE, UFRPE, UNICAP, FESP, Associação de Docentes da UNICAP, Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particulares, Conselho de Educação do Estado e do Município de Recife, além de representantes das IESPI.

As atividades internas vem caracterizando a Delegacia como mecanismo de atualização dos Técnicos. Porém, foi o Curso de Atualização para Técnicos, promovido pela DEMEC/PE em convênio com a UFPE, que pela sua estrutura e funcionamento se fez mais como treinamento e atualização.

CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA TÉCNICOS.

A proposta de um curso para Técnicos em Assuntos Educacionais se inclui por um lado, nas intenções da Delegacia, ao priorizar no seu plano de trabalho para 1985, a atualização e o aperfeiçoamento dos técnicos. Por outro lado, atendeu a solicitação da Coordenadoria dos Órgãos Colegiados do Ministério da Educação (COR) como instância viabilizadora e que comunga com as mesmas preocupações.

O tema apresentado como centralizador do curso - Atualização para Técnicos em Assuntos Educacionais - surgiu em decorrência das dificuldades sentidas pelos técnicos do setor do Ensino Superior, para a organização e desenvolvimento de estudos e trabalhos que o Setor/Delegacia esta a exigir. Dificuldades essas que se fazem presentes, seja por carregar as deficiências do Ensino Superior, bastante conhecidas, seja pela natureza dos diferentes cursos de graduação que formaram os Técnicos em Assuntos Educacionais que atuam na Supervisão junto as Instituições de Ensino Superior particulares isoladas.

Portanto, os conteúdos selecionados são considerados fundamentais, tendo em vista as carências sentidas e as necessidades de trabalho do Setor/Delegacia, a atualização do TAE e o seu aperfeiçoamento.

O curso que atendeu a uma clientela constituída por TAEs da DEMEC/PE e da Secretaria de Educação, ofereceu 20 vagas, e foi realizado em duas etapas, a saber: A primeira no período de outubro a novembro de 1985 e a segunda, de março a junho de 1986, incluindo-se nessa etapa, a elaboração e apresentação das monografias.

O quadro de professores foi formado por docentes do Centro de Educação da UFPE e por um TAE desta Delegacia, ficando a Coordenação a cargo de um professor da UFPE contando com o apoio de um Técnico desta DEMEC.

ESTRUTURA CURRICULAR

- Disciplinas e carga horária

D I S C I P L I N A	CARGA HORÁRIA
Redação de trabalho científico.....	20
Política do ensino superior para a sociedade brasileira.	20
A formação de recursos humanos para a sociedade brasileira. Implicações e perspectivas. -Questões da ética como compromisso e prática profissional.....	20
Organização de estudos: formas-técnicas-coordenação.	20
Noções de organização e métodos.....	20
Análise e discussão de textos legais.....	40
Instrumentos de trabalho e o seu manuseio.....	20
Orientação de trabalho científico.....	20
T O T A L	180

PESSOAL DOCENTE

NOME	QUALIFICAÇÃO	DISCIPLINA	carga HOR.
- Berenice Soares Bastos	Doutorado	-Redação de trabalho Científico	20
- João Francisco de Souza	Mestrado	-Politica de ensino superior para a sociedade brasileira	20
- Fernando Antônio Gonçalves	Mestrado	A formação de recursos humanos para a sociedade brasileira: implicações e perspectivas-A questão da ética como compromisso e pratica profissional	20
- Norma Pinheiro de Vasconcelos Medeiros	Mestrado	-Organização de estudos: formas-tecnicas-coordenação	20
- Lucionéia Jordão Batista d'Oliveira	Especialização		
- Conceição Maria Reis de Albuquerque	Mestrado	-Noções de organização e métodos	20
- Itamar de Abreu Vasconcelos	Especialização	-Análise e discussão de textos legais	40
- Maria Eliete Santiago	Mestranda	-Instrumentos de trabalho e o seu manuseio	20
- Berenice Soares Bastos	Doutorado	-Orientação de trabalho Científico	20

O ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO foi contínuo e realizado pela coordenação e professores, através de observações, reuniões e contatos diretos, envolvendo todos os participantes do curso.

A avaliação da aprendizagem ficou a cargo dos docentes responsáveis por cada disciplina ministrada no curso.

A avaliação do curso como um todo, foi feita ao termino, através de aplicação de um questionário a todos os alunos visando verificar o alcance dos objetivos e detectar as falhas existentes.

MONOGRAFIAS APRESENTADAS:

- A inspeção e/ou supervisão das instituições de Ensino Superior particulares isoladas.
Uma necessidade do sistema?
- A supervisão da educação junto as instituições isoladas de ensino superior vinculadas ao sistema estadual de educação de Pernambuco: Sua origem e seus determinantes.
- Ingresso no Curso Superior : transferencia e portador de Diploma.
- Estudo sobre o Setor de Registro.

2. ATIVIDADES DE ESTUDOS/PESQUISA

Quanto as atividades que cobrem a dimensão ESTUDO/PESQUISA, estas se constituem como conteúdos que contribuem para a atualização e treinamento dos técnicos, ao mesmo tempo que se revertem em trabalho nas IESPI .

Aqui também esta presente a preocupação de nao nuclear as questões de ordem legal, tao próprio da atividade de Supervisão ao Ensino Superior, mas de trabalha-las como esforço de compreensão dos problemas educacionais brasileiros.

A concretização dessa dimensão de atividades que constituem ESTUDO/PESQUISA na Delegacia verifica-se como produto dos trabalhos desenvolvidos e sistematizados.

Ilustra esta dimensão um texto como resultado do trabalho coletivo que representa uma reflexão sobre o Conselho Federal de Educação e mais três trabalhos realizados.

ELABORAÇÃO DE TEXTO - CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO: uma reflexão -

O grupo de técnicos procurou discutir/avaliar a ação do CFE pela perspectiva daqueles que lidam com ele a distancia no cotidiano da Delegacia.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO:

Nasceu da necessidade de orientar as IESPI para a aplicação do Decreto nº 87.497/82 e que não se prende somente ao dispositivo legal, mas sobretudo como trabalho de CONHECIMENTO/DISCUSSÃO/TROCA DE EXPERIÊNCIAS.

Os trabalhos foram desenvolvidos em 3 etapas:

A primeira se deu na Delegacia, constou de sessões de estudos sobre a legislação básica; apresentação e discussão de temas sobre estagio curricular, planejamento institucional e apresentação de projeto.

Na segunda etapa a discussão foi aprofundada e ampliada. Além das sessões de estudo na Delegacia, ocorreram também em três Faculdades no interior do Estado para onde convergiram outras IES. Nesta etapa contou-se com a SESu/MEC.

Na terceira, o trabalho tomou a dimensão de um encontro quando reuniram-se representantes das Instituições de Ensino Superior do Estado de Pernambuco, que além de apresentarem experiências elaboraram sugestões para o estagio supervisionado.

Contou-se com a colaboração da UFPE, DAU/SE e SESu/MEC.

PORTUGUÊS - DISCIPLINA INSTRUMENTAL

Foi um trabalho originado como idéia, em 1982, quando em reunião de auto-avaliação das IESPJ indicou-se dificuldades no ensino e uso das disciplinas consideradas instrumentais. E, foi manifestado pelos Diretores das IESPJ a preocupação com o ensino da Língua Portuguesa.

Apesar da ideia e da necessidade de se voltar, o trabalho de acompanhamento das IESPI também para o Ensino da Língua Portuguesa, só tornou-se possível desencadear a ação em 1985.

O ponto de partida foi o levantamento e análise dos resultados da classificação em 84/85, no Concurso Vestibular, por média em Português das IES supervisionadas pela DEMEC/PE.

Para se chegar ao momento de discussão do Ensino da Língua Portuguesa no Ensino Superior, desenvolveu-se três etapas:

Na 1ª, a nível da DEMEC, se fez pela elaboração dos instrumentos para o desenvolvimento da pesquisa e os contatos com vistas a aceitação e a participação da comunidade acadêmica na discussão do Ensino da Língua.

Na 2ª, se fez o desenvolvimento da proposta pela aplicação de questionários aos alunos das IES supervisionadas, conhecimento e discussão dos resultados.

Na 3ª etapa, de posse do resultado da pesquisa nas IES supervisionadas pela DEMEC/PE, com os dados tratados, se iniciou a discussão com Professores de Língua Portuguesa sobre Questões do

ensino, apresentação de projetos e elaboração de propostas.

Este trabalho contou com a assessoria do Mestrado da DFPE através de uma docente que coordenou o trabalho junto com a DEMEC.

Alem das propostas de reformulação do processo de ensino da Língua materna pode-se apontar como resultado o empenho de se dinamizar o ensino do vernáculo de modo a possibilitar discussões e esclarecimentos dos mais diversos problemas concernentes a Língua Portuguesa, sem as restrições naturalmente impostas por uma estrutura curricular rígida.

ENSINO RELIGIOSO:

Um trabalho de investigação que se reverteu em orientação como resposta a um grande número de consultas provocadas pelo desconhecimento das referências legais quanto a organização e funcionamento das Instituições de Ensino Religioso; e também como resposta ao desconhecimento dos direitos adquiridos com a expedição do certificado.

Tendo como etapa primeira o estudo e a sistematização das referências legais, se evoluiu para um encontro com os dirigentes das Instituições de Ensino Religioso. No momento, encontra-se em fase de organização o cadastramento dessas Instituições o que contribui para que a DEMEC possa informar sobre a existência desses Cursos.

ASSESSORIA ÀS IESPI

Alem do trabalho de rotina as Instituições, a Delegacia com uma das IES Supervisionadas desenvolveu um trabalho de discussão e aperfeiçoamento de Docentes do Ensino Superior.

Este tipo de Assessoria se mostra através de duas atividades desenvolvidas e que atingiram a comunidade de Educadores, das IES e dos Municípios vizinhos.

A Instituição eleita esta localizada na zona do Agreste pernambucano, situa-se como polo convergente para outras IES, e de desenvolvimento na região tanto pelo serviço educacional que oferece quanto com o trabalho de recuperação histórica e cultural da cidade, que vem realizando.

Uma atividade, que se denominou de Assessoria, foi o apoio, em todas as etapas, a um DEBATE sobre os problemas da educação brasileira.

Para este trabalho foi convidado o Educador Paulo Freire como conferencista que abordou questões da Educação Brasileira hoje, enfatizando-a como projeto político-pedagógico e discutindo a importância do momento de transição que constrói e vive a Sociedade Brasileira.

O evento teve grande repercussão no Interior de Pernambuco e congregou educandos e educadores de todo Estado.

Outra atividade foi o SEMINÁRIO PARA DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR, com (30h) e que reuniu em torno de 60 Professores e Técnicos de Educação.

Participaram dele docentes da própria IESPI, docentes **das** IES Supervisionadas e representantes das IES **do** sistema Estadual.

Para o desenvolvimento desse evento se contou com docentes da UFPE, UFPE e da própria DEMEC.

A coordenação dos trabalhos em todas as fases esteve com **os** técnicos da Delegacia e pessoal docente e administrativo da Faculdade.

ASSESSORIA A ORGAOS DE EDUCAÇÃO PUBLICA

A assessoria a órgãos de educação pública se fez, fundamentalmente, a Secretaria de Educação de Pernambuco através do seu Departamento de Capacitação de Pessoal. E, sistematicamente, a Secretaria de Educação da Cidade do Recife, através da Fundação Guararapes na Diretoria de Serviços Educacionais.

Inclui-se ainda, a atuação de Técnicos da DEMEC como apoio técnico na preparação de encontros e eventos, junto a Associações de classe e Profissionais da Educação. Esse assessoramento se fez em forma de discussão, preparação de encontros e seminários e participação como debatedores e/ou conferencista, nas áreas de:

- Orientação Educacional
- Psicologia Escolar
- Supervisão Educacional
- Reformulação dos cursos de Educação

COOPERAÇÃO TÉCNICA A DEMECs de outros Estados

Procurada por outras Delegacias das unidades Federadas a Delegacia de Pernambuco preparou um plano para estágio de Técnicos das Delegacias do Amapá, Piauí, Maranhão e Mato Grosso no período de 11 a 14 de setembro/84. As atividades foram desenvolvidas interna e externamente; as internas no auditório da DEMEC, as externas no acompanhamento da equipe de Supervisão em vistas de rotina a Faculdades da Capital e do Interior.

Os temas abordados foram:

1. O trabalho do TAE como assessoramento as IES.
2. Área de atuação do TAE em relação as Instituições de ensino Superior.
3. Instrumentos de trabalho e operacionalização da Supervisao as IES.

Conteúdos selecionados a partir dos temas: Infra estrutura da IES - Administração, docência e apoio - Registro Acadêmico e Comissão verificadora.

Nos anos de 1985 a 1986 a DEMEC seguiu a mesma sistemática com as Delegacias de Alagoas e Paraíba.

CONCLUSÃO:

O esforço de materializar¹ o entendimento de Supervisão as IESPI numa dimensão menos burocrática , vem conduzindo todo um aprendizado da equipe.

Esse aprendizado vem sendo realizado na pratica e na reflexão dessa pratica, quer em ocasiões específicas como preparação, realização e avaliação quer no cotidiano do exercício das tarefas afetas ao Ensino Superior.

DELEGADA DO MEC EM PERNAMBUCO
Prof^a Creuza Maria Gomes Aragão

EQUIPE DE ELABORAÇÃO:

Aliete Pires de Carvalho
Ana Cristina de Aguiar Silva
Glauce Maria Chaves de Azevedo
Joselina Estelita Chaves Gulde
José Francisco Gomes
Maria Edna Aguiar Gomes
Maria Eliete Santiago (Coordenação)

- b) - APRESENTAÇÃO DA DELEGACIA DO MEC NO RIO DE JANEIRO
Profa. Ila Cecília Falcão Kemp

"A Supervisão do Ensino Superior Particular
no Estado do Rio de Janeiro - Proposta de
Uma Nova Prática".

PROPOSTA DE UMA NOVA PRÁTICA

O presente texto constitui o relato da experiência que a Delegacia Regional do Rio de Janeiro vem realizando com o objetivo de renovar as atividades de supervisão na esfera do ensino superior particular,

Com a oportunidade criada pela mudança da direção administrativa da DMEC, sentiu-se a possibilidade de criação de um espaço para a reformulação da sistemática de trabalho dos Técnicos em Assuntos Educacionais no que concerne ao acompanhamento do ensino de 3º grau. Nesse sentido, no início deste ano, realizou-se uma série de reuniões com os TAEs, com a finalidade de auscultar o sentimento deles em relação às suas condições de trabalho. Percebeu-se, então, um profundo descontentamento quanto a essas condições, daí decorrendo a proposta de proceder a uma ampla mudança das práticas de supervisão vigentes.

Tal proposta compreende duas dimensões: a primeira, aqui apresentada, refere-se a medidas imediatas, ao passo que a segunda, a ser precisada no próximo exercício, concerne a uma ação de longo prazo, na qual se irá contemplar, antes de mais nada, a necessidade de fundamentar teoricamente a atuação da DMEC/RJ em relação ao ensino superior particular.

. 1 . JUSTIFICATIVA .

1.1 - Situação encontrada

O trabalho foi iniciado através de uma reflexão, em que se procurou configurar a situação existente no âmbito da supervisão praticada no Estado do Rio de Janeiro.

Essa reflexão apontou-nos um elenco de dificuldades, que poderiam ser agrupadas em três aspectos principais: dificuldades de natureza conceitual, distorções de ordem administrativa e carências no setor de recursos humanos •

Entre as dificuldades de natureza conceitual situa-se a inexistência de um campo teórico e metodológico que possa chamar-se de supervisão de 3º grau. Em consequência prevalece uma indefinição do papel do TAE nesse contexto.

Observou-se que ocorre uma utilização indevida do termo supervisão para definir as atividades desenvolvidas pelos TAEs junto as ESPIs, em lugar da antiga denominação de inspeção. O termo provém de função existente no 1º e 2º graus, onde realmente existe uma definição clara dessa atividade profissional.

Embora chamados supervisores, os TAEs exercem, na realidade, práticas de fiscalização. Entretanto, nem essas práticas podem ser cumpridas, pura e simplesmente, como uma ação fiscal, uma vez que os órgãos

superiores do MLC não nos vem proporcionando respaldo e instrumento para uma efetiva ação corretiva.

Ao lado da indefinição do papel do técnico, e inclusive em função dela, encontrou-se uma prática distorcida que se caracterizava particularmente pela falta de unidade de ação.

O próprio TAE, a partir de sua experiência profissional, era quem imprimia a sua atuação um caráter mais ou menos fiscalizador. Suas inquietações pessoais o levavam ou não a desenvolver uma ação mais voltada para a qualidade do ensino oferecido, sem saber, entretanto, como buscar essa qualidade.

Deixado a própria sorte, o TAE valia-se de sua vivência pessoal para determinar sua forma de trabalhar. Entretanto como não lhe era fornecida nenhuma orientação, esse tipo de iniciativa contribuía para que o individualismo prosperasse.

Por outro lado, inexistia qualquer critério definido de alocação dos técnicos nas faculdades. Ninguém se preocupava em aproveitar sua experiência profissional, encarregando-os de cursos com os quais tivesse afinidade. A distribuição fazia-se atendendo a duas considerações distintas: a) localização geográfica, no que diz respeito às IESPIs sediadas fora do município do Rio de Janeiro, atendidas por técnicos residentes na mesma localidade ou por aqueles que tivessem facilidade para viajar; b) -

densidade da população educacional, no caso das IESPIs *sociadas* no município do Rio de Janeiro, agrupadas em função do número de cursos e de alunos para efeito de atendimento por uma equipe.

Em consequência desse tipo de distribuição, o universo de atuação de cada TAE era demasiado amplo no tocante ao número de áreas de conhecimento sob sua responsabilidade e heterogêneo no que diz respeito às características das instituições de ensino.

Diante disso, o técnico se via levado a praticamente limitar sua atividade à verificação dos registros escolares, guias de transferências, exames de pastas etc, em suma, a tarefas burocráticas, reduzindo-se sua função à de mero auxiliar de secretaria da IESPI.

Acresce que a situação ainda se caracteriza por uma freqüente dissociação das decisões tomadas pelos órgãos superiores do IIEC em relação ao trabalho e as observações fornecidas pelos TAEs e pela DEMEC.

Em numerosas oportunidades, relatórios concernentes a situações irregulares constatadas pelos técnicos, em uma ou outra IESPI, foram sumariamente ignorados, permanecendo a situação encontrada tal como denunciada. Em outras, ainda, foram adotadas medidas paliativas em detrimento de uma solução efetiva sugerida pelo parecer do técnico ou, mesmo, tomaram-se providências no sentido de corrigir a irregularidade sem o seu envolvimento.

1.2 - imposições de uma conjuntura de transição

Chegou-se, assim á conclusão de que o trabalho nao poderia continuar tal como vinha sendo realizado. Todavia, seria impossível simplesmente interrompê-lo durante o tempo necessário para conceber sua reformulação já que anos de rotina inadequada criaram hábitos que se paralizados, acabariam por se refletir de forma negativa sobre os profissionais do setor, provocando inseguranças e tensões prejudiciais á futura reorientação do trabalho. Tornava-se, pois, necessário delinear novos padrões, de atuações sem, entretanto, suspender as atividades nas IESPIs.

Pela análise do quadro existente ficará clara a urgência de se pensar o que poderia vir a ser uma supervisão do ensino de terceiro grau, tendo em vista as condições da educação superior no Brasil e o papel de seável do MEC em relação ao ensino superior particular. Semelhante reflexão deverá levar em conta as seguintes indagações:

- 1) O que significa supervisão no ensino superior ?
- 2) O desempenho do TAE deve restringisse a ação fiscalizadora?

Nesse caso, qual o objetivo dessa fiscalização ?

- 3) Haverá possibilidade de se orientar a fiscalização no sentido de preocupações predominantemente pedagógicas, dados a estrutura administrativa e os recursos humanos disponíveis.

Em virtude da imprevisibilidades do tempo requerido para casa reflexão, reconheceu-se a necessidade de se adotar uma estratégia de transição, ou seja, uma ação a curto prazo, que permitisse o conhecimento da realidade educacional do Estado do Rio de Janeiro e ao mesmo tempo a realização de reajustes parciais do tipo de trabalho efetuado, enquanto se criassem as condições para uma reflexão mais profunda sobre o conceito de supervisão.

2. ETAPA DE TRANSIÇÃO

-2.1 - Objetivos

A fim de nortear a ação dos técnicos, propuseram-se inicialmente, como objetivos, as seguintes diretrizes extraídas da Portaria SESU 14/33:

..." constituir um processo de avaliação das IESPIs de forma que possibilite uma visão dinâmica de estrutura e funcionamento do sistema de ensino superior."

..." dar ênfase aos aspectos finalísticos, evitando-se a superestimação dos aspectos meramente formais do funcionamento da instituição."

A adoção do primeiro desses objetivos prende-se à necessidade de conhecimento da realidade educacional do Estado RJ, conforme explicitado anteriormente, enquanto a seleção do segundo parece prestar-se a sus

citar o interesse Cos TAEs por uma reflexão acerca de sua atividade e das abrangência do conceito de supervisão, na medida em que a ênfase nos aspectos pedagógicos implica definir a contribuição passível de esperar desse tipo de profissional.

Em seguida, procurou fixar-se as diretrizes a que se subordinariam as ações a serem desenvolvidas no plano imediato, decidindo-se pela instauração de um processo participativo, criativo, diversificado e flexível, capaz de:

- envolver o maior numero possível de profissionais e instituições empenhadas na educação de terceiro grau;
- inovar quanto às técnicas a serem empregadas na solução dos problemas identificados no decorrer da ação:
- adequar os procedimentos as situações diferenciadas existentes no campo educacional; e
- desenvolver um sistema de acompanhamento das IESPIs auto-renovável e viável, através do questionamento e análise contínuos da realidade.

Mediante um tal processo é que se poderá, efetivamente, atingir de modo satisfatório os objetivos propostos para a presente etapa da transição.

2.2 - Pré-requisitos da ação

Percebeu-se, de saída, que antes de se proceder a qualquer re direcionamento da atuação dos TAEs junto as IESPIs, seria imprescindível criar na Divisão de Supervisão e Controle da DEMEC uma infraestrutura organizativa capaz de suprir, ainda que parcialmente, as carências apontadas no tocante a falta de definição e uniformidade da linha de trabalho.

Para tanto os primeiros esforços concentraram-se na busca de dinamização do Setor de Legislação e Normas da DSC, setor esse destinado a manter atualizado e ordenado o material de apoio às atividades dos TAEs, constituído até o presente sobretudo dos textos normativos e de jurisprudência relativos ao ensino superior (mas aos quais deverá acrescentar-se, em breve prazo, um acervo bibliográfico mínimo, de livros, artigos publicados em periódicos especializados, matérias jornalísticas e outros textos relacionados com a problemática da educação superior) . Desse modo, ficará a DEMEC/RJ dotada das fontes de consulta requeridas, de sorte nao só a localizar/ na legislação vigente os elementos necessários a solução de problemas de sua competência, mas ainda a identificar falhas e incoerências da própria legislação, muitas vezes inadequada ao tratamento das questões mais essenciais de ensino particular de terceiro grau. Estudos sobre questões e aspectos controvertidos do funcionamento

dessa *esfera* educacional poderão propiciar o envolvimento, no debate, tanto dos TAEs quanto de outros agentes interessados - estudantes, professores, dirigentes de IESPIs e de Universidades, profissionais das áreas de formação consideradas, etc. - , levando os técnicos a desenvolverem uma postura crítica e capacidade de atuação criativa.

A percepção da necessidade de coordenação e unidade no trabalho dos TAEs motivou a constituição de um grupo encarregado de planejar e acompanhar as atividades da Divisão, bem como de oferecer sugestões voltadas para a melhoria da qualidade dos serviços que competem a DELIEC na esfera do ensino superior particular. Esse grupo, o Setor de Avaliação da Supervisão Externa e Registro (SASER), a partir da listagem das deficiências indicadas pelos TAEs em reuniões efetuadas com esse objetivo específico, formulou a já mencionada estratégia de ação a curto prazo, cujo primeiro passe consistiu na redistribuição dos técnicos por equipes de atendimento as IESPIs, de acordo com novo critério.

Em lugar da antiga distribuição segundo os locais de residência dos TAEs e de sede das IESPIs, ou segundo a densidade de **seu** alunado, adotou-se o critério de agrupamento dos cursos (e não mais das IESPIs) por áreas de formação profissional, correspondendo **a cada uma** das áreas delimitadas uma equipe formada de oito a dez membros. Assim, ao invés de ca-

da IESPI ser acompanhada por um único grupo de técnicos, passou a sê-lo por um número variável de equipes, a depender do número de áreas profissionais abrangidas por seus cursos. A vantagem desse novo critério em contra-se em reduzir o campo de abrangência pedagógica com que lidam os TAEs, a fim de proporcionar-lhe, se não condições de uma autêntica especialização em tal ou qual área de conhecimento, ao menos a possibilidade de aprofundar sua compreensão da problemática específica da área de formação profissional em que desenvolve sua atuação (o que, por outro lado, permitirá captar mais claramente as conexões que tal problemática específica mantém com as questões gerais da educação superior).

Foram cinco as áreas de formação profissional inicialmente delimitadas: Ciências da saúde e biológicas, Ciências sociais aplicadas, Ciências humanas, Ciências exatas e engenharia e Letras e artes. Num segundo momento, devido a dificuldades práticas de operacionalização do trabalho, procedeu-se a uma alteração parcial desse esquema, fundindo-se as equipes de Ciências humanas e de Letras e artes, que passaram a compor a área de Educação.

A frente de cada equipe acha-se um coordenador, cujas funções principais residem, por um lado em assegurar a unidade de linha de ação de todos os membros do grupo, o planejamento de suas atividades e a exe

cução das tarifas planejadas e, por outro, em garantir a articularão do trabalho de sua equipe cor, o das demais, mediante um processo de permanente intercâmbio de experiências com os outros coordenadores. A chefia do Setor de Supervisão do Ensino Superior (SESUP), de que as equipes com põem a estrutura, compete a coordenação superior e o acompanhamento das atividades externas, bem como a manutenção das conexões indispensáveis entre as atividades desenvolvidas pelo setor e o de planejamento, a fim de que haja permanente realimentação recíproca. Para tal efeito, o titular da chefia da SESU? integra como membro nato o SASBR.

2.3 - Atividades em curso

A partir da reorganização das equipes de TAEs em função do agrupamento dos cursos de graduação em áreas de formação orofissional, e com o objetivo de realizar um levantamento preliminar da situação do ensino superior no Estado do Rio de Janeiro - requisito indispensável, juntamente com o estabelecimento de pontos de apoio teóricos, para a fixação de novos padrões de atuação junto às IESPIs - ,foi traçado um esquema uniforme de trabalho a fim de orientar os técnicos na coleta e exame das informações. Dividiu-se o processo em duas fases, denominadas de conhecimento e aprofundamento.

Na primeira fase o que se busca são os dados mais gerais sobre

a estrutura e as condições de funcionamento das instituições de ensino empreendidas na esfera de supervisão da DEMEC/RJ, devendo-se procurar ~~também~~ identificar as características e problemas comuns tanto aos ~~mes-~~ ~~mos~~ cursos mantidos por instituições diferentes quanto, eventualmente, à totalidade do universo levantado. Em reuniões periódicas da chefe da SESUP e do grupo de planejamento com os coordenadoras de equipe, discutem-se os procedimentos a serem adotados em relação aos vários aspectos ao levantamento, tomando-se como base da discussão textos preparados com essa finalidade pelo SASER, que abordam aspectos relevantes da organização acadêmica e das condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior. Além de orientação para o trabalho imediato, tais debates visam a estimular nos TAEs o questionamento acerca das condições vividas no sistema educacional de terceiro grau e sobretudo a despertar entre eles inquietações quanto à sua própria realidade profissional.

Paralelamente a coleta das informações selecionadas para compor o quadro solicitado, os técnicos, nas visitas de rotina às IESPIs, continuam a desempenhar as tarefas de cunho burocrático a que se acham obrigados pelas normas ministeriais.

Como produto dessa etapa de conhecimento, previu-se a elaboração de relatórios críticos sobre a situação dos diferentes cursos a

serem apresentado por grupos de técnicos encarregados de tais e tais instituições. A partir do conjunto de relatórios recebido dos números de sua equipe, cada coordenador deverá sistematizar uma visão geral dos cursos integrantes da área profissional em questão.

As primeiras avaliações de resultados dessa fase, que ainda se encontra em desenvolvimento, já permitiram ao setor de planejamento verificar que os ritmos e procedimentos do trabalho não podem ser idênticos para todas as equipes de TAEs, dadas as peculiaridades dos cursos e instituições abrangidos em cada área, e dadas as diferenças individuais entre os técnicos.

Assim, a segunda etapa do processo, vale dizer, a fase de aprofundamento, não deverá iniciar-se simultaneamente em todas as equipes, devendo mesmo diferenciar-se no interior de cada área, a depender do curso considerado. Em linhas gerais, o que se preve é que, fundada nos relatórios elaborados, cada equipe identifique carências e distorções na respectiva área de ensino, assim como as principais dificuldades enfrentadas pelos TAEs tanto para avaliar a qualidade dos cursos quanto para atuar no sentido de obter a superação das falhas identificadas.

A expectativa é de que isso favoreça a tomada de consciência dos estreitos limites em que se processa a chamada supervisão do ensino supe-

rior de vez que certamente se apresentarão Situações em que a superação de deficiências ou irregularidades se revele impraticável, por insuficiente autoridade dos representantes do MEC. Situações haverá, ainda, que mostrem ao técnico a necessidade de seu aperfeiçoamento profissional, medida em que desse aperfeiçoamento depende a exata avaliação dos problemas e prioridades, bem como a capacidade de sugerir medidas para sua solução.

Nesse sentido, entende-se que o termo aprofundamento, empregado para denominar a fase de desdobramento do processo de sondagem da realidade do ensino superior particular, nada mais representa que um reforço à reflexão a ser feita por meio de outras atividades, sempre com a finalidade de precisar o papel do técnico em assuntos educacionais no contexto configurado pelas realidades do sistema de ensino e da política educacional num momento que se pretende de transformações.

3 PERSPECTIVAS FUTURAS

Simultaneamente a reformulação do esquema de trabalho nas IESPIs, posta em prática no corrente exercício como forma de transição, já se pensa no planejamento de um ciclo de aperfeiçoamento e atualização dos TAEs, cuja base será a reflexão acerca das condições atuais do sistema educacional superior e acerca das determinações provenientes do meio social em que

inscreve esse sistema. Tal ciclo deverá realizar-se sob modalidades variadas, a exemplo de seminários, cursos, painéis com especialistas sobre temas da problemática acadêmica, reuniões de estudo etc. orientando-se pelas seguintes preocupações:

- oferecer oportunidade de análise crítica dos problemas envolvidos na ação das SESU/DSC/DEMEC/RJ ;
- reunir elementos teóricos e informações sobre a realidade educacional que possibilitem a definição de nova sistemática de trabalho no âmbito da SESUP;
- estimular maior integração e troca de experiências entre os TAEs pertencentes as diversas equipes.

Em suma, o que se pretende, vale repetir uma vez mais, é aguçar a percepção dos técnicos em relação a problemática do ensino superior particular e da inserção do Ministério da Educação nesse sistema, de modo a incrementar sua participação na definição dos padrões de sua atuação profissional.

No mesmo sentido, desde já as freqüentes avaliações do trabalho em curso têm sido conduzidas de maneira a não apenas apreciar a adequação dos procedimentos adotados, mas também e sobretudo a sensibilizar os TAEs para as questões concernentes ao seu papel.

A participação e envolvimento do técnico são considerados elementos básicos para a concepção das ações futuras, pois de seu entendimento dos problemas e necessidades da educação superior, numa sociedade democrática, é que deverão emergir os parâmetros para a delimitação do campo e das formas de atuação da DEMEC/PJ junto as IESPIs.

DELEGACIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

Delegado: AURÉLIO WANDER CHAVES BASTOS

DIVISÃO DE SUPERVISÃO E CONTROLE

Diretora: ILA CECILIA FALCÃO KEMP

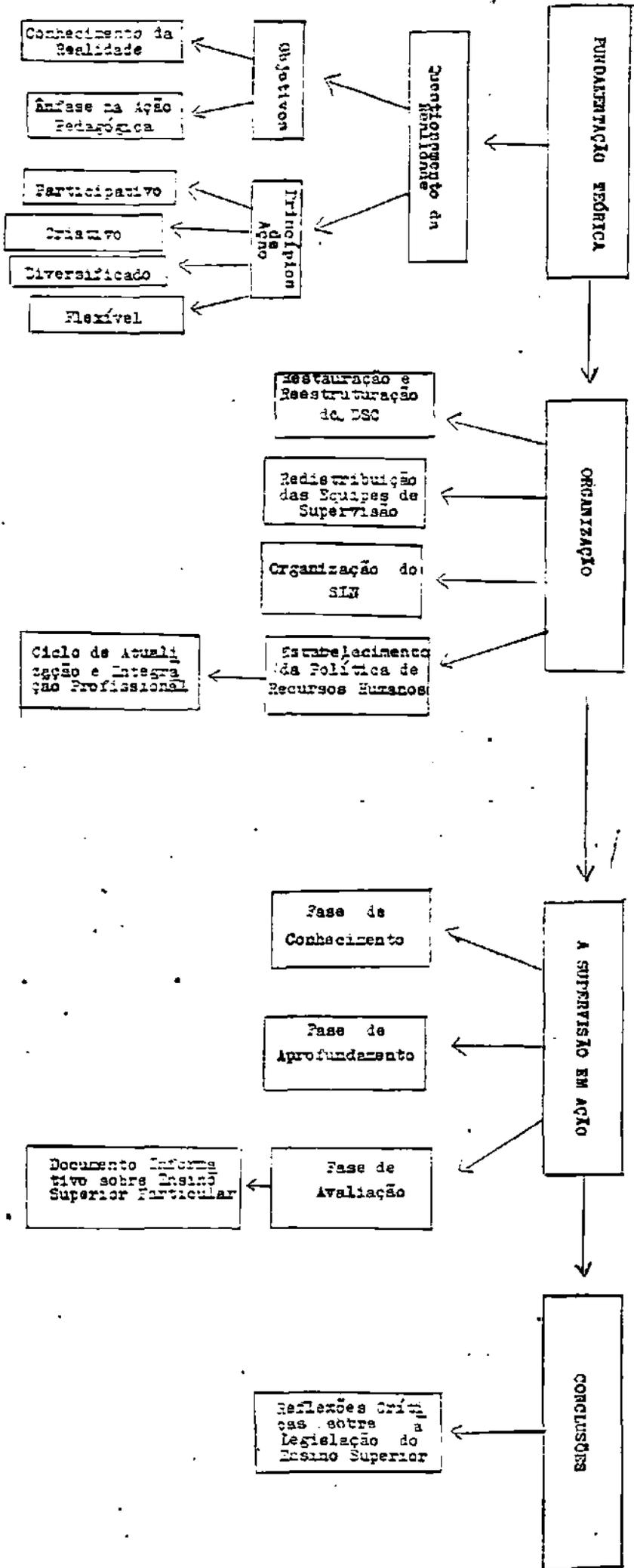
SETOR DE AVALIAÇÃO DE SUPERVISÃO EXTERNA E REGISTRO

TAEs: ABIGAIL PEREIRA NUNES
LEILA ASSIS MASCARENHAS DE OLIVEIRA
NAIR PAIVA SPERANZA
NOÊMIA MARIA INÊZ PEREIRA LEROY
SOLANGE MARIA DIAS DE BRITO
SÔNIA MARIA SIQUEIRA DE LACERDA

SEÇÃO DE SUPERVISÃO DO ENSINO SUPERIOR

NAIR FERREIRA TULHA EVANGELISTA

ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DA SUPERVISÃO - DENEG/BJ



C - APRESENTAÇÃO DA DELEGACIA DO MEC NO RIO GRANDE DO SUL
Profa. Maria Alice Maciel Alves e Neusa Norma da Silveira

A Supervisão do Ensino Superior Particular Isolado. Algumas considerações teóricas e práticas, na percepção da DEMEC/RS.

S U M A R I O

- I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA
- II - A SUPERVISÃO **.QUE** TEMOS NA DEMEC/RS
 - PROJETO DE SUPERVISÃO E ASSESSORAMENTO AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARTICULARES ISOLADAS, EM INTEGRAÇÃO COM A UFRGS E UFSM
 - CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SUPERVISÃO EDUCACIONAL
- III - REFLEXÃO SOBRE AS DIFICULDADES ENCONTRADAS SUPERVISÃO VERSUS QUALIDADE DE ENSINO
- IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS
- V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
- VI - ANEXOS

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ensino superior particular isolado, no Estado do Rio Grande do Sul, como de resto em todas as principais regiões do País, apresentou grande expansão quantitativa nas últimas duas décadas. Esse crescimento, desordenado, foi resultado da política educacional brasileira a partir de 1964, que permitiu a disseminação do ensino privado, pois num período de fechamento cultural, convinha a massificação do ensino, a desmobilização e a despolitização da sociedade civil.¹

Assim, a privatização do ensino superior assumiu duas funções importantes: a de absorver as massas de estudantes que se formaram no 2º Grau e que exerciam uma pressão enorme sobre as universidades públicas existentes, diminuindo, assim, a tensão social resultante da elitização da universidade brasileira, e a de esvaziar a área de humanidades de seu cunho crítico, pois a rede privada e noturna foi reservado o aprendizado nessa área com baixo nível de ensino e pesquisa, pela mera razão de que não exigia grandes investimentos.²

O estabelecimento de um sistema de escolas isoladas de terceiro grau espalhadas pelo interior, serviu ao propósito de satisfazer as aspirações da classe média, principalmente para os que desejavam um diploma em escola não muito distante de onde moravam, sem atender as qualificações exigidas pelas universidades dos grandes centros e também porque não lhes restava outra alternativa senão permanecer na cidade do interior.

Com a proliferação dos diplomas e o conseqüente perigo de desvalorização, passou-se a criticar asperamente as escolas, que estariam oferecendo um ensino de baixo padrão acadêmico.

Desacelerada a expansão do ensino privado, passou-se então a preocupação pela qualidade de ensino. Isto se explica porque a classe média brasileira, com sua origem urbana e forte orientação elitista, tende a valorizar a educação, como um mecanismo de controle

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

social que limita o acesso as profissões de maior prestígio.

A atual política educacional, pois, privilegia a qualidade do ensino, enfatizando a contenção, ao invés da expansão do ensino superior. Essa mudança é bem acolhida pela classe média, uma vez que não apenas tende a restringir o aumento do número de graduados, como dá maior credibilidade aos diplomas em geral.³

O momento atual é de transição e se faz necessário instaurar um novo modelo de sociedade.

Assim como a educação não pode ser repensada isoladamente, a supervisão, igualmente, não é um processo circunscrito num contexto mais amplo, abrangendo também aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais da realidade brasileira.

Não se pode configurar uma linha de ação para a supervisão sem antes fundamentar nosso ponto de vista dentro de uma concepção de mundo, de uma filosofia de educação.

A partir da convicção de que é possível, através da supervisão, atuar na instituição de ensino e, conseqüentemente, agir na sociedade e no contexto social com vistas a sua transformação, as presentes considerações pressupõem uma reflexão que nos permitirão conhecer e compreender a realidade, a fim de podermos estabelecer o rumo a ser seguido.

Educação e filosofia são dois fenômenos que estão presentes em todas as sociedades.

A filosofia fornece à educação uma reflexão sobre a sociedade na qual está situada, sobre o educando, o educador e norteia a direção na qual estes elementos podem caminhar.

Na relação filosofia e educação, só existem duas opções: ou se pensa e se reflete sobre o que se faz e se realiza uma ação educativa consciente ou não se reflete criticamente e se executa uma

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

ação pedagógica a partir de uma concepção mais ou menos obscura, inconsciente.

Assim sendo, não há como se processar uma ação pedagógica sem uma correspondente reflexão filosófica. Se a ação pedagógica não se processar a partir de valores explícitos e conscientes, ela se processará a partir de valores de outrem, que a sociedade dominante impõe.

Acredita-se estar a educação a serviço da mudança e da transformação e não da conservação social, do perenalismo, da reprodução.

Uma pedagogia para a transformação, em primeiro lugar, deverá estar centrada no ser humano enquanto ser político. Importa considerar cada indivíduo como um elemento da totalidade social, tendo o direito e o dever de participar de todos os bens sociais, econômicos, políticos, culturais, em igualdade de condições. Deve promover a habilitação de cada educando para a participação.

Uma pedagogia para a transformação não poderá assumir uma educação como se ela fosse neutra. Não há como agir sem que se esteja envolvido em valores.

A terceira característica de uma pedagogia transformadora é a de uma relação democrática entre educador e educando. O autoritarismo, decorrente da usurpação indevida do poder, caracteriza-se pelo caráter arbitrário e centralizado, impedindo a autonomia e reciprocidade de relações. Numa relação democrática, pode existir a autoridade do educador, mas não o seu autoritarismo. O educador não pode assumir-se como o centro de todas as verdades e impedir o educando de exercer relações de independência, autonomia e reciprocidade com os companheiros, com o professor e com os adultos da sociedade.

O educando deve ser compreendido como um sujeito de direitos e deveres no contexto de um processo social.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

A ação educacional deve ser entendida como uma via através da qual se toma posse dos conhecimentos acumulados pela humanidade e se produzem novos conhecimentos, a partir de situações desafiantes. Somente com a apropriação do conhecimento sobre o mundo, poder-se-á transformá-lo.

E a esse conhecimento, todos deverão ter acesso.

Um dos aspectos que acarreta prejuízos ao processo ensino aprendizagem diz respeito à avaliação, que geralmente é um dos pontos mais precários da relação professor-aluno, pois ela serve como instrumento de poder, de dominação, e não como meio de crescimento do educando. O professor se vale da avaliação para usar a prepotência, o arbítrio, o autoritarismo de quem "sabe mais". A supervisão tem um amplo campo de atuação nessa área, realizando um trabalho de conscientização, junto aos departamentos, sobre a necessidade de revisão dos pressupostos teóricos que norteiam a avaliação da aprendizagem.

O mesmo cuidado deve ter a supervisão ao realizar a avaliação institucional, para que ela não se torne um instrumento de poder arbitrário na mão dos técnicos e do sistema. Uma proposta democrática pressupõe uma avaliação participativa, onde se passaria, juntamente com a Instituição, a analisar seu crescimento e suas potencialidades futuras.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

II A SUPERVISÃO QUE TEMOS NA DEMEC-RS

A ação supervisora na DEMEC/RS está baseada em documento elaborado em junho de 1984, que procurou explicitar as diretrizes e indicar linhas de operacionalização da Portaria SESu/14/83.

Este trabalho foi fundamental, pois apresentou propostas de ação que ultrapassavam os aspectos meramente formais, anteriormente principal objeto da inspeção, para atingir os aspectos relacionados com a finalidade pedagógica da instituição.

Foram traçadas estratégias de ação que possibilitassem abordar a instituição como um todo, focalizando a atuação junto à mantenedora, direção, coordenações de curso, departamentos, biblioteca, estagio, corpo discente e docente.

A supervisão que se desenvolve hoje na DEMEC/RS ainda tem como referência as propostas estabelecidas neste documento, mas constantemente em processo de reavaliação.

De modo geral, conseguiu-se realizar um trabalho efetivo com os departamentos, muitas instituições implementaram planos de carreira, começa a ocorrer uma resposta das IES em razão de sua participação dos DGEs, bibliotecas foram ampliadas e modernizadas, currículos foram reformulados na tentativa de atender mais adequadamente as necessidades regionais.

A supervisão considerou de suma importância trabalhar junto aos diretórios acadêmicos, num processo de caminhada para maior democratização das instâncias decisórias das instituições, tendo em vista a Lei 7.395/85 que prevê completa autonomia das representações estudantis. Nesse processo, procurou-se enfatizar junto ao corpo discente a necessidade de uma postura crítica frente ao seu papel na instituição e na sociedade.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- . PROJETO DE SUPERVISÃO E ASSESSORAMENTO AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARTICULARES, EM INTEGRAÇÃO COM AS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL E DE SANTA MARIA

O envolvimento das Universidades, conforme o previsto no art. 2º, inc. VI da Portaria 14/83, colaborando no processo de aperfeiçoamento das IESPIs, principalmente na supervisão por áreas de conhecimento, tem demonstrado que a interação dos supervisores da DEMEC/RS com os professores especialistas resultou num trabalho de maior profundidade.

O projeto de supervisão e aperfeiçoamento as IESPIs, envolvendo a DEMEC/RS e as Universidades Federal do Rio Grande do Sul e de Santa Maria, que teve o aporte de recursos financeiros da SESu/MEC no total de Cr\$ fa0.000.00u para a cobertura das despesas de deslocamento e de diárias dos docentes, iniciado em agosto de 1985, veio comprovar que a experiência, por ter-se mostrado positiva, merece consolidar-se de forma sistemática..

Cabe enfatizar que não se trata de experiência consolidada, antes apresenta-se aberta a reformulações, a medida que for se desenvolvendo. Levar a cabo essa tarefa no Estado do Rio Grande do Sul, que conta com 48 instituições de ensino superior particulares isoladas, com um total de 72 faculdades e 161 cursos tem sido um desafio para o setor de supervisão da DEMEC/RS, pois entende que sua repercussão deva ser significativa no âmbito educacional do ensino de 3º Grau nas instituições isoladas, (ver quadro 1)

O projeto foi desenvolvido no período de setembro a dezembro de 1985. Preliminarmente, as equipes de supervisão da DEMEC - RS identificaram, em conjunto, as instituições e as áreas prioritárias para o assessoramento dos professores especialistas universitários.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

No total, 21 instituições receberam a visita de especialistas das Universidades. Das instituições incluídas na população-alvo do Projeto (34 no total), uma não manifestou interesse pela assessoria, e seis deixaram de ser atingidas, em razão de dificuldades quanto à disponibilidade de professores especialistas.

Envolveram-se no Projeto 35 professores das Universidades, 22 da UFSM e 13 da UFRGS, e, pela DEMEC-RS, 10 Técnicos em Assuntos Educacionais e 6 Professores Estaduais à disposição da Delegacia.

Com relação a UFRGS, coube à equipe de supervisão da DEMEC-RS, uma vez identificada a área de assessoria das IESPIs sob sua responsabilidade, fazer o contato com a Universidade, localizar e acertar com o professor especialista a data da visita; A partir daí, eram cumpridos os trâmites burocráticos que permitiam a liberação dos suprimentos para passagens e diárias dos professores. No caso da UFSM, por estar distante da capital, coube à coordenação do DGE-37 (presidido pela UFSM), a indicação dos professores nas áreas solicitadas pelas equipes de supervisão da DEMEC-RS.

Realizaram-se 53 visitas de assessoria. A maioria (34) esteve dirigida às Licenciaturas e isso se justifica pelo fato de que representam 60% dos cursos mantidos pelas IESPIs no Estado. As demais assessorias voltaram-se para os cursos de Administração (8) e Ciências Econômicas (4), para questões de Planejamento (3), Organização de Biblioteca (3) e Informática (1). Os assuntos enfocados na maioria das visitas foram: currículos, programas, avaliação, estágio, conteúdos programáticos, bibliografia e metodologia de ensino. (ver quadros nºs 2 e 3), ,

A programação das visitas desenvolveu-se em dois níveis: atividades dos especialistas com professores, chefes de departamento, diretores de cursos e instituições, superintendente acadêmico e presidente de mantenedora e atividades dos especialistas com alunos e comunidade, geralmente sob a forma de palestras e debates.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

A receptividade das IESPIs aos professores das Universidades foi, de modo geral, muito boa e o aproveitamento positivo, conforme se pode ver pelo entusiasmo das avaliações sobre o Projeto encaminhadas pelas IESPIs a Delegacia. Várias instituições, inclusive, já adiantaram pedidos para continuação do Projeto em 1986.

Os maiores problemas sentidos pelas equipes de supervisão da DEMEC/RS referem-se ao contato com os professores especialistas das Universidades. Tornou-se difícil, na maior parte das vezes, acertar um cronograma de visita com o especialista, porque o período em que se desenvolveu o Projeto (setembro a dezembro) corresponde a um momento em que tradicionalmente, há um acúmulo de compromissos com as atividades de docência. Conseqüentemente, os técnicos das equipes de supervisão tiveram que dispender muito tempo para fazer os contatos na Universidade, uma vez que nem sempre foi possível conciliar horários comuns. Outro óbice, no início, foi o fato de o Projeto não ser do conhecimento dos chefes de departamentos e professores da Universidade.

De todo modo, os técnicos das equipes de supervisão da DEMEC-RS consideraram importante esse contato pessoal prévio com o especialista e manifestaram a vontade de que, sempre que possível, seja atribuída a indicação do professor da Universidade.

Deve-se registrar a boa vontade manifestada pelos especialistas, que várias vezes, devido a delongas burocráticas, viajaram acompanhando a equipe de supervisão mesmo sem diárias e suprimento liberados, isto é, as suas próprias expensas.

Caberia acrescentar que os professores especialistas de modo geral acharam enriquecedora a troca de experiências e o conhecimento de outras realidades, bastante diferentes das vivenciadas nas universidades. Além disso, o trabalho de supervisão, ainda pouco conhecido pela Universidade, foi divulgado pelos professores junto a seus Departamentos; conseqüentemente, a importância de realizar

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

reuniões com diretores de cursos e chefes de departamento para informá-los e sensibilizá-los a respeito do Projeto foi evidenciada.

No corrente ano, o projeto terá continuidade em outubro, tendo sido carreados recursos no total de Cz\$ 300.000,00, oriundos do Programa, Nova Universidade da SESu/MEC.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SUPERVISÃO EDUCACIONAL

Está em sua fase final o curso de Especialização em Supervisão Educacional que realizam os técnicos da Seção de Supervisão da DEMEC/RS, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Com financiamento da CAPES e carga horária de 405 horas/aula, o curso foi iniciado em abril e tem seu término marcado para 31 de outubro, sendo as aulas desenvolvidas em semanas alternadas, na razão de duas a cada mês, de modo a permitir a continuidade das tarefas de supervisão, na Delegacia e nas IESPIS.

Fruto das exigências e necessidades do grupo envolvido nas atividades de supervisão do ensino superior, o curso foi estruturado de modo a oferecer suporte teórico e capacitação técnica, para permitir o desenvolvimento de uma ação crítica fundamentada.

Os objetivos visados são o aperfeiçoamento do processo de supervisão (no espírito preconizado pela Portaria 14/83) e a busca de subsídios para a elaboração de referencial teórico que norteie as ações do grupo.

Embora seja prematuro para avaliações de caráter abrangente, pode-se tranquilamente afirmar que o curso possibilitou ao grupo ultrapassar as interpretações baseadas no senso comum, em relação aos problemas da educação, e alcançar um entendimento científico, através da visão integrada do binômio educação-sociedade. Várias disci-

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

plinas permitiram, também, que o grupo fizesse uma reflexão mais profunda sobre seu trabalho. E, assim, muitas das idéias correntes sobre a questão da supervisão vem sendo modificadas, abrindo-se novas interpretações a serem exploradas.

Agora, passados os primeiros momentos de explosão de idéias, o grupo se prepara para reavaliar a sua prática, a partir dos conhecimentos teóricos adquiridos, buscando refletir, na ação supervisora, essa nova consciência.

Deve-se salientar que o curso vem produzindo outros resultados indiretos, pois tem sido uma forma de os professores da Universidade tomarem conhecimento do trabalho de supervisão no 3º Grau, desenvolvido pela DEMEC/RS, de modo geral desconhecido, e da realidade do ensino superior particular isolado, do qual estão distantes.

Por outro lado, foi possível perceber que o enfoque nas disciplinas específicas de supervisão, esteve centrado nas teorias e experiências de supervisão a nível de 1º e 2º graus, fato compreensível por não existir bibliografia nacional a respeito de supervisão de 3º grau. Se ao mesmo tempo, foi posto a par da problemática referente aos especialistas em educação, ressentiu-se do fato de ser insuficiente o enfoque dado ao 3º grau.

O curso propiciou, ainda, o maior entrosamento com a Universidade, o que tem facilitado os contatos para o desenvolvimento do projeto de supervisão e assessoramento as IESPIs por área de conhecimento, com a participação dos especialistas da Universidade. O projeto representa uma alternativa viável de abranger a questão pedagógica especificamente, cujo domínio, pela sua complexidade, dificilmente poderia ser tratado em profundidade pelos técnicos.

SERVIÇOS PUBLICO FEDERAL

Embora a fundamentação teórica apresentada tenha versado sobre a supervisão escolar, foi válida por ter proporcionado reflexão crítica sobre os princípios ideológicos subjacentes à supervisão.

Lançou-se como desafio ao grupo, a produção de materiais bibliográficos sobre supervisão de 3º grau, com base na experiência acumulada.

III REFLEXÃO SOBRE AS DIFICULDADES ENCONTRADAS.
SUPERVISÃO VS QUALIDADE DE ENSINO

A partir do advento da Portaria 14/83, a Delegacia do MEC no Rio Grande do Sul vem se preocupando com o aperfeiçoamento constante do processo de supervisão junto as instituições de ensino superior.

O desenvolvimento do trabalho na linha de colaboração, assessoramento e orientação as instituições de ensino superior no momento apresenta maiores condições de ser avaliado, uma vez que decorreram três anos de sua aplicação e algumas conclusões já podem ser delineadas.

O objetivo primordial da Portaria 14/83, de promover e garantir a qualidade do ensino, esbarra em muitas dificuldades, quais sejam: o pouco poder decisório da Delegacia para resolver problemas; ingerência de outras instâncias no acomodamento das situações; limitações da ação supervisora; desvalorização do técnico em assuntos educacionais, completamente em desacordo com as múltiplas funções de elevada responsabilidade que exerce; enfrentamento de carência crônica de recursos humanos, materiais e financeiros; distâncias a serem percorridas; falta de consolidação da legislação do ensino superior; problemas estruturais das instituições, que dificultam o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão de boa qualidade.

Outro problema com que se defronta a supervisão é a abrangência muito ampla de sua atuação, estando constantemente em processo a discussão sobre a validade da ação junto as IES. Questiona-se, avalia-se, procura-se aperfeiçoar o trabalho, de forma a refletir sobre sua validade na instituição. Todo esse esforço leva a melhoria da qualidade do ensino ?

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

A medida que as instituições investiram na qualificação de seu corpo docente, atualizaram seu acervo bibliográfico e incentivaram a sua utilização, melhoraram suas instalações físicas e democratizaram o processo de escolha de seus dirigentes, poder-se-ia responder afirmativamente.

Todavia a qualidade do ensino envolve outros indicadores mais complexos, que ainda não foram trabalhados pela supervisão, como pesquisa de egressos, avaliação do currículo, demanda de alunos, etc. e que são frentes promissoras de atuação no futuro.

Outro aspecto que tem sido objeto de reflexão diz respeito aos diferentes papéis que o supervisor necessitaria desempenhar, de acordo com as diferentes percepções que o Conselho Federal de Educação, a SESu, a COR, os Delegados; as IES, a sociedade e os próprios supervisores têm com respeito à supervisão.

Desta forma, quais são as expectativas do Delegado com relação ao papel do supervisor ?

Foram detectadas algumas respostas, quais sejam:

- que o supervisor seja um profissional capaz de se adaptar as diferentes situações;
- que seja elemento de apoio e orientador técnico que se destaque pela qualidade do trabalho; capaz de detectar deficiências em áreas específicas, propondo soluções;
- que seja elemento de projeção do MEC na instituição, capaz de incentivar a melhoria da qualidade do ensino; agente de mudança; conhecedor da legislação e da IES;
- que fiscalize o desenvolvimento das atividades na IES (realização de concurso vestibular, frequência, cursos, etc.)

Quais são as expectativas do Conselho Federal de Educação, na percepção dos TAEs, com relação ao papel da supervisão ?

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

O Conselho Federal de Educação espera a fiscalização do cumprimento dos dispositivos legais que regem o ensino superior, a julgar por pareceres em que esta expectativa fica bem explicitada.

As expectativas da SESu/MEC e da COR, conforme a Portaria SESu 14/83, preconizam o redimensionamento da supervisão como processo de aperfeiçoamento da IES considerando-a como um todo e enfatizando o seu desempenho quanto a natureza pedagógica de seus objetivos.

Na percepção das instituições, o supervisor deve ser um assessor técnico-pedagógico, com competência profissional, integrado, conhecedor da instituição; deve desenvolver o trabalho de forma participativa e criativa, realizar intercâmbio entre a instituição e o MEC, adequar a ação supervisora ao momento que a instituição está vivenciando, assumir a supervisão.

A sociedade, constantemente, exige da DEMEC/RS, que ela fiscalize o cumprimento de um conjunto de ações que pressupõem um ensino de qualidade.

Os supervisores apresentam, por sua vez expectativas elevadas e num plano ideal quanto ao seu papel. O supervisor deverá ser:

- desencadeador de reflexão interna sobre as condições e realidade do ensino da IES;
- conscientizador da IES sobre seu papel no desenvolvimento e transformador da sociedade;
- elemento capaz de orientar, acompanhar e avaliar sistematicamente a IES ;
- incentivador da melhoria dos recursos humanos e materiais da IES;
- conscientizador da IES sobre a importância de formar, não só o profissional capaz, mas também o cidadão crítico;
- desencadeador da reflexão crítica sobre a realidade sócio-econômica, política, educacional e cultural do País, procurando contextualizar a realidade onde atua.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Verifica-se que as expectativas com relação ao papel do supervisor abrangem uma gama muito ampla de atribuições, dentre as quais muitas se referem à fiscalização e outras pressupõem um processo mais complexo, que vai além da mera inspeção, bem como uma competência técnico pedagógica que ultrapassa grandemente o domínio da legislação.

O supervisor, pois, em seu trabalho, sente dificuldade em compatibilizar todas essas expectativas, provenientes das instâncias superiores governamentais, que deveriam definir as políticas educacionais, com as que acredita vir ao encontro das necessidades da IES e com suas próprias convicções e concepções.

Se, por um lado, espera-se que a DEMEC-RS fiscalize, inspecione, por outro enfatizam-se os aspectos finalísticos do ensino e a não superestimação dos aspectos meramente formais.

Afinal, o que se espera da supervisão ? O controle ? O cumprimento da legislação ? A garantia da qualidade do ensino ?

Estas questões não são excludentes.

Se num determinado momento, a ação supervisora se baseia no cumprimento da legislação, é porque esta indica os mínimos a serem cumpridos pela instituição. E, nessa medida, o controle é exercido, não para incidir nos aspectos cartoriais, mas para induzir a eficiência do seu processo educativo.

A supervisão pode igualmente desempenhar o papel de estimuladora e indutora da qualidade do ensino, através de mecanismos que possibilitem o debate interno da IES sobre suas condições, finalidades e concepções.

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de expansão desordenada do ensino superior gerou contradições fundamentais para a manutenção da qualidade deste ensino.

Um dos problemas estruturais que afeta as instituições é a sua precária sustentação econômica. Dela decorrem problemas como: regime de trabalho hora/aula, bibliotecas com acervo insuficiente e desatualizado, laboratórios mal equipados, turmas muito numerosas, ausência de pesquisa, professores sem titulação mínima exigida, etc.

Com estes problemas, a supervisão sistematicamente se defronta e não possui os meios necessários para superá-los. Estas dificuldades são agravadas por uma legislação excessivamente casuística, pelo tráfico de influências junto aos órgãos centrais, pelo pequeno poder decisório das DEMECs e dos supervisores.

Os critérios técnicos relacionados aos mínimos necessários para a criação e manutenção de uma IES geralmente não são os únicos a terem peso nas decisões.

O que se quer é que o ensino seja de boa qualidade, que as instituições não só detenham como produzam o conhecimento, que desempenhem um papel preponderante na formação do cidadão crítico e do profissional habilitado.

O que não se quer é que seja depositada sobre os ombros dos supervisores a responsabilidade de promover e garantir a melhoria da qualidade do ensino, porque é muito difícil dominar tamanha competência, dado o gigantismo da tarefa.

Por isso, é imprescindível adequar a legislação que dá suporte à supervisão, as possibilidades de realizá-la. É necessário que haja pleno respaldo para a realização da tarefa. Não há recusa para a sua consecução, apenas solicitação de meios para cumpri-la.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

A supervisão assume um papel extremamente importante, como instrumento que contribui, concorre e induz a melhoria da qualidade do ensino, que fiscaliza o cumprimento das determinações legais, entendidas aqui como forma de denunciar o ensino de má" qualidade, a empresa mercantilista, a fábrica de diplomas, que dificilmente poderia chamar-se ensino superior.

O grupo de supervisão da DEMEC/RS considera que o presente documento reflete a atual realidade de seu trabalho.

No entanto, está constantemente debatendo e criticando seu papel, face ao que a sociedade espera da sua atuação.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

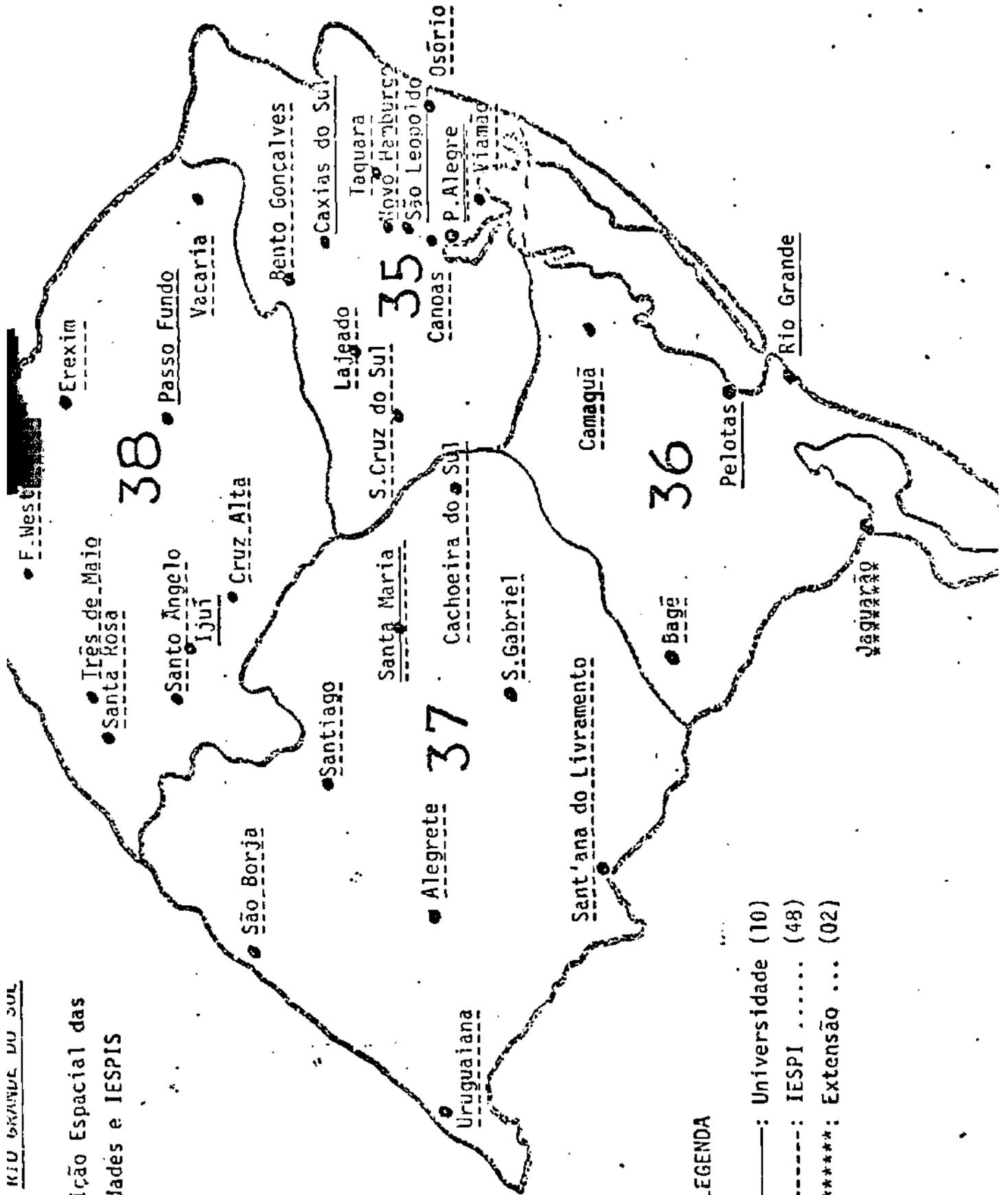
- (2) FREITAG , Bárbara. política social e educação. Em aberto.
Brasilia, 4 (27): 1-15, jul ./set.1985.
- (1) MARTINS, Carlos Benedito. A empresa cultural. In: Ensino pago: um retrato sem retoques. Sao Paulo, Global, ed. 1981.
- (3) OLIVEN, Arabela C. Expansão do ensino superior: democratização ou cooptação ? Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. (4): 51-75, 1980/1.
- (4) LUCKESI, Cipriano Carlos. Elementos para uma didática no contexto de uma pedagogia para a transformação. III Conferência Brasileira de Educação - Simpósios. Edições Loyola, 1984 - p. 202-217.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

VI

A N E X O S

Distribuição Espacial das
Universidades e IESPIS



INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARTICULARES ISOLADAS (IESPIS)

DO RIO GRANDE DO SUL POR DGE - DADOS 1985

D G E	Nº IESPIS	Nº FACULDADES	Nº CURSOS	Nº VAGAS INICIAIS	Nº ALUNOS MATRICULADOS	Nº ALUNOS CONCLUINTES	Nº DOCENTES
35	19	34	61	5.225	18.470	2.864	1.219
36	03	09	20	1.490	3.776	461	358
37	13	14	44	3.090	7.311	1.541	585
38	13	15	36	2.389	7.260	1.646	461
TOTAL	48	72	161	12.194	36.817	6.512	2.616

PROJETO" PE SUPERVISÃO E ASSESSORAMENTO AS INSTITUIÇÕES PE ENSINO SUPERIOR PARTICULARES ISOLADAS

DEMEC/RS/UFRGS/UFSM 1 9 8 5

Professores requisitados

UFSM 22
 UFRGS 13
 Total 35

Número de assessorias por áreas

Biblioteca	Licenciaturas *	Administração	Informática	Planejamento	C.Econômicas	Total
3	34	8	1	3	4	53

* Cursos de Letras, Pedagogia, Ciências, Estudos Sociais, Educação Artística

Instituições Visitadas com especialistas	Localidade	Número de visitas p/Instituição
1. Fac. de Formação de Profes. e Esp. de Educação	Camaquã	2
2. Fac. Camaquã de Ciências Cont. e Administr.	Camaquã	2
3. Fac. de Filosofia, Ciências e Letras	São Borja	4
4. Centro de Ensino Superior	Sant'ana do Livramento	5
5. Centro Integrado de Ensino Superior	Alegrete	8
6. Escola Superior de Artes Santa Cecília	Cachoeira do Sul	2
7. Fac. de Filosofia, Ciências e Letras	Cachoeira do Sul	4
8. Fac. de Ciências Econ. Cont. e Administr.	Cachoeira do Sul	1
9. Faculdades Integradas de São Gabriel	São Gabriel	5
10. Fac. de Ciências Políticas e Econômicas	Cruz Alta	1
11. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	Cruz Alta	1
12. Instituto de Ensino Superior do Alto Uruguai	Frederico Westphalen	1
13. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	Santiago	2
14. Fac. de Educ. Ciências e Letras do Alto Taquari	Lajeado	2
15. Fac. de Ciências Econômicas do Alto Taquari	Lajeado	3
16. Faculdade de Educação e Letras	Vacaria	2
17. Faculdade de Ciências e Letras	Osório	2
18. Faculdades Unidas de Bagé	Bagé	1
19. Fac. de Ciências Contábeis e Administrativas	Taquara	1
20. Faculdades Integradas de Santo Angelo	Santo Angelo	3
21. Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior/FEEVALE	Novo Hamburgo	1
total:		53

Total de Instituições: 21

SERVIÇO PUBLICO FEDERAL

DELEGADO DO MEC NO RIO GRANDE DO SUL

HIPÊRIDES FERREIRA DE MELLO

DIRETOR DA DIVISÃO DE SUPERVISÃO E APOIO TÉCNICO

MARIO FINKEL

CHEFE DA SEÇÃO DE SUPERVISÃO

MARIA ALICE MACIEL ALVES •

SECAO DE SUPERVISÃO:

1. Ariete Rejane de Oliveira Kempf
2. Ceres de Souza Aydos
3. Cláudia Luisa Castro Gomes de Mello
4. Cláudio Francisco Souza de Salles
5. Eva Lia Schultz Coelho
6. Gislene Pandolfo Braga
7. Glaci Inez Pereira Dotto
8. Graciela Degrazia Matas
9. Iracema Pereira de Almeida
10. Leda Sperb Lopes
11. Márcia Petrovich Bomfiglio
12. Maria Cristina Klimach Fagundes da Silva
13. Maria Cristina Martins
14. Maria Frasca Leal
15. Maria Lourdes da Luz Rech
16. Marise Alves Rcstirolla
17. Neiva Maria Silva Demoliner
18. Neusa Norma da Silveira
19. Noêmia Anna Gasperin
20. Paulo Steffen
21. Salomé Berryman

APOIO ADMINISTRATIVO

1. João Francisco Rodrigues
2. Neiva Maria de Souza
3. Sérgio Chemale França
4. Zelia Baldoino da Silva

D - APRESENTAÇÃO DA DEMEC/SP
Profa. Susie Martha Rehder

"A Supervisão as Instituições de Ensino
Particular Isoladas"

141

ENCONTRO NACIONAL DE SUPERVISÃO DO
ENSINO SUPERIOR PARTICULAR ISOLADO

1) O Ensino Superior no estado de Sao Paulo - abrangência:

D G E s : 24 a 31

IES	Nº	CURSOS	VAGAS '	• ALUNADO
ISOLADAS	349			309.127
Particulares	307	704	104.065	284.497
Federais	2			1.750
Municipais	40			23.980
UNIVERSIDADES	16			164.744
Municipais	1			8.790.
Estaduais	3			54.538*
Federal	1			2.574
Particulares	11			68.842
T O T A L	365			• 473.871

- 19% do alunado brasileiro está nas IES particulares de Sao Paulo
- 46% do alunado das IES particulares brasileiras está em Sao Paulo.

2) Supervisão do Ensino Superior

a) atividades externas

- de rotina-nas IES
- plantões - na DEMEC
- outras atividades: Comissões especiais, Salário Educação,
 - processos de prestação de contas - DPAT
 - representação

b) Atividades internas

- rotina interna

- atendimento aos TAEs
- atendimento ao publico
- escolas extintas
- catálogo das instituições
- sistematização da legislação de ensino

c) Organização interna da SSES

- codificação das IES
- pastas de documentos "permanentes"
- pastas de documentos "temporários"
- pastas "história"
- pastas dos TAEs

d) modelos de impressos utilizados na SSES

- termo de visitas
- roteiro de visitas
- cronograma de viagens
- concessão de diárias
- legislação sobre Concurso Vestibular
- relatório-resumo de dados do Concurso vestibular

A - APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO**ALTERNATIVAS PARA A SUPERVISÃO AS IESPIS**PROF^a ANA MARIA SAUL

Foi desenvolvida palestra enfocando o paradigma da avaliação emancipatória, cujo quadro-resumo é apresentado a seguir.

B - DEBATE EM PLENÁRIO

Após apresentação das experiências das Delegacias houve debate em Plenário.

VII - QUARTA SESSÃO

QUADRO II

O PARADIGMA DA AVALIAÇÃO EMANCIPATÓRIA

<i>CARACTERÍSTICAS</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>
NATUREZA DA AVALIAÇÃO	. processo de análise e crítica de uma dada realidade visando a sua transformação
ENFOQUE	. qualitativo . praxiológico: busca apreender o fenômeno em seus movimentos e era sua relação com a realidade, objetivando a sua transformação e não apenas a sua descrição
INTERESSE	. emancipador, ou seja, libertador; visa a provocar a crítica, libertando o sujeito de condicionamentos deterministas
VERTENTE	. politico-pedagógica
COMPROMISSOS	. propiciar que pessoas direta ou indiretamente atingidas por uma ação educacional escrevam a sua própria história . o avaliador se compromete com a " <i>causa</i> " dos grupos que se propõe a avaliar
CONCEITOS BÁSICOS	. emancipação . decisão democrática . transformação . crítica educativa
OBJETIVOS	. " <i>iluminar</i> " o caminho da transformação . beneficiar audiências em termos de torná-las autodeterminadas

<i>CARACTERÍSTICAS</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>
ALVOS DA AVALIAÇÃO	. programas educacionais ou sociais
PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	. antidogmatismo . autenticidade e compromisso . restituição sistemática (direito a in- formação) . ritmo e equilíbrio da ação-reflexão
MOMENTOS DA AVALIAÇÃO	. descrição da realidade . crítica da realidade . criação coletiva
PROCEDIMENTOS	. dialógico . participante . utilização de técnicas do tipo: entre- vistas livres, debates
TIPOS DE DADOS	. predominantemente qualitativo . utiliza-se também dados quantitativos
PAPEL DO AVALIADOR	. coordenador e orientador do trabalho avaliativo . o avaliador, preferentemente, pertence à equipe que planeja e desenvolve um programa
REQUISITOS DO AVALIADOR	. experiência em pesquisa e em avalia- ção . habilidade de relacionamento inter- pessoal

B - DEBATE EM PLENÁRIO

Após a apresentação do tema, seguiu-se debate em plenário.

VIII - QUINTA SESSÃO

A - APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

A prática da supervisão desenvolvida pelas Delegacias na perspectiva das IESPIs".

1 - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru - PE - Profa. Delma Evaneide.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru é um organismo de ensino superior, criado pela Diocese em agosto de 1960, e, mantido pela Associação Diocesana de Ensino e Cultura de Caruaru. Autorizada a funcionar com quatro cursos em nível de Graduação e Licenciatura Plena, mantém até hoje esta oferta para Ciências Sociais, História, Letras e Pedagogia, todos reconhecidos pelo Decreto 63.990 de 15 de janeiro de 1969.

A FAFICA adaptou seu Regimento à Legislação em vigor e adotou o sistema de crédito e matrícula por disciplinas. Atendendo às exigências do Conselho Federal de Educação fez funcionar em 1979 o curso de Especialização e Aperfeiçoamento em Supervisão Escolar, a nível de Pós-Graduação. A partir de 1982/83 a oferta de Pós-Graduação se ampliou para mais seis cursos: Administração Escolar, Língua Portuguesa, História Antiga e Medieval, História Moderna e Contemporânea, História do Brasil e Orientação Educacional.

Para uma matrícula média de 1.332 alunos nos cursos de Graduação e mais 43 em Pós-Graduação, a FAFICA conta com um corpo Docente de 43 professores, 21 deles com cursos de especialização.

Não só para cumprir uma tarefa estabelecida e que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru se quis e se fez presente para projetar a perspectiva que tem da Prática da Supervisão desenvolvida pela DEMEC sobre si, mas principalmente por entender que, num momento assim, a reflexão científica é algo enriquecedor que possibilita a todos que dela fazem parte um espaço novo de perspectivas e realizações. E, através deste espaço, é que o repensar e amadurecimento de questões permitem o enriquecimento mútuo, pois condiciona o refazer de aspectos deficientes e o aprimoramento dos aspectos considerados positivos. No entanto, percebe a dificuldade em se fazer um trabalho desse nível pelas limitações históricas que se tem na realização de exercícios críticos, porém se propõe a tentar fazê-lo sem pretender ser Pleno ou definitivo, mas de fato desenvolvendo uma análise honesta que reflita as relações mantidas até então entre a Escola e a Delegacia do MEC.

Historiando um pouco a assistência recebida, poderíamos assegurar

estarmos vivendo uma avanço significativo, principalmente considerando a forma como a supervisão se tem desenvolvido e que de inspeção tem assumido a práxis de assessoramento, enquanto promotor de eventos educacionais de alto nível. Se detalharmos os diversos aspectos ou setores atingidos pela supervisão da DEMEC, iremos encontrar em cada uma delas, uma postura inovada, onde alguns espaços podem ser ocupados e nos acreditamos a ocupá-los na medida em que nos dispomos a isto. Se não, vejamos: no setor pedagógico onde entendemos estar o acompanhamento e assessoramento das funções didático-pedagógicas da escola, através do desempenho dos professores e departamentos a eles afetos, temos tido a promoção de encontros e seminários com a participação direta da Delegacia, os quais objetivam o aprimoramento profissional a partir inclusive do enriquecimento da visão política que se tenha do contexto educacional em que estamos inseridos e também da preocupação em se formar o hábito de reivindicações e mudanças quando se coloca em debate a questão da reformulação dos cursos de formação de recursos humanos e ainda a questão de novas alternativas para estúdios. Três eventos podem ser destacados entre as promoções da DEMEC no plano pedagógico, pelo alto nível apresentado e pelos resultados obtidos, estes foram uma reunião com professores de estágios realizada em maio de 1984 onde se promoveu o encontro das Faculdades de Direito e Odontologia com a nossa Escola numa tentativa de integrar-se atividades de estágio, além de um Seminário de Estudos para Docentes de Instituições de Ensino Superior realizado em nossa Escola em agosto de 1985, que contou com a participação de outras escolas supervisionadas pela Delegacia e conseqüente de uma solicitação nossa, o que promoveu o intercâmbio de experiências entre as IES e deveria ser, pelo grande valor que teve para nós outros, um evento a se realizar sistematicamente a cada ano. Ainda vale destacar uma conferência com Paulo Freire em setembro de 85, o que dispensa consideração pelo reconhecido valor do conferencista. Momentos de tanta relevância foram profundamente úteis e nos levaram a acreditar que é possível e até necessário ousar, reivindicar, acionar, pois a nossa consciência e comprometimento com a causa defendida foram decisivos para que desfrutássemos de tais empreendimentos.

O aspecto técnico, entendido aqui como o cumprimento formal e metódico das tarefas de ordem diversa desenvolvidas na escola, por ser essencialmente burocrática e talvez por isto o que menos evoluiu, nos parece ser desenvolvido de forma mais intransigente, pois, por exemplo, a questão do registro de aula é vista mais pelo ângulo formal de cumprimento à ordem estabelecida do que propriamente no sentido de adequação pedagógica e democrática. Isto nos leva a sugerir que também a nível de Delegacia, sejam realizados treinamentos e reciclagens para um desempenho cada vez melhor de seus técnicos, pois o requinte na formação profissional dos técnicos que fazem a DEMEC é algo que precisa ser trabalhado num plano abrangente e de aprofundamento.

O aspecto legal, como poderíamos considerar o setor de acompanhamento e direcionamento do caminhar regimento da escola, tem sempre fornecido subsídios e orientado devidamente para que o respaldo legal seja bem montado e cumprido, de forma tal que ao traçarmos o projeto de mudanças regimentais da escola, tivemos êxito em nossos propósitos e já funcionamos com o regimento reformulado.

Quanto ao aspecto humanístico, queremos realçar o bom relacionamento desenvolvido e que permeia todos os contatos mantidos tanto com a Delegada como com todos aqueles que direta ou indiretamente são responsáveis pelo trabalho dessa Delegacia, o que acreditamos ser determinante para um bom resultado do empreendimento realizado conjuntamente e que, se não atinge índices ideais é porque circunstâncias principalmente nossas limitam os meios e comprometem os fins.

O aspecto financeiro apresenta suas limitações, o que era nossa realidade é comprometedor, quando nos sabemos uma escola particular, isolada, com uma mensalidade irrisória e participação financeira do alunado, haja visto o valor cobrado pela Escola que é de Cz\$ 154,00 e ainda com o agravante de não se poder contar com um subsídio regular e representativo que viesse a se tornar um suporte seguro que garantisse até um melhoramento no salário-aula do professor, que está sendo mal pago pelo seu trabalho. Sem dúvida estamos conscientes de que o dinheiro não é tudo e que um bom trabalho pode, e garantimos está sendo feito entre nós, mas não nos eximimos da responsabilidade com que encaramos a questão da justiça e assim, apesar de havermos recebido uma significativa verba em janeiro, estamos na ocasião reivindicando o direito a uma normatização de subsídio financeiro intermediado pela DEMEC, para que se invista num melhor funcionamento da escola, eliminando-se assim o risco que já se configura como possibilidade real de encerramento das atividades da Escola.

A nossa perspectiva foca nos dá a ver que as instituições ou setores que se colocam acima da escola, como fundamento hierárquico que faz cumprir os objetivos do poder em relação ao projeto de educação que efetiva, em dados momentos pretendem dificultar o caminhar livre das escolas, até para controlar o cumprimento de tais objetivos. Isto tem a ver com a metafísica defendida pelos poderosos, enquanto preocupados com a ideologia da ordem' que segundo Diderot e Rousseau deve ser combatido em nome da dialética. Daí admitirmos que a visão política da escola, aliada a uma proposta filosófica definida que se configure na prática através de um desempenho profissional capacitado e expresso no projeto pedagógico que materializa, tornará concreto a pretendida dialética, pois o confronto dos contrários é que poderá levar alguém a perceber a essência da transformação. E, no nosso caso, a transformação precisa ser estimulada para que atinja níveis efetivos de melhoramento e poderíamos assegurar que o papel da DEMEC tem sido valioso enquanto estimulador e até provocador nesse processo. Sem dúvida acreditamos ainda que nem sempre os efeitos esperados se efetivam posto que o gerir interno da escola também se articula com dificuldades, enquanto promotor de atitudes democráticas, o que é compreensível pelo "ran -

autocrático contido nas relações estabelecidas ao longo da história em nossa sociedade, como também e ainda pela deficiente visão do todo que compromete a ação pedagógica da escola, pois em muitos profissionais de ensino há ainda a preocupação com o fazer particular e específico que lhe cabe, o que se torna impedimento na consecução de objetivos mais amplos e mais abertos.

Surpreendemo-nos a nos focalizar e refletirmos sobre questões interiores, o que nos parece bom, pois subjacente a avaliação de outrem deve estar a título do próprio enriquecimento pessoal e melhor condição para perceber-se o objeto analisado, a auto-avaliação como suporte fundamental no direcionamento de atitudes e posições assumidas com propriedade e discernimento.

Num ultimo momento que fica , para o agradecimento pela oportunidade de colocarmos aqui pontos que poderão ser discutidos e aprofundados por nós, particularmente e pelo fórum aqui presente. Gostaríamos ainda de deixar registrada nossa expectativa com relação aos resultados deste momento, pois sentindo sua importância, não acreditamos na sua existência por si só, mas louvamos a sua realização pelos resultados benéficos que advirão dele. Principalmente levando-se em conta o momento político que vive a nossa sociedade para que se defina sua lei maior, sua carta magna, apelamos enfaticamente para nossos constituintes a fim de que considerem com responsabilidade a questão educacional e assumam, junto a nós, um compromisso que possa garantir a resolução dos mais graves problemas que têm bloqueado o acesso do cidadão brasileiro à educação que o Estado, por direito, deve oferecer-lhe com plenitude e eficiência.

2 - FACULDADES INTEGRADAS DE SANTO ÂNGELO (RS)
Profa. Mara Regina Roslex

A "PRÁXIS" DA SUPERVISÃO DESENVOLVIDA PELAS DELEGACIAS NA
PERSPECTIVA DAS IESPI

"A interação dos setores deverá se processar no sistema como um todo e dependerá, portanto, de decisões e de medidas tomadas, não somente a nível do Ministério, como também dos estados, municípios e das próprias instituições de ensino".

(Coletânea de Planejamento-MEC - 1984)

ANALISE RETROSPECTIVA:

Todas as atividades ganham sentido e consequências a partir de sua inserção no espaço social em determinado tempo e circunstâncias para, a partir daí, produzirem mudanças e delinearem novos rumos, normalmente capazes de resultar em melhoria e repercussões favoráveis.

Afirmamos isso, baseados nas experiências que temos em nosso dia-a-dia dentro de uma Instituição de Ensino Superior que nasceu pequena mas, graças ao seu trabalho sério, conquistou um imenso espaço que cresce a olhos vistos impossibilitando que tal desenvolvimento passe despercebido.

As Faculdades Integradas de Santo Ângelo abrangem uma clientela oriunda da vasta região missioneira, localizada

no noroeste do Rio Grande do Sul, além de abrigar também alunos provenientes de outras regiões e estados do Brasil.

É acompanhada em seus projetos e assessorada' pela DEMEC/RS através de contato permanente com visitas freqüentes de Técnicos em Assuntos Educacionais que, através da supervisão, prestam seus serviços e assistência técnica com orientações firmes, seguras e normalmente fruto de discussões, considerando, além da legislação, a aplicação do bom sendo concorrendo para a solução de aspectos que fogem da rotina. Mas,- para se entender o entrelaçamento existente entre a IESPI e Supervisão da DEMEC necessário se faz estabelecer um paralelo entre a chamada "inspeção de ensino" ' que ocorria no final da década de 60 e a atual "supervisão" de nossos dias.

Foi naquela época (60) que ocorreu a chamada "Interiorização do Ensino Superior", quando foram criadas muitas Instituições Isoladas e os inspetores do Ensino de 2º Grau foram deslocados da atividade no sistema para fiscalizar as IES. A época, vivíamos num regime de certa repressão e parece-nos que o papel de tais inspetores era realmente "fiscalizar", porém a preocupação fundamental não era verificar a parte legal, formal, o aspecto técnico e sim manter o controle ideológico, tendo em vista o regime político que vigorava.

Com raras exceções, nossos inspetores apresentavam uma acentuada deficiência técnica, pois não possuíam o devido preparo nem condições para decidirem com certa brevidade os problemas com que se deparavam. A causa disso era a falta de conhecimentos sobre legislação e muitos até por sua própria desatualiza

ção e completa falta de orientação local e a nível de DEMEC, as perguntas ficavam quase sempre sem respostas!

A visita de inspeção à IES se processava aproximadamente uma vez a cada ano.

Tal período estendeu-se até 1977, predominando ainda a inspeção formal mas despontando já a preocupação com pessoal melhor preparado para acompanhamento ao nível e padrão exigidos para a época, sem, no entanto, levar em conta a estrutura da IES e, sim, apegados a uma marcante burocracia, consistindo suas atividades basicamente em assinatura de diplomas, certificados, guias de transferencia e deixando transparecer uma certa timidez nos processos de decisão frente aos problemas levantados.

Era perfeitamente notável em alguns inspetores o desconhecimento acentuado quanto a interpretação de uma determinada legislação e chegavam até a acontecer verdadeiros "bate-bocas" entre os colegas.

Já a partir de 1978, parece que as coisas tomaram novos rumos, pois era possível perceber a presença de pessoal mais competente, as informações passaram a ser mais seguras, menos divergentes.

Delineava-se um novo horizonte, a IES podia relatar com maior abertura suas experiências, houve a possibilidade de um diálogo mais espontâneo e corajoso.

Em 1982, finalmente, surge a "Nova Sistemáti-

ca de Supervisão das IESPIs": as DEMECs organizam os arquivos de suas IES e inicia-se um processo de total democratização.

As visitas passam a ser mais freqüentes e é estabelecido o grande diálogo.

DEMEC e IES trabalham juntas, lado a lado buscando alternativas para os problemas comuns com que se defrontam.

Inicia-se a vivência mútua, luta-se junto sente-se vontade de vencer e nasce uma valiosa experiência que enriquece- aos que vivem as mesmas condições profissionais.

AÇÃO DA DELEGACIA PO MEC

Km síntese, as ações da Delegacia do MEC podem ser assim caracterizadas:

a) Até 1982, as tarefas diziam respeito puramente à inspeção. Assim, competia aos "inspetores" ou "técnicos" a avaliação dos recursos:

- físicos (prédios, instalações, equipamentos)
- financeiros (anuidades, taxas)
- humanos, administrativos, técnicos e docentes (habilitações específicas, forma de ingresso de alunos, regularidade escolar, etc...)
- institucionais (normas legais e regimentais).

b) Atualmente, as ações da Delegacia do MEC, não se restringem a inspeção. Os técnicos assumem hoje uma postura de supervisão,

isto é, de elementos que apoiam, estimulam, orientam e assessoram a instituição na correção de desvios, no reforço de aspectos positivos e no desenvolvimento de suas potencialidades, assumindo o papel de orientadores.

Percebe-se o esforço de estimular:

1)-A integração do ensino de 1º, 2º e 3º Graus;

"Durante todo o curso universitário, o aluno, futuro professor recebe de seus professores conteúdos, tanto específicos como pedagógicos ensinados a nível de 3º grau e que devem ser aplicados à clientela de 1º e 2º graus. Esta tarefa de reorganizar, integrar e aplicar o conteúdo aprendido requer acompanhamento, para que o aluno realmente use o que recebeu inovando a própria prática de ensino.

Tem-se notado, nos últimos anos, uma preocupação muito grande da DEMEC/RS em assessorar a IES, subsidiando teoricamente.

Buscar a excelência na formação do educador através da troca de idéias e relato de experiências inovadoras de outras realidades, é uma preocupação conjunta IES-DEMEC.

A importância da Supervisão integrada IES-DEMEC em relação ao estágio caracteriza-se pelo acompanhamento constante e avaliador da Coordenação do Estágio, dos Professores de Prática de Ensino aos alunos de todos os cursos e pelo assessoramento dos supervisores da DEMEC a Instituição".

2) - do corpo docente e discente:

Através de orientação e estímulo da DEMEC/RS foi desenvolvida uma política de melhoria do ensino superior e seu reordenamento para traçar um perfil de IES mais integrado com a comunidade regional.

Intensificou-se a política de formação do corpo docente através de incentivo a freqüência de cursos de especialização, mestrado e doutorado com apoio do MEC através do PICD/CAPES.

Foram dispensadas maiores atenções às articulações da pesquisa e da extensão com vistas a cumprir o comprometimento didático-pedagógico da IES.

3) - da instituição com organização de caráter público ou privado e comunidade, dentro do enfoque dado pela "Nova Universidade"

Destaca-se a presença na IES, quando solicitados, de especialistas das mais diferentes áreas prestando assessorias diversas, como por exemplo: estudo, análise e avaliação de currículos, desempenho pedagógico, laboratórios e bibliotecas, visando à melhoria permanente da qualidade do ensino.

SUPERAÇÃO PO ISOLAMENTO

A consciência da FISA/FUNDAMES sobre a realidade e importância de promoverem um trabalho integrado com a

DEMEC/RS, aconteceu exatamente em meados de 1982 quando tivemos o privilégio de contar com a presença diária e constante da professora Lygia Souto de Azambuja, TAE-DEMEC/RS que fixou residência por dois anos em nossa cidade.

Cumpramos destacá-la pela seriedade, empenho e dedicação no sentido de propiciar a aproximação IES/DEMEC-RE, que, a partir daí, consolidou ainda mais seu entrelaçamento e, oxalá, todas as Instituições tivessem ao menos a presença temporária de uma Lygia para desencadeamento de um processo tão grandioso e por que não dizer arrojado como aquele realizado, pois, a confiança inspirada e nela depositada, impôs cada vez mais o nome desta IES deixando um referencial técnico e humano para a continuação de nosso trabalho. Seus reflexos tão positivos em termos de integração e de comprometimento deixaram marcas que jamais se apagarão e este é o momento que aguardávamos para agradecer e tornar pública nossa admiração e o reconhecimento de seu desempenho competente, sua inteligente capacidade, seu companheirismo e amizade aliados a grande colaboração prestada por seu trabalho silencioso, quase anônimo e de tão alta relevância. Prova disso reside na excelente coordenação deste "ENCONTRO NACIONAL DE SUPERVISÃO DO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR ISOLADO".

O desenvolvimento de atividades conjuntas não somente tem solucionado problemas comuns, como tem fortalecido a necessidade de continuarmos unidos e tem aproximado cada vez com mais intensidade as pessoas e a instituição. Assim, a prática tem mostrado o caminho da superação da condição de isolamento da escola e órgãos superiores entre si.



ATIVIDADES PE SUPERVISÃO REALIZADAS ATRAVÉS DA
IES/DEMEC/RS

1. Controle do Registro Acadêmico.
2. Acompanhamento de concurso vestibular e ingresso de vestibulandos.
3. Verificação das condições de espaço físico.
4. Adequação do Regimento da FISA ao Estatuto da FUNDAMES.
5. Ativação dos Departamentos e Colegiados de curso da IES.
6. Contatos com a Presidência da FUNDAMES.
7. Contatos com as Direções de Ensino, Administrativa e de Pesquisa, Planejamento e Extensão.
8. Verificação das condições físicas e acervo da Biblioteca Central.
9. Diálogo com as coordenações de área.
10. Discussão referente a aspectos legais e de legislação.
11. Entrevistas com os supervisores de estágio das diferentes áreas da IES.
12. Reunião com representantes docentes (CODEP) e discentes (DCE, DAs).
13. Assessoria quanto a currículos, carga horária, prazos para integralização de currículos.
14. Indicação de especialistas das universidades para ministração de palestras e assessoramento aos projetos desenvolvidos pela IES.
15. Consultas e respostas da DEMEC/RS por parte da IES.
16. Orientação e subsídios aos diferentes setores e Departamentos.
17. Solução para problemas individuais de alunos.

18. Participação dos Supervisores no processo de discussão das metas com vistas à melhoria do Ensino no DGE-38.
19. Estímulo à formação de grupos de reflexão com vistas às constantes mudanças que se fazem necessárias para dinamização do processo educativo.
20. Incentivo à formação do Centro de Cultura Missioneira, de renome internacional, hoje órgão responsável pelas atividades culturais da FUNDAMES, com especial atenção para a temática Missões, do grande projeto Raízes Missioneiras que abrange a "Questão Guarani", a "História das Missões" e o "Processo de Colonização da Região".
21. Intercâmbio de Supervisores de DEMECs de outros estados brasileiros para troca de experiências com a IES.

NOSSA MENSAGEM

Nossa mensagem é de otimismo! Aguardamos sua visita! Acreditamos no trabalho de Supervisão como mola propulsora do nosso engrandecimento. Confiamos nos Senhores, na sua sensibilidade, como atesta o discurso poético da Supervisora da DEMEC/GO Coraci Zidélío de Moura por ocasião de sua visita a FISA/FUNDAMES em 15.08.85 e que diz o seguinte:

METAMORFOSE

Coraci Zidélio de Moura

Posso tocar o céu
Posso tocar o sol
tocar as nuvens
e as estrelas.

Estou na minha forma definitiva
Virei deusa
Sou etérea e transparente
passo através dos espaços densos
do fogo e da luz
do som e da cor.

TRASCENDI.

(Escrito em Santo Ângelo, sob o efeito do espetáculo "SOM e LUZ", visto uma noite de céu claro, em S.Miguel).

Parodiando o poema, oxalá possamos ser tocados pela sensibilidade e trabalhemos unidos neste momento de mudanças, para a renovação do processo educacional brasileiro.

Muito obrigada.

(Texto organizado pela prof^a Vera Lúcia Linck Secretária Geral das Faculdades Integradas de Santo Ângelo - FISA).

Relatora: Prof^a MARA REGINA ROSLER.
Assessora da Presidência

B - DEBATE EM PLENÁRIO

Após a apresentação das Professoras de Instituições de Ensino Superior Particulares Isoladas houve debate em plenário.

IX - SEXTA SESSÃO

A - COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

GRUPO A -

DEMEC/AL - MARIA SALETE SARMENTO
DEMEC/AMAZONAS - Ana Maria- Palheita

DEMEC/CEARÁ - Cecília ~~Figueredo~~

DEMEC/ESPIRITO SANTO - Anna Maria Souza Macedo

DEMEC/GOIAS - Zilda de Araújo Rodrigues

DEMEC/MATO GROSSO DO SUL - Maria ~~Elza~~ Hindo Dittmar

DEMEC/MINAS GERAIS - Marcia Letícia de Vasconcelos Parra

~~DEMEC/PARAIBA~~ - Almira Lins Pinheiro

DEMEC/PARANA - Arnaldo Luiz Miro Rebello

DEMEC/RIO DO JANEIRO - Ila Cecília Falcão ~~Kemp~~

DEMEC/RIO GRANDE DO NORTE - Alice Andrade c Silva

DEMEC/RIO GRANDE DO SUL - Mario Finkel

DEMEC/RIO GRANDE DO SUL - Neusa Norma da Silveira

DEMEC/SAO PAULO - Helcy Fonseca César

DEMEC/SAO PAULO - Hely Guimarães Versecky

DEMEC/SANTA CATARINA - Maria Luiza Araújo Cardoso

GRUPO B -

DEMEC/AMAZONAS - Sebastião Marcelice Gomes

DEMECBAHIA - Maria Isabel Duarte Widmer

DEMEC/DISTRITO FEDERAL - Maria Alzira Leite Ardonceau

DEMEC/ESPIRITO SANTO - Maria do Carmo Salomão Moulin

DEMEC/GOIAS - Antônio Luiz Maya

DEMEC/MINAS GERAIS - Suzana de Oliveira Martins

DEMEC/PARAIBA - Edilson Ramos Machado

DEMECPARANÁ - Rita Maria Trindade da Silva

DEMECPERNAMBUCO - Maria Edna Aguiar Gomes

DEMECRIO DE JANEIRO - Nair Tulma Ferreira Evangelista

DEMECRIO GRANDE DO NORTE - José Medeiros de Melo

DEMECRIO GRANDE DO SUL - Arlete Rejane de Oliveira Kempf

DEMECRIO GRANDE DO SUL - Leda Sperb Lopes

DEMECSAO PAULO - João Ferreira Albuquerque

DEMECSAO PAULO - Lourdes Therezinha Monetta Coelho

DEMECSANTA CATARINA - Malba Vilasboas Monte

GRUPO C -

DEMEC/BAHIA - Amélia Ribeiro Soares da Silva

DEMEC/DISTRITO FEDERAL - Regina Célia Espindola Rodrigues Pinho

DEMEC/ESPIRITO SANTO - Sandra Marçal da Silva

DEMEC/MATO GROSSO DO SUL - Maria Auxiliadora Rondon

DEMEC/MINAS GERAIS - Hamilton Leite

DEMEC/PARÁ - Maria de Fátima Miranda Rodrigues

DEMEC/PERNAMBUCO Maria Eliete Santiago

DEMEC/PIAUI - Maria de Nazareth Ribeiro Franco

DEMEC/PARANÁ - Nilze de Camargo Mello

DEMEC/RIO DE JANEIRO - Nise Maria Lessa Beraldo Magalhães

DEMEC/RIO GRANDE DO SUL - Claudia Luiza Castro Gomes de Melo

DEMEC/RIO GRANDE DO SUL - Maria Alice Maciel Alves

DEMF.C/SANTA CATARINA - Dalva Schneider Lopes

DEMEC/SÃO PAULO - Maria Dulce Dias Bastos

DEMEC/SAO PAULO - Susie Martha Rehder

DEMEC/RONDONIA - Maria Lúcia da Silva Guimarães

GRUPO D

DEMECCEARÁ - Vilma Rios

DEMEC/DISTRITO FEDERAL - TERESINHA DE SOUZA MACIEL

DEMEC/GOIAS - Helena Shizue Fushimi Casadio

DEMECMATO GROSSO DO SUL - José Carlos Pesente

DEMECMINAS GERAIS - Elpídio Portugal Pilho

DEMECPARA - Maria Odete Melo Nunes

DEMECPARANA - Beloni do Carmo Guerreiro Magaldi

DEMEC/PERNAMBUCO- Joselina Estelita Chaves Gulde

DEMEC/PIAUI - Maria Eudes Silva Almeida

DEMEC/RIO DE JANEIRO - Maria do Céu Carvalho

DEMEC/Rio Grande do Sul - Cláudio Francisco Souza de Salles

DEMEC/RIO GRANDE DO SUL - Graziela Degrazia Matas

DEMEC/ SANTA CATARINA - Edithe Martinha Perin

DEMECSÃO PAULO - Maria Dulce Augusto Faria

DEMECSÃO PAULO - Norma Saraceni

B - CONCLUSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO

TRABALHO DE GRUPO

A SUPERVISÃO SEUS PROBLEMAS E SUAS PERSPECTIVAS

O presente momento reveste-se de singular importância pois constitui-se em uma oportunidade de discussão entre os supervisores das diversas Delegacias sobre problemas e perspectivas da supervisão do ensino superior.

Solicitamos aos relatores de cada grupo que registrem abaixo as conclusões da discussão.

GRUPO A

Coordenadora: Neusa Norma da Silveira

Relatora; Maria Elisa Hindo Dittmar

1a. PARTE

ATENDIMENTO A PROPOSTA APRESENTADA PELA COORDENAÇÃO PO ENCONTRO

- . Resumidamente, as propostas levantadas quanto aos problemas evidenciados;
- . carência (quase absoluta) de pessoal técnico e de apoio para execução das tarefas, tendo em vista as atribuições;
- . além de atividade de Supervisão, os técnicos executam atividades paralelas que lhes impedem de dedicarem-se ao estudo, ao acompanhamento e até a avaliação do trabalho;

- . a exemplo de professores de Universidades, que têm muitas aulas, diversidade de atuação. Nos temos agora Pré-Escolar e Escola Técnica;
- . falta de treinamento para o pessoal novo de supervisão e reciclagem para os demais;
- . falta de reuniões nas DEMECs para estudo e debate de legislação em vigor, divergência de tratamento entre Universidades e Isoladas por parte das autoridades;
- . entendemos que a Universidade tenha autonomia didática, pedagógica, administrativa, financeira e disciplinar, o que não a exime do cumprimento da legislação;
- . falta de supervisão às Instituições vinculadas aos Conselhos Estaduais de Educação;
- . a cobrança de fiscalização que nos é exigida nem sempre tem cobertura dos Órgãos Superiores, principalmente do CFE;
- . ingerências políticas sobrepondo às decisões técnicas;
- . definição da função de TAE.

2a. PARTE: PERSPECTIVAS

- . Redefinição das atribuições do TAE na nova perspectiva da Port. 14/83 a fim de que o técnico exerça funções específicas de sua categoria funcional;
- . elaboração de um Plano de Cargos e Salários Específico para o TAE;
- . os TAEs das DEMECs aceitam a colaboração das Universidades quando se fizer necessário, entretanto reafirmam o seu papel de Coordenadores do processo de acompanhamento, controle e avaliação (A.C.A.)
- . reformulação da Portaria 14/83 Art. 19 item I onde diz "garantir a qualidade do ensino" para "ESTIMULAR a Instituição e promover a qualidade do ensino";
- . substituir o termo "supervisão" para "acompanhamento, avaliação e controle" em toda a legislação pertinente;
- . supervisão pressupõe uma formação específica na área_____ conclusões do Grupo.

GRUPO B

Coordenador: Sebastião Marcelice Gomes

Relatora: Leda Sperb Lopes

Consideraram-se problemas comuns da supervisão na maioria das Delegacias:

Recursos humanos: Falta de capacitação e qualificação do supervisor para as tarefas que tem que desempenhar; rotatividade dos TAES (saem para assumir outras funções mais bem remuneradas); multiplicidade de tarefas (supervisão, salário-educação, registro e outras atividades que tem que desenvolver simultaneamente); e falta de recursos humanos em numero suficiente.

Legislação: Conflitantes; em excesso; impossibilidade de conhecer toda a legislação educacional; morosidade do CFE em dar soluções; e dificuldade no fluxo de comunicação entre os órgão centrais e regionais.

Infra-estrutura: Falta de apoio logístico; falta de recursos financeiros e materiais (.carro, motorista, diárias e passagens, entre outros); e estrutura organizacional interna inadequada para as suas finalidades.

Política: Influência política externa, nem sempre de acordo com as normas gerais estabelecidas, descambando para uma prática casuística, em que soluções diferentes são dadas para casos idênticos, causando com isto desprestígio para os TAES.

Recomendações, tendo em vista o que foi constatado;

- Conscientizar os dirigentes sobre a necessidade de realizar cursos de especialização e aperfeiçoamento, a fim de preparar os TAES para a tarefa de supervisão. Tendo em vista que cada realidade tem conotações específicas, foram indicadas algumas alternativas em torno da realização dos referidos cursos para os TAES. Poderiam ser organizados por regiões ou uma Universidade poderia oferecer o curso de especialização. Foi lembrado que até o curso de pós-graduação a distância talvez fosse viável. no caso; os TAES se reuniriam em um local durante 7 ou 15 dias para assistirem aulas, levariam material previamente preparado para estudar e posteriormente retornariam para prestar conta dos estudos realizados e assis

tir novas aulas e, assim sucessivamente, até concluírem o curso. Foi sugerido também, que se realizasse treinamento em serviço, sessões de estudos, porque a atualização do TAE tem que ser constante.

- Estudar a possibilidade das Delegacias contratarem maior número de TAEs, de modo a permitir que alguns se dediquem exclusivamente a supervisão,

- Proceder a consolidação da legislação educacional.

- Agilizar o fluxo de comunicação entre os órgãos centrais, inclusive, de vez em quando, permitindo que representantes da supervisão assistam a reuniões do CFE e tenham maior conhecimento dos órgãos do MEC, em contatos diretos.

- Incentivar um maior fluxo de comunicação entre as DEMECs, a fim de reforçar o trabalho da supervisão.

- Estimular os TAEs a se organizarem em categoria, para enfrentarem os problemas referidos anteriormente.

- Reorganizar a estrutura interna das Delegacias, a fim de que se adaptem a realidade atual.

- Conscientizar os dirigentes da necessidade de preverem e liberarem recursos financeiros e materiais suficientes para o bom desempenho da supervisão.

GRUPO C

Coordenadora: Maria Dulce Dias Bastos

Relatora: Maria Alice Santiago

As dificuldades foram trabalhadas numa relação dificuldade / recomendação e destacou-se dois pontos:

1. DENOMINAÇÃO / FUNÇÃO DO TAE:

- O TAE não foi, legalmente, assim denominado, mas auto-denominou-se.

- Há uma amplitude de formação dos profissionais que compõem esta categoria funcional.
- Há uma formação específica a nível de 3º grau que vem formando estes profissionais para o ensino de 1º e 2º Graus.
- Há uma discussão em torno da denominação do TAE para auditor.

Diante disto, sugerimos que o TAE devesse continuar denominando-se de TAE e não de Supervisor. Isto é, aquele TAE que atua no ENSINO SUPERIOR em atividade de Supervisão poderá ser chamado de "TAE em atividade de Supervisão".

Com relação à função, afirmamos que o TAE desenvolve um trabalho de supervisão e que deverá continuar sendo desenvolvido. Estas atividades de supervisão deverão desenvolver, e se voltam, para a organização/administração das IESPI, bem como para as questões do ensino.

No entanto, estas atividades que se voltam para a administração e, principalmente, para o Ensino estão a requerer a qualificação/capacitação dos TAEs. Assim como as atividades conjuntas DEMEC/UNIVERSIDADE/IESPI/ORGÃOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

A SESU deveria ter maior cuidado com a apresentação de projetos para as IES, que uma vez solicitadas criam expectativas.

2. VALORIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS DELEGACIAS/TÉCNICOS:

a) Junto ao CFE e outros órgãos Centrais do MEC:

- Para as decisões o CFE e os órgãos Centrais do MEC deverão buscar os subsídios nas Delegacias /TAEs que estão em contato com a realidade local e CONSIDERÁ-LOS.
- Informar, com rapidez, as DELEGACIAS/TÉCNICOS o resultado das discussões, análises, exigências e decisões.
- A tramitação e a análise de todos os processos pelas DELEGACIAS e considerar o parecer da DEMEC/TAE.

b) ESTABELECIMENTO DE UMA POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS TAES

- Dotar as Delegacias de pessoal qualificado para as diferentes áreas de atividades, evitando desvio de função do TAE.
- Estabelecimento de uma política de aperfeiçoamento do TAE de forma sistemática e freqüente.
- Estabelecimento de um plano de carreira e remuneração que deverá estar aliado à política de aperfeiçoamento implementado e realizada pelo MEC.

c) TRATAMENTO AO TRAFEGO DE INFLUÊNCIA PARTIDÁRIA NAS DECISÕES DOS ÓRGÃOS CENTRAIS

- A Delegacia/TAE: constituir-se na instância da informação, dar subsidio e dar parecer para as decisões nos órgãos centrais. Informações, subsídios e pareceres que devem resultar do trabalho de supervisão.
- Os órgãos centrais :tratar de forma menos morosa os processos que a eles chegam.

PORTARIA Nº 14/83

Coloca a questão da supervisão como garantia da melhoria da qualidade do ensino o que significa desconhecer as condições estruturais, políticas e filosóficas.

GRUPO D

Coordenadora: Graciela Degrazia Matas

Relatora: Norma Saraceni

ENTRAVES A AÇÃO SUPERVISORA

- Legislação não serve de suporte à supervisão ,
- **Rodízio** de **TAES** junto as IES, provocando descontinuidade.
- Salário desestimulante.
- Condições de trabalho atrapalhando o desenvolvimento **das** funções;
 - . quanto a horário

- . quanto a falta de transporte;
 - . quanto à distância entre a Sede e as IES^
 - . quanto ao trabalho noturno;
 - . quanto ao trabalho aos sábados e domingos
- Falta de orientação, de orientações distorcidas dos Órgãos Superiores do MEC.
 - Falta de apoio das autoridades, incluindo Delegado, SESu, CFE.
 - Falta de sanções legais que apoiem as irregularidades apontadas pelos TAEs.
 - Funções múltiplas exercidas pelos TAEs.
 - Falta de poder decisório do TAE.

SUGESTÕES APRESENTADAS PELO "GRUPO D"

- 1 - Alteração do Art. 1º da Port. 14 -
0 Supervisor não pode garantir a melhor qualidade de ensino e sim contribuir.
- 2 - Valorização do TAE através de remuneração mais justa.
- 3 - Consolidação da legislação do ensino.
- 4 - Adoção de posição crítica do TAE como condição de agente social necessitando de capacitação profissional, autoridade, competência e avaliação.
- 5 - Mudança de mentalidade das IES, através do TAE que precisa conscientizar a Direção, os Departamentos, etc.
- 6 - Necessidade de que os TAEs criem Associações de classe em seus Estados.
- 7 - Treinamento permanente para os TAEs.
- 8 - Que possa haver maior entrosamento entre DEMECs, Secretarias de Educação, Conselhos Estaduais de Educação.

PERSPECTIVA:

O grupo considera que os TAEs têm condições de promover a melhor qualidade de ensino desde que lhe sejam oferecidas condições.

C - DEBATE EM PLENÁRIO

Depois de os grupos apresentarem suas conclusões houve um debate em plenário.

X - SÉTIMA SESSÃO

A - APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

1 - Política de ensino superior e a qualidade do ensino: o que se tem e o que se deseja das Universidades e das IESPIs na perspectiva da Câmara de Planejamento do CFE - o papel das Delegacias no processo de supervisão às IESPIs. Conselheiro Heitor Gurgulino de Souza.

0 Conselheiro teceu considerações sobre o ensino superior no país, a partir da análise dos seguintes dados estatísticos:

BRASIL- 1984
ENSINO SUPERIOR

ÁREA DE CONHECIMENTO E NÚMERO DE CURSOS

ÁREA	Nº DE CURSOS
CIÊNCIAS EXATAS	727
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	514
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	124
CIÊNCIAS HUMANAS	1.936
LETRAS	318
ARTES	184
CICLO BÁSICO	3
TOTAL	3.806

B R A S I L "

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

(1983)

ÁREA DE CONHECIMENTO	NÍVEL		TOTAL
	MESTRADO	DOCTORADO	
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	174	57	231
CIÊNCIAS EXATAS	99	50	149
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	78	41	119
ENGENHARIA	82	36	118
PROFISSÕES SOCIAIS	62	20	82
PROFISSÕES SAÚDE	176	77	253
PROFISSÕES AGRO-INDUSTRIAIS	86	19	105
ARTES	03	01	04
TOTAL	760	301	1.061

BRASIL - 1983

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

ANO	N.º DE CURSOS		MATRÍCULAS		TOTAL
	M	D	M	D	
1973	406	146	11.165	434	11.599
1974	444	167	14.441	771	15.212
1975	490	183	22.107	1.870	23.997
1976	578	201	24.214	2.041	26.255
1977	609	213	28.255	2.977	31.255
1978	648	228	30.105	3.528	33.631
1979	717	257	32.767	3.841	36.608
1980	710	272	34.180	4.419	38.599
1981	742	288	35.387	4.783	40.170
1982	760	301	40.691	6.991	47.690

M - Mestrado

D - Doutorado

	1983	1984
PRÉ-ESCOLA		
NÚMERO DE ESCOLAS	27.436	29.245
(RURAL)	3.629	3.738
PROFESSORES	88.149	97.203
(RURAL)	4.646	4.958
NÚMERO DE ALUNOS	2.084.109	2.241.108
(RURAL)	118.384	127.990

	1983	1984
PRIMEIRO GRAU		
NÚMERO DE ESCOLAS	192.759	200.850
(RURAL)	152.134	157.353
PROFESSORES	942.955	997.234
(RURAL)	234.359	241.149
NÚMERO DE ALUNOS	24.515.410	24.872.307
(RURAL)	5.702.243	5.791.874

	1983	1984
SEGUNDO GRAU		
NÚMERO DE ESCOLAS	8.853	9.077
PROFESSORES	180.354	208.536
(RURAL)	2.736	3.074
NÚMERO DE ALUNOS	2.944.097	3.049.761
(RURAL)	29.150	30.253

ENSINO SUPERIOR

CONCURSO VESTIBULAR (INGRESSO)

ANO	INSCRIÇÕES (I) (mil)	VAGAS(V) (mil)	RELAÇÃO IV
1970	329	145	2,3
1971	400	202	1,98
1972	450	230	1,96
1973	575	261	2,2
1974	615	309	1,99
1975	781	348	2,2
1976	945	382	2,5
1977	1.186	394	3,0
1978	1.250	402	3,1
1979	1.559	403	3,9
1980	1.803	404	4,5
1981	1.735	417	4,2
1982	1.689	421	4,0

BRASIL-1983/84
ENSINO SUPERIOR

CONCLUSÕES DE CURSO (1983) E MATRÍCULAS (1984) POR
ÁREA DE CONHECIMENTO

ÁREA	CONCLUINTE (83)	MATRÍCULAS (84)
CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA	44.903	312.343
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E CASA E PROFISSÕES DA SAÚDE	33.491	185.108
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	5.736	38.044
CIÊNCIAS HUMANAS	131.322	742.522
LETRAS	16.437	93.383
ARTES	6.207	27.701
TOTAL GERAL	238.096	1.399.539

BRASIL-1984

NIVEL DOS PROFESSORES
E REGIME DE TRABALHO

UNIVERSIDADES	TOTAL	GRAD.	ESPEC.	M.S.	DOUTOR
FEDERAIS	41.818	12.493	12.673	10.761	5.891
NÃO-FEDERAIS	29.169	11.180	6.173	5.801	6.015
TOTAIS	70.987	23.673	18.846	16.562	11.906
%	100	33,3	26,5	23,3	16,8

REGIME DE TRABALHO – TEMPO:

PÁRCIAL	%	INTEGRAL	%
10.957	37	30.861	74
18.544	63	10.625	26
29.501	100	41.486	100
41,6	—	58,4	—

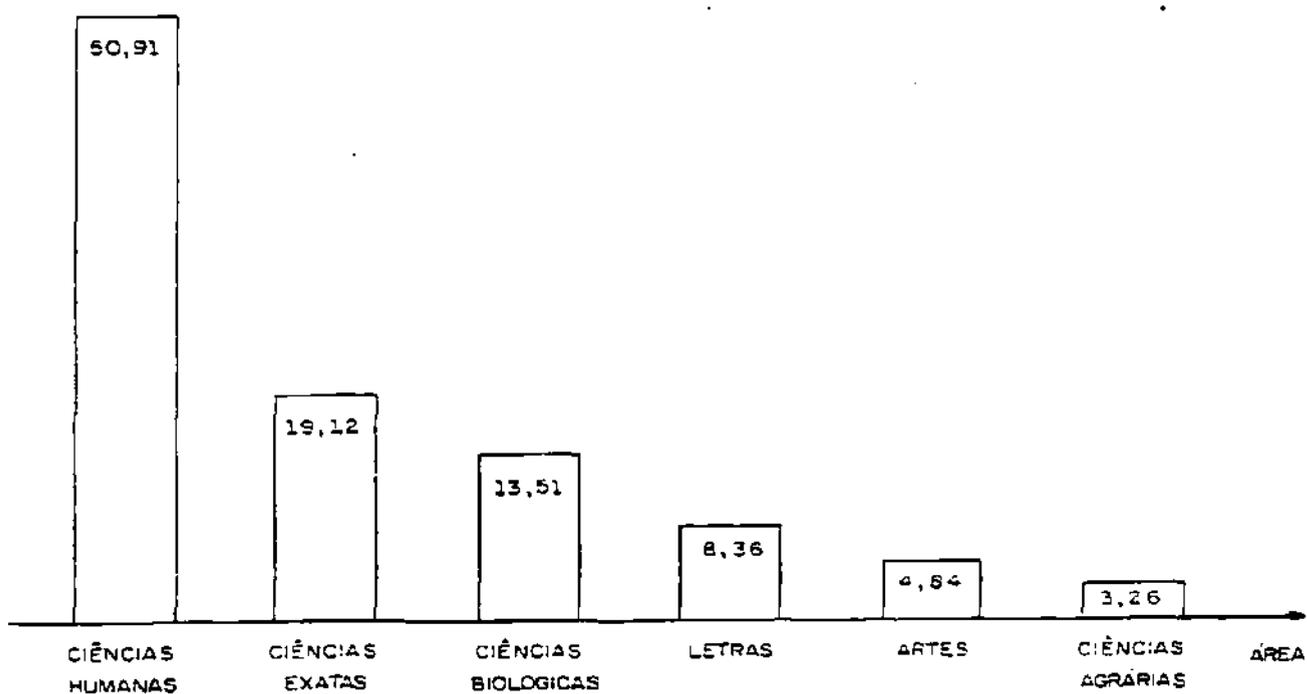
BRASIL-1984
ENSINO SUPERIOR

RELAÇÃO ALUNO/PROFESSOR

UNIVERSIDADE	FEDERAÇÃO	FAC. ISOLADA
9,79	19,53	15,12

POR TIPO DE INSTITUIÇÃO:

FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
7,8	8,96	17,86	16,69



BRASIL 1984

Ensino Superior

Tipo e Número de Instituições

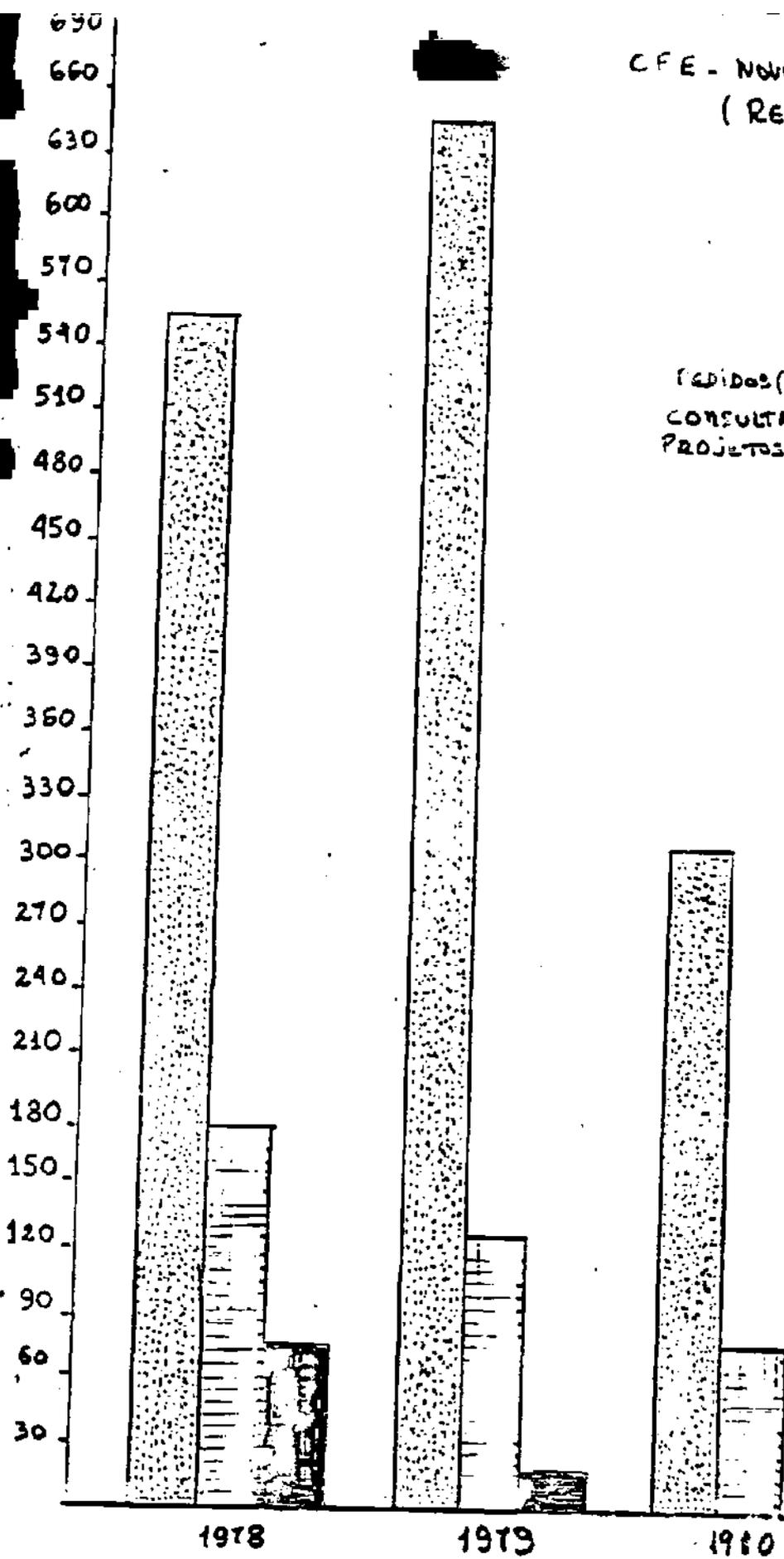
Universidades:	Federais	35
	Estaduais	10
	Municipais	2
	Privadas	<u>20</u>
		67
Federações:	Municipal	1
	Privadas	<u>58</u>
		59
Esc. Isoladas:	Federais	18
	Estaduais	64
	Municipais	108
	Privadas	<u>531</u>
		721
<u>TOTAL GERAL</u> :		847

Docentes segundo nível de qualificação

Qualific. ANO	DOUTOR	MESTRE	AP/ESP	GRADUAÇÃO	TOTAL
1974	8.085 (11.0%)	7.627 (10.0%)	19.925 (26.0%)	40.294 (53.0%)	75.931 (100%)
1980	13.227 (12.0%)	16.651 (15.0%)	30.360 (28.0%)	49.550 (45.9%)	109.788 (100%)

FONTE: CODEAC/SESU/MEC

CFE - NOVOS CURSOS DE GRADUAÇÃO
(RES. 16 e 17/77).



PEDIDOS (CABEÇA-CONSULTA)
CONSULTAS ACOLHIDAS
PROJETOS AUTORIZADOS



B - DEBATE EM PLENÁRIO

A partir da apresentação do Conselheiro várias questões foram levantadas e debatidas.

C - APRESENTAÇÃO E DEBATE DO DOCUMENTO FINAL

DOCUMENTO ELABORADO PELOS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
QUANDO DA REALIZAÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL DE SUPERVISÃO DO EN-
SINO SUPERIOR PARTICULAR ISOLADO

Considerando as dificuldades enfrentadas pelo Técnico em Assuntos Educacionais no trabalho de supervisão nas Instituições de Ensino Superior Particulares Isoladas, tais como:

- a multiplicidade de tarefas que é obrigado a assumir, pela carência de recursos humanos suficientes e qualificados;
- a deficiência de infra-estrutura nas Delegacias, expressa principalmente em falta de transporte, material permanente, pessoal de apoio, bibliotecas, instalações físicas e de liberação de verbas de acordo com o Plano de Trabalho Anual;
- a não valorização do Técnico em Assuntos Educacionais, traduzida na baixa remuneração, na ausência de uma política de aperfeiçoamento e na ingerência de interesses político-partidários, econômicos e de parentescos, no trabalho;

- a falta de amparo legal para remunerar o trabalho noturno e de fim de semana e a intransigência administrativa no estabelecimento de uma escala movei de trabalho;

Considerando as dificuldades que enfrenta o Técnico em Assuntos Educacionais junto aos órgãos centrais (CFE e SESu), para desenvolver o seu trabalho nas Instituições de Ensino Superior Particulares Isolados, referentes:

- a desatenção a subsídios e pareceres exarados pelos Técnicos em Assuntos Educacionais em documentos oficiais;
- ao conflito e ao casuísmo da legislação educacional;
- a morosidade da tramitação dos processos e do retorno da informação;
- a suplantação da Delegacia como instância de conhecimento e informação local;

Considerando ainda, que a qualidade de ensino não pode ser garantida pelo trabalho do Técnico em Assuntos Educacionais, conforme indica a Portaria 14/8'3-SESu, mas por uma política educacional e vontade política dos dirigentes;

PROPOE-SE

- dotar as Delegacias de pessoal qualificado para as diferentes áreas de atividades, evitando desvios de função do Técnico em Assuntos Educacio

nais;

- estabelecer uma política de aperfeiçoamento do Técnico em Assuntos Educacionais, de forma sistemática e freqüente;
- estabelecer um plano de carreira e de remuneração que devesse estar aliado a uma política de aperfeiçoamento a ser implementada e realizada pelo MEC;
- consolidar a legislação do ensino;
- considerar nas decisões do CFE e da SESu os subsídios buscados nas Delegacias e junto aos Técnicos em Assuntos Educacionais;
- informar com rapidez as Delegacias e aos Técnicos em Assuntos Educacionais, o resultado das discussões, análises, exigências e decisões;
- alterar a Portaria 14/83-SESu, Artigo 1º, item I, substituindo a palavra "garantir" por "estimular";
- desenvolver as atividades com a colaboração das universidades, quando se fizer necessário, reafirmando-se, entretanto, a competência da Delegacia na direção do trabalho de supervisão as IESPIs;
- estabelecer uma sistemática de encontros regionais e nacionais onde se discutam questões educacionais e da categoria;

MOÇÃO

Os Técnicos em Assuntos Educacionais reunidos no En

contro Nacional de Supervisão do Ensino Superior Particular Isolado, em São Paulo, considerando o atual- momento de transição da sociedade brasileira, evidenciam a necessidade de assumir uma postura crítica como agentes capazes de contribuir para a transformação da Educação Brasileira.

Enfatizam, ainda, a necessidade de fortalecer a categoria dos Técnicos em Assuntos Educacionais, através da sua organização em associações representativas.

XI - REUNIÃO DOS DELEGADOS COM COR, SESu e CFE

Paralelamente ao desenvolvimento dos trabalhos dos supervisores, no 2º dia do Encontro, os Delegados do MEC reuniram-se com representantes- da COR, do CFE e da SESu ,

Na ocasião foram discutidos aspectos da articulação entre os órgãos envolvidos com a supervisão das IESPIs, bem como papel das Delegacias, da COR, da SESu e do CFE no processo.

A necessidade de colaboração das universidades no desenvolvimento da supervisão por áreas do conhecimento, preconizada pela Portaria SESu 14/83, foi enfatizada. Nesse sentido a SESu comprometeu-se a promover reuniões regionais das Delegacias com as Universidades, visando a realização conjunta de atividades nas IESPIs.

Foi discutido, também, a necessidade de uma reunião das Delegacias com os Conselhos Estaduais de Educação e o Conselho Federal de Educação, tendo em vista suas competências em relação as Instituições de Ensino Superior.

A N E X O S

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Secretaria Geral:Aloisio Sotero - Secretário Geral

Secretaria Geral/COR.Francisco Balthar Peixoto - Coordenador

Lygia Souto de Azambuja

Maria -Heloisa Moojen Mangoni

Nadir Silva Azarias

Ruth Helena Mallen Machado de Souza

Conselho Federal de Educação - Heitor Gurgulino de Sousa-Conselheiro

José Osvaldo Seidel

Lúcia Maria Tavares de Sousa

Secretaria de Educação Superior - Paulo Elpídio de Menezes Neto - se-
cretario

Luiz Otávio de Souza Carmo - Subse-
cretário

José Walter Pereira dos Santos

José Nastri Filho

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Ana Maria Saul

Antônio Carlos Ronca

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Marilu Fontoura de Medei-
ros

Faculdade de Filosofia de Caruaru -(PE) Delma Evaneide Silva

Faculdades Integradas de Santo Ângelo (RS) - Mara Regina Rôslér

DEMEC/Alagoas - Radjalma Cavalcanti - Delegado

Maria Salete Sarmiento Mendes

DEMEC/Amazonas - José Melo de Oliveira - Delegado

Ana Maria Palheta Gonzalez

Sebastião Marcelice Gomes

DEMEC/Bahia - Margarida Maria L. de Oliveira - Delegada

Amélia Ribeiro Soares da Silva

Maria Izabel Duarte Widmer

DEMEC/Ceara - José Pereira de Oliveira - Delegado
Cecília Figueiredo
Wilma de Brito Rios

DEMEC/Distrito Federal - Luiz Nolasco Rezende - Delegado em exercício
Terezinha de Souza Maciel
Maria Elzira Leite Ardonceau
Regina Célia Espíndola Rodrigues Pinho

DEMEC/Espírito Santo - Anna Maria Souza Macedo
Maria do Carmo Salomão Moulin
Sandra Marçal da Silva

DEMEC/Goiás - Nelson Figueiredo - Delegado
Antônio Luiz Maya
Helena Shizue Fushimi Casadio
Zilda de Araújo Rodrigues

DEMEC/Mato Grosso do Sul - José Carlos Pesente
Maria Auxiliadora Rondon
Maria Elisa Hindo Dittmar

DEMEC/Minas Gerais - Elpídio Portugal Filho
Hamilton Leite
Márcia Letícia de Vasconcelos Parra
Suzana de Oliveira Martins

DEMEC/Pará - Rute Maria Castro da Costa - Delegada
Maria de Fátima Miranda Rodrigues
Maria Odete Melo Nunes

DEMEC/Paraíba - José Kehrle - Delegado
Almira Lins Pinheiro
Edilson Ramos Machado

DEMEC/Paraná - Vêspero Mendes - Delegado
Beloni do Carmo Guerreiro Magaldi
Nilze de Camargo Mello
Rita Maria Trintin da Silva

DEMEC/Pernambuco - Creuza Maria Gomes de Aragão - Delegada
Maria Edna Aguiar Gomes
Maria Eliete Santiago

DEMEC/Piauí - Macário Galdino de Oliveira - Delegado
Maria de Nazareth Ribeiro Franco
Maria Eudes Silva Almeida

DEMEC/Rio de Janeiro - Aurélio Wander Chaves Bastos - Delegado
Ila Cecília Falcão Kemp
Maria do Céu Carvalho
Nair Ferreira Tulha Evangelista
Nise Maria Lessa Beraldo Magalhães

DEMEC/Rio Grande do Norte - Rossine Veras Filho - Delegado
Alice de Andrade e Silva
José Medeiros de Melo

DEMEC/Rio Grande do Sul - Hipérides Ferreira de Mello - Delegado
Aríete Rejane de Oliveira Kempf
Cláudia Luiza Castro Gomes de Melo
Cláudio Francisco Souza de Salles
Graciela Degrazia Matas
Leda Sperb Lopes
Maria Alice Maciel Alves
Mario Finkel
Neusa Norma da Silveira

DEMEC/Rondônia - Maria Antonieta Santos Costa - Delegada
Maria Lúcia da Silva Guimarães

DEMEC/Santa Catarina - Hilton dos Prazeres - Delegado Substituto
Dalva Schneider Lopes
Edithe Martinha Perin

DEMEC/São Paulo - Nelson Boni - Delegado
Helcy Fonseca Cezar
Hely Guimarães Vesecky
João Ferreira Albuquerque
Lourdes Therezinha Monetta Coelho
Maria Dulce Augusto Faria

Maria Dulce Dias Bastos

Norma Saraceni

Susie Martra Rehder

DEMEC/Sergipe - Claudionor Brito Fontes - Delegado

Malba Vilasboas Monte

Maria Luiza Araújo Cardoso